



Humberto Mendes de Sá Formiga

UM OLHAR DA ESTRADA
MEMÓRIAS DE



Um Olhar da Estrada

Memórias de Nazarezinho

Brasília - 2011

Capa: Leandro Souza Celes.
Editoração: Humberto Mendes de Sá Formiga.
Revisão: Maria Iara Mendes Pedroza.
Haidée Pedroza de Sá Formiga.
Paloma Pedroza de Sá Formiga.

Formiga, Humberto Mendes de Sá.
Um Olhar da Estrada – Memórias de Nazarezinho.
Brasília: Gráfica VIP, 2012.
286 p.
1. História, ocupação, sertão. 2. Paraíba. 3.
Nazarezinho.



*Esta obra foi licenciada com uma Licença Creative Commons
- Atribuição 3.0 Não Adaptada.*

Sumário

Prefácio	I
Preâmbulo.....	V
Apresentação	VII
Agradecimentos	IX
Introdução.....	1
Cativos da Terra.....	2
Genealogia	7
Aspectos Geográficos	11
Informações Gerais.....	12
Toponímia	17
Hidrografia	22
Atividades Econômicas e Potencial Turístico	24
História Econômica.....	28
A Saúde	33
A Educação.....	37
A Cultura	43
O Esporte	48
O Caminho das Pedras.....	54
Entre a Paleontologia.....	56
... e a Arqueologia.....	61
No Período Colonial.....	67
A Descoberta do Litoral	68
A Invenção do Sertão.....	73
A Tragédia dos Índios Sertanejos	79
Os Primeiros Povoados.....	83
O Destino do Sangue Indígena	87
No Período Imperial.....	93
Aventuras Reais.....	94
Costumes Sertanejos	115
O Império contra a Seca	127
No Período Republicano	129

A República Velha.....	130
A Reinvenção do Sertão.....	135
A Saga de Chico Pereira.....	138
Um Mundo Novo.....	142
Entre o Comércio e a Política.....	144
Diáspora Sertaneja.....	153
História das Eleições.....	161
Biografias.....	185
Uma Casa Viva.....	186
Destaques.....	190
Manoel Mendes Vieira Campos.....	192
Abdias Pereira Dantas.....	200
José Marques Formiga.....	207
Francisco Mendes Campos.....	212
Osório Luiz Ferreira.....	221
Administração Pública.....	225
Aspectos da Organização Administrativa.....	226
Reflexões sobre a Autonomia Municipal.....	228
A Perspectiva Local do Ordenamento Jurídico.....	238
O Processo Legislativo no Município.....	242
Observações Finais.....	247
Apêndices.....	249
Relatos Orais e Contribuições.....	250
Evolução da População (2003 a 2010).....	251
Populações Urbana e Rural (1970 a 2010).....	252
Processo de Urbanização (1970 a 2010).....	253
Proprietários Rurais em 1922.....	254
Composições da Câmara de Vereadores.....	257
Prefeitos de Nazarezinho (1961 a 2011).....	269
Presidentes da Câmara de Vereadores (1962 a 2011).....	270
Sugestões para Leituras.....	271

Prefácio

Quem chega a Nazarezinho, logo se espanta. Explico-me melhor: quem chega, como eu cheguei, pelo Google Earth, isto é, do alto, tendo a visão dos satélites que a fotografaram. É que está cercada de água. E é preciso ler o livro “Um Olhar da Estrada – Memórias de Nazarezinho” para saber o porquê de, ali, em meio a um semi-árido escaldante, haver tanta umidade. Ele informa: são os açudes de João Raimundo, do Catolé, do Cedro, da Telha e o Grande. Ah, bom. Já não tenho mais susto algum.

Em verdade, o que vou encontrando nessa estrada que nos leva a Nazarezinho (a partir de Brasília, digo) e o que nos traz de volta é um caminho conhecido. Não apenas para mim, migrante do sertão do Ceará para Brasília, no início da década de 1970, mas para os milhões de nordestinos que hoje habitam o Centro-Oeste e o Sudeste brasileiro.

Então, digo já: somos todos de Nazarezinho. Não importa se consta outro nome na carteira de identidade. Esse lugar que já foi Picos e Nazareth dos Picos é, hoje, carinhosamente, Nazarezinho. Eu mesmo, que sou Bezerra, estou lá com mais 4%

dos meus parentes, como o estão os Souza, os Silva, os Mendes, e tantas outras famílias que têm um só passado, a nos conferir identidade: um passado chamado sertão.

E é essa alma sertaneja que brota do livro de Humberto Mendes de Sá Formiga. Ao percorrermos esse chão, dos passos dos dinossauros à ciberestrada que nos permite a internet, o que vemos é a alma sertaneja. Uma alma calejada dos migrantes europeus e seus descendentes imediatos que se embrenharam nos sertões (sonhos de domínio e de riqueza à parte, para ninguém foi fácil desbravar os sertões). Uma alma temperada de indígenas que por ali faziam as trilhas, antes de qualquer estrada. Uma alma sofrida, de africanos para ali mandados contra a vontade. Enfim, uma alma de lutadores. E não me refiro apenas às rixas entre famílias, ou o cangaceirismo, mas também às lutas pela independência, pela República, pelo Brasil Republicano. E que hoje querem construir ali o seu pedacinho de Brasil plural e inclusivo.

E, como não poderia deixar de ser, uma alma que canta. Seja por seus cordelistas e cantadores – vizinha que é da Serra do Teixeira, berço dessas artes verbais -, seja pela voz desse novo cronista, Humberto.

E esta é a crônica que lhes apresento: de um lugar no sertão que é o próprio ser-tão. Porque, para ser nesse mundo, carecemos dessa alma que se expande numa busca (sem fim ou chegada?). Como dizem os poetas nordestinos Clodo, Climério e Clésio, na música *Conterrâneos* (ainda mais se ela nos chega pela sanfona e voz de Dominginhos): “tão nordestino é um desatino/ de sonhar/ de construir casa e destino/ sem morar/ tão carregado de esperança/ ao partir/ pensando que a hora da volta/ já está pra chegar.”

Nazarezinho não é só uma saudade que nos chega pela fala dos moços e moças chegados de lá. Nazarezinho é o para onde voltar, quando nós, migrantes de todos os cantos, já não tivermos mais lugar para mudar.

João Bosco Bezerra Bonfim

Preâmbulo

Estas são memórias de um tempo em que a luz elétrica era um sonho, distante do interior. Até aqueles idos, o sertão era, à noite, o reflexo das chamas tênues de lamparinas corajosas, que enfrentavam uma escuridão que só temia o sol.

São Lembranças de um sertão rural, de natureza parcimoniosa, pródiga em inebriar inocentes, com o cheiro da terra molhada e os prazeres dos banhos de rio e de sol e do abandono à brisa fresca, à sombra rara, aos amores.

Reminiscências de sentimentos extremos. Da vontade de ficar ao impulso de nunca mais voltar. Da busca de vitórias impossíveis. De lutas das vidas todas. De alegrias e tragédias. De risos e lágrimas. De idas e vindas.

São Recordações dos avós, dos pais, dos irmãos, dos amigos, da família, de marias e josés, das paisagens, das cores, de tudo. Memórias de um lugar outrora chamado Nazareth, que nosso carinho transformou em Nazarezinho, um espaço eterno a nos habitar, a nos unir e a nos separar.

Estas memórias são uma parte indizível da saudade mais profunda de nós.

Apresentação

Em 22 de dezembro de 2011, o Município paraibano de Nazarezinho, comemorou seu 50º aniversário de emancipação política. O simbolismo da data ensejou a realização de vários eventos culturais, entre os quais se incluiu a publicação deste livro.

A idéia de registrar a história da cidade, entretanto, inspirou-se em razões mais profundas. De fato, há tempos provocava-nos o desafio de preservar para as futuras gerações a parte não escrita da história de Nazarezinho, agregando-a aos fatos documentados.

A consciência da fugacidade das gerações impeliu-nos a refletir sobre a urgência de iniciarmos a coleta de informações. De uns tempos para cá, o desafio foi se aproximando da impossibilidade. Percebemos, por outro lado, nas conversas do dia a dia, que, felizmente, muitos dos que partiram compartilharam suas narrativas, seus pontos de vista e avaliações com amigos, irmãos, filhos e netos.

Foi nesse contexto - premidos pela constatação da inexorabilidade do tempo, mas esperançosos de resgatar fatos

VIII

históricos importantes para a comunidade -, que resolvemos destinar parte das férias de 2010 à tarefa de gravar entrevistas, fotografar pessoas e paisagens e digitalizar documentos. Assim, ganhou curso a execução do desafio de escrever essas memórias e apresentá-las compiladas em formato de livro, documentário e por meio do sítio nazarezinho.informecapital.com.br.

Desde que se faça referência à fonte, qualquer pessoa poderá, para qualquer fim, copiar, citar ou alterar o conteúdo coligido independentemente de solicitação de autorização. Esperamos, assim, contribuir para a superação da escassez de material historiográfico sobre a cidade e estimular novas iniciativas.

Finalmente, esperamos que as informações apresentadas sejam úteis não apenas aos professores e alunos, em suas tarefas escolares. Nesse sentido, nosso objetivo somente terá sido alcançado em plenitude quando o cidadão comum se entusiasmar a observar criticamente as informações expostas e sobre elas sugerir as devidas correções e outros enfoques pertinentes.

Agradecimentos

Para que as informações sobre as origens e os fatos relevantes da História de Nazarezinho fossem reunidas e formatadas, foi imprescindível a colaboração de quase uma centena de voluntários da comunidade, que se empenharam dos mais diferentes modos para a consecução deste trabalho.

Tamanha receptividade à idéia de dar forma literária aos relatos orais já era esperada. Não se podia ter outra expectativa em relação às pessoas da cidade que traz a humildade no nome. Nazarezinho, antes de diminutivo, é tratamento carinhoso e, ao mesmo tempo, expressão de modéstia. Quem nasce nesse chão sabe como se mostra incomensurável a dimensão dessa terra no coração de cada um.

Agradecemos a todos pela compreensão de nossa proposta e pelo interesse demonstrado, especialmente por parte dos entrevistados. Às famílias, à Prefeitura Municipal e à Câmara de Vereadores, que abriram documentos e acervos fotográficos para nossas pesquisas, somos imensamente gratos. Sem o zelo empreendido na conservação de tão relevante patrimônio histórico não seria possível prestar o tributo de

X

levar às gerações futuras as emoções de conhecer mais sobre nossas raízes.

Agradeço, Finalmente, à Iara, minha companheira de tantas horas, e à Haidée e Paloma, minhas filhas, que deram o apoio de que necessitei para coordenar as contribuições e concluir este trabalho, por meio do qual reverencio o testemunho da luta de Josmar Formiga (Nego) e Zuleica, meus pais, que enxergaram na educação a melhor estrada para os sete filhos que desejaram dar à luz desse pedaço da Paraíba.

Introdução

Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver no Universo...
Por isso a minha aldeia é tão grande como outra terra qualquer
Porque eu sou do tamanho do que vejo
E não do tamanho da minha altura...

O Guardador de Rebanhos

(Alberto Caeiro – Fernando Pessoa)

Cativos da Terra

Nasci primogênito em Nazarezinho. Ali vivi até os doze anos, quando chegou, sorrateira, a hora de afrontar desafios e provocar o destino noutras terras.

A decisão de fazer da estrada um caminho sem volta foi se tornando nítida gradualmente. Éramos sete filhos e a menor tinha apenas quatro anos. Sem plebiscito, fomos tomando ciência do plano à medida que os acontecimentos se sucediam. As conversas flagradas e os semblantes graves que as circunstanciavam nos anunciavam o inusitado: romperíamos a encosta do Felipe, com a determinação de não regressarmos.

Em meio à ansiedade e às incertezas, o meu interior impúbere depurava uma mistura de sensações. Ao lado, os pais, Josmar de Sá Formiga e Maria Zuleica Mendes Formiga, receosos, testando a coragem. Pela frente, a esperança, apontando outras cidades, outros estados, outras regiões. Para trás, ao longe e imutáveis, a torre da igreja, a cumeeira das casas, a serra de Santa Catarina e o Serrote do Pico. Na lembrança, os avós, os tios, os primos, as escolas, os professores e os amigos. A cor das coisas e o cheiro da terra ficaram, apáticos.

Em 1980, o carro levantava poeira na estreita estrada de terra emoldurada pelas juremas tristes, castigadas pela seca que já durava um ano, e ainda duraria mais dois. Nem o riacho de Mariquinha Vale fez resistência, como de costume nos primeiros meses do ano, à travessia de seu leito seco. Não tinha volta. A partir dali, o mundo se descortinaria como uma estrada sem fim, que estava só no começo.

Outro observador em meu lugar veria uma paisagem diferente e a ante-sala dos sentimentos produziria, certamente, outras emoções.

Com o tempo vi, na convivência posterior com meus irmãos, como essa experiência fundamental impressionou de forma diversa e muito particular cada personalidade. Poupados, os mais novos - Julita, Huéber, Helena e Andréia -, sequer se lembravam anos mais tarde do que viveram naqueles dias. Mesmo aos mais crescidos, Hélio e Dadinha, aparentemente a viagem que mudaria a vida de todos mais parecia uma brincadeira nova. Em mim, a incerteza começou a despertar um destemor pouco experimentado e uma esperança sem medidas.

Pela mesma estrada, agora asfaltada, há mais de três décadas tenho retornado na festa de São Sebastião,

infalivelmente. Uma vez ou outra, em outros meses também, numa quase obsessão. O fato é que aprofundei meus vínculos, contrariando o tempo de ausência e a distância.

Não se trata de achar objetivamente Nazarezinho melhor que suas cercanias ou qualquer outro lugar do mundo. Entender assim seria se imiscuir em despropositado bairrismo, manifestação vil e desprezível que menospreza culturas e agride civilidades.

De modo diverso, trata-se do justo direito de, na perspectiva do indivíduo, tentar entender e dar nomes às emoções de nativismo e sua recorrência.

Nesse difícil quesito é forçoso dizer que avancei pouco. Imagino apenas que um complexo de sublimações forjou paulatinamente o sentimento telúrico a que me refiro, de amor incondicional.

Mas veja que o pouco, no caso, é suficiente. Não se configurando nesse sentimento qualquer ineditismo - pelo contrário, é possível lhe atribuir seguramente alguma universalidade -, a simples analogia com manifestações literárias dá mostra do caráter atávico do apego às origens.

A mitologia grega a esse respeito registra o sentimento involuntário de amor à terra natal, legando à humanidade o mito de Anteu, filho de Posídon e Gaia, e a lenda de Ulisses, na famosa odisséia.

Diz a primeira lenda que Anteu, sendo muito forte quando em contato com o solo, mostrava-se fraco se levantado ao ar. Guerreiro considerado imbatível, foi derrotado por Hércules, que, percebendo que não conseguiria vencê-lo no chão, de onde provinha a estranha energia, manteve o adversário suspenso, sem dar-lhe a oportunidade de tocar a terra, e assim o venceu.

Na segunda lenda grega, Ulisses, tendo sempre a vida por um fio, envolve-se em acontecimentos fantásticos, inúmeras peripécias e as mais inusitadas aventuras, antes de retornar, depois de vinte anos, à ilha rochosa onde nascera.

Mas, deixemos os gregos e suas lendas e fiquemos apenas com os filhos ausentes de Nazarezinho. Basta uma breve conversa em que esteja presente algum migrante para que o interesse dos assuntos convirja invariavelmente para os fatos que remotamente ocorrem no solo natal, revelando-se de imediato o traço comum da afeição pelas origens.

De forma mais acentuada, nas conversas entre conterrâneos migrantes, exclusivamente, os parentes e amigos são lembrados com fluência e alegria. Mas me ressinto, às vezes, de certa dificuldade em rememorar a importância do ambiente natural em si.

Nesse aspecto, acredito que o contato com as primeiras cores do mundo, com as plantas e os animais e a percepção da aridez do lugar permanecem fortemente em cada um, migrante ou não, como referências vitais, merecedoras de uma recapitulação.

Entretanto, antes de refletirmos sobre as características do ambiente sertanejo, apresentaremos, por irrestrita conveniência, as famílias da comunidade de Nazarezinho.

Genealogia

Tomando por base uma lista referente ao ano de 2010, contendo os nomes completos de 2.597 pessoas das áreas urbana e rural de Nazarezinho, correspondente a 36% de toda a população do município, pode-se afirmar que os dois sobrenomes mais numerosos são o Sousa (18%) e o Silva (16%).

Cabe observar, no entanto, que os sobrenomes Sousa e Silva caracterizam vários troncos familiares, muitas vezes sem parentesco entre si. Mas é curioso que a cada 100 pessoas que você cumprimenta no dia a dia da comunidade, em média, 18 delas serão Sousa e 16 dessas pessoas terão o sobrenome Silva.

Desconsiderando-se as ocorrências mencionadas, dado não ser possível isolar os troncos familiares a que se referem e levando em conta que essas ocorrências aparecem associadas às mais diversas famílias, podemos concluir que os sobrenomes predominantes em Nazarezinho são: Alves (8%), Vieira (8%), Pereira (6%), Mendes (6%), Pedrosa (5%), Lins (4%), Lima (4%), Santos (4%), Ferreira (4%), Bezerra (4%) e Braga (4%).

Outros 161 sobrenomes completam a composição genealógica da população, a saber, pela ordem de maior

ocorrência: Batista, Carvalho, Gabriel, Alecrim, Almeida, Lopes, Lira, Gomes, Oliveira, Ribeiro, Maciel, Barbosa, Afonso, Lucena, Camilo, Soares, Andrade, Florêncio, Anjos, Luiz, Leite, Pinheiro, Bento, César, Fernandes, Costa, Nascimento, Trajano, Vale, Neves, Gonçalves, Borges, Sarmiento, Chagas, Coura, Farias, Figueiredo, Alencar, Avelino, Cassimiro, Nunes, Sobreira, Abreu, Firmino, Justino, Tavares, Caldas, Gouveia, Sá, Dias, Guimarães, Miranda, Carolino, Morais, Nóbrega, Anastácio, Augusto, Félix, Monteiro, Moura, Clementino, Garrido, Meneses, Patrício, Ananias, Estevam, Firme, Gadelha, Rolim, Sales, Valêncio, Abrantes, Albuquerque, Alvino, Anacleto, Douetts, Gonçalo, Lacerda, Severo, Aquino, Campos, Cavalcante, Dantas, Freire, Galdino, Lunguinho, Marcena, Marques, Martins, Prudêncio, Vital, Amaro, Bandeira, Barreto, Braz, Cruz, Diniz, Izidro, Lourenço, Medeiros, Pires, Plácido, Rocha, Rosendo, Santana, Vicente, Benvenuto, Domingos, Estrela, Formiga, Nogueira, Rodrigues, Ponce Leon, Adelino, Cabral, Camelo, Freitas, Melo, Romão, Tomaz, Albino, Amâncio, Barros, Caetano, Cunha, Furtado, Duarte, Gino, França, Francelino, Frutuoso, Guedes, Mota, Nonato, Quaresma, Rufino, Viana, Araújo, Barroso, Bernardes, Brazilino, Brito, Cardoso, Coraci, Lira, Estácio, Flor,

Fonseca, Magalhães, Mamede, Marinho, Moreira, Mulato, Paiva, Queiroga, Santiago, Saraiva, Teixeira, Varela, Veras e Xavier.

Ficam assim apresentadas as 172 famílias mais numerosas que se entrelaçaram na construção histórica da comunidade atual. Mas é importante destacar que, entre as famílias pioneiras, destacaram-se os sobrenomes Lins, Albuquerque, Braga e César, presentes no povoado desde os séculos XVII e XVIII.

Na representação política, as famílias que se sobressaíram nos últimos 50 anos foram: Mendes (49% dos eleitos), Pereira (35%), Pedrosa (33%), Silva (32%), Vale (29%), Vieira (28%), Lins (21%), Lima (20%), Sousa (19%), Luiz (19%), Bezerra (15%), Ferreira (15%), Maciel (13%), Alves (10%), Braga (10%), Medeiros (10%), Ribeiro (10%), Souza (10%), Rocha (9%), Santos (9%), Sarmiento (9%), Carvalho (8%), Marques (8%), Soares (8%), Augusto (7%), Camilo (7%), Figueiredo (7%), Ponce Leon (7%), Batista (6%), Campos (6%), Gomes (6%), Almeida (5%), Fernandes (5%), Formiga (5%), Lacerda (5%), Lira (5%), Afonso (4%), Andrade (4%), Gabriel (4%), Gonçalves (4%), Leite (4%), Lucena (4%), Severo(4%), Trajano (4%).

Abordaremos, a seguir, as características geográficas da área em que se localiza o município de Nazarezinho, com reflexões sobre algumas de suas principais limitações e potencialidades.

Aspectos Geográficos

Uma cidade é um corpo de pedra
com um rosto.

Tempo de crise

(Machado de Assis)

[...] a cidade que temos e que, para nós, é real,
na sua concretude e no seu cotidiano,
comporta em si outras cidades
que ficaram no caminho,
realizadas ou não,
no longo percurso do tempo
a que chamamos História.

(Pesavento e Leenhardt)

Informações Gerais

O espaço geográfico de Nazarezinho compõe o rol dos 5.564 atuais municípios do Brasil, estando entre os 223 municípios da Paraíba, Estado nordestino que se divide em quatro grandes zonas geográficas: Mata, Agreste, Borborema e Sertão.

O município integra a microrregião de Sousa, que, ao lado das microrregiões de Cajazeiras, Catolé do Rocha, Itaporanga, Patos, Piancó e serra do Teixeira, compõem a mesorregião do Sertão Paraibano.

O GPS (Sistema de Posicionamento Global) nos revela que o município de Nazarezinho se localiza nas coordenadas geográficas de latitude 06° 54' 57" Sul (S) e longitude 38° 19' 30" Oeste (W).

A sede do município, localizada a 265 m de altitude, dista 460 km da capital do estado, limitando-se ao Norte com as áreas de Marizópolis e Sousa; ao Sul com Carrapateira, Aguiar e São José de Piranhas; a Oeste com Cajazeiras; a Noroeste com São João do Rio do Peixe; e ao Leste com São José da Lagoa Tapada.

De acordo com o censo de 2010, o município possui uma população de 7.280 pessoas, vivendo em uma extensão de 191,486 km². Nazarezinho apresenta índice de desenvolvimento humano (IDH) médio - 0,579, de acordo com o PNUD - e seu produto interno bruto (PIB) per capita é inferior a R\$ 3.500,00. A título comparativo, o PIB per capita da capital do Estado supera em mais de três vezes a riqueza média por habitante de Nazarezinho.

Partindo de João Pessoa, o acesso se faz através da BR-230 até o município de Sousa, onde, a altura do distrito de São Gonçalo, próximo ao marco do km 450, alcança-se, à esquerda, a Rodovia Francisco Mendes Campos (PB-384), que conduz, após o percurso de 12 km, à cidade de Nazarezinho.

O clima local se classifica como tropical semi-árido, típico da área conhecida como polígono das secas, localizada no interior nordestino, caracterizando-se pela irregularidade das chuvas e pelos reduzidos volumes de precipitações pluviométricas anuais. O regime de chuvas se situa, em média, abaixo de 800 mm/ano e as temperaturas oscilam em torno de 27 °C, com uma variação média de 5 °C.

A reduzida disponibilidade de água, agravada pela ocorrência cíclica do fenômeno das secas, constitui uma das mais fortes limitações ao desenvolvimento socioeconômico local, comprometendo, inclusive, a superação da pobreza por significativa parcela da população.

Somam-se a essas dificuldades as características dos solos. As rochas cristalinas presentes no subsolo, e às vezes em afloramento nos terrenos, oferecem baixa permeabilidade, inibindo a formação de reservatórios subterrâneos naturais. Em um ambiente de chuvas torrenciais e concentradas em poucos meses – geralmente janeiro a maio -, a maior parte da água escoar superficialmente, sem alcançar o subsolo, onde seria desejável o seu armazenamento.

A pequena quantidade que penetra no solo, nessas condições, retorna rapidamente à superfície, em razão das altas temperaturas predominantes, trazendo grande quantidade de sais, que concentrados podem reduzir a produção das lavouras.

Nesse quadro, os açudes assumem um papel fundamental na permanência das pessoas no ambiente do semi-árido rural. A acumulação de água nesses reservatórios permite seu uso para irrigação em anos de precipitação pluviométrica

normal e representam a possibilidade da exploração de pequenos rebanhos, caprinos e bovinos, nos anos de maior escassez hídrica.

No entanto, a experiência histórica demonstrou que somente a partir da perenização do rio Piranhas - obtida pelo fluxo constante das águas da represa de Engenheiro Ávidos em direção ao açude de São Gonçalo -, foi possível solucionar o problema da falta de água potável na zona urbana do município e em algumas comunidades rurais ribeirinhas, por meio do bombeamento hídrico.

De acordo com informações disponibilizadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2006 a população do município era estimada em 7.163 pessoas, passando em 2009 para 7.248 habitantes. Pelo censo de 2010, 7.280 pessoas integravam a população local. Conforme se deduz dos dados do IBGE, o contingente populacional encontra-se estagnado há duas décadas e, no período, em média, 100 pessoas por ano deixam a cidade em direção a centros urbanos maiores.

A cobertura vegetal se compõe por plantas características da caatinga hiperxerófila, com ocorrência de

espécies caducifólias, altamente adaptadas às condições da aridez do sertão nordestino. Entre as espécies que ocorrem com grande frequência estão: a jurema, o marmeleiro, o angico, a aroeira, o pau d'arco, o pereiro, a macambira, o mandacaru e o xiquexique.

Toponímia

Na aridez local, o verde que resiste se destaca na paisagem cinzenta. Essa ocorrência natural talvez explique por que os nomes dos sítios fazem, frequentemente, homenagem a árvores, uma deferência que não tiveram as aves e outros animais da caatinga, à exceção do jacu e da suçuarana.

Assim, no município de Nazarezinho e áreas limítrofes algumas plantas deram nomes a sítios, ao longo do tempo: angicos, catolé, cajá, cajazeira, carnaúba, cedro, gravatá, jenipapeiro, goiabeira, graviola, pau d'arco, timbaúba, trapiá e juazeiro.

Outras curiosidades da toponímia local podem ser vistas em relação ao sítio Curtume e ao sítio Carimbembe. O primeiro lembra a importância da atividade pecuária para a história sertaneja. Daremos ênfase à pecuária mais adiante quando tratarmos da ocupação do sertão da Paraíba pelas forças colonizadoras portuguesas.

Quanto ao sítio Carimbembe, há duas perspectivas etimológicas curiosas. O nome atual não encontra existência nos dicionários da língua portuguesa. Mas, a relação de proprietários rurais de 1922, do censo oficial, traz o nome

carimbamba, fazendo crer que o nome atual sofreu uma alteração fonética provocada por falhas na tradição oral. Nessa grafia, há duas acepções correntes. Uma diz que carimbamba é o curandeiro, o que nos leva à existência das tribos cariris suprimidas pelo processo de colonização ou a herança da cultura africana, haja vista a palavra existir também no idioma Banto. Na outra acepção, carimbamba significa pássaro de rapina, provavelmente a coruja, que hipnotizaria, conforme credences antigas, as pessoas com seu canto noturno.

A lenda da carimbamba foi imortalizada na voz de Luiz Gonzaga, na música “Amanhã Eu Vou”, gravada em 1951, cuja letra vale transcrever:

Amanhã Eu Vou

Luiz Gonzaga

Era uma certa vez

Um lago mal assombrado

À noite sempre se ouvia a carimbamba

Cantando assim:

Amanhã eu vou, amanhã eu vou (4 vezes)

A carimbamba, ave da noite

Cantava triste lá na taboa

Amanhã eu vou, amanhã eu vou

E Rosabela, linda donzela

Ouviu seu canto e foi pra lagoa

E Rosabela, linda donzela

Ouviu seu canto e foi pra lagoa

A taboa laçou a donzela

Caboclo d'água ela levou

A carimbamba vive cantando

Mas Rosabela nunca mais voltou

Amanhã eu vou, amanhã eu vou (4 vezes)

A taboa (*Typha domingensis*) de que fala a música é uma planta que ocorre naturalmente em áreas alagadas. Pode-se encontrá-la, por exemplo, na lagoa formada próximo do contorno de São Gonçalo e nas áreas inundadas às margens da BR-230.

O nome do sítio Timbaúba igualmente encerra curiosidade. A árvore, que se conhece por timborana e timbó-da-mata, da família botânica das Fabáceas, não existe no município e o topônimo pode ser um equívoco dos primeiros colonizadores que trouxeram a referência da zona da mata, provavelmente de Pernambuco.

Da mesma forma, a planta que dá nome ao sítio Trapiá pertence à família das Caparidáceas e também se conhece fora do sertão por catauari. Já a planta que batiza o sítio Cedro é do gênero *Cedrus* e pertence à família das Pináceas.

Outra singularidade envolve o nome do sítio Gravatá (Croatá, em 1922), que vem da palavra tupi Caruatá e significa “mato que fura”, referindo-se a uma planta da família das bromélias, também chamada Caraguatá, Carroatá e Caroá. Muito provavelmente, no contexto do sertão, é uma referência à macambira.

Mais uma curiosidade envolvendo a flora se prende ao fato de que no espaço onde hoje se localiza o mercado municipal havia no início do século XX uma extensa área ocupada por grandes árvores da família das Anacardiáceas, conhecidas localmente por cajarana e, em outras regiões, por cajá-manga, uma planta originária das ilhas do pacífico, trazida pelos colonizadores.

A palmeira que empresta o nome ao sítio Catolé pode atingir até 30 metros de altura, sendo também conhecida por guariroba (*Syagrus oleracea*), gueroba, gueiroba, palmito amargoso, catolé, coco babão, coco amargoso, coco guariroba, gariroba e coco catolé, ocorrendo em todo o Nordeste, em área de caatinga, mas apenas em altitude superiores a 400 metros. Hoje essa palmeira praticamente não ocorre no município, mas no sertão primitivo era encontrada em áreas de serra.

Como última particularidade relativa à denominação das áreas rurais, cabe registrar que o sítio Cafundó faz jus ao nome graças à existência de uma passagem estreita entre duas encostas íngremes, sendo esse o significado original dessa palavra africana. No local já foram realizados estudos com o objetivo de se construir uma grande barragem de terra.

Hidrografia

Em relação aos riachos que cruzam as terras do município, todos apresentam regime intermitente. Em outras palavras, correm apenas no período das chuvas. O curso d'água mais importante é o rio Piranhas, que é perenizado, logo no seu percurso inicial, pelas águas do açude de Boqueirão (Engenheiro Ávidos), delimitando a fronteira oeste do município de Nazarezinho.

O rio Piranhas tem sua origem nas proximidades da divisa do Estado da Paraíba com o Estado do Ceará, no divisor de águas da serra do Bongá, localizada no município de Bonito de Santa Fé. Esse importante rio percorre o sertão da Paraíba, deixando o Estado através do município de Brejo do Cruz, atingindo o Estado do Rio Grande do Norte pelo território do município de Jardim de Piranhas, indo desaguar no município potiguar de Macau.

Os demais cursos hídricos que merecem destaque são o riacho do Pico e seu afluente, o riacho do Catolé, que se cruzam na área urbana. O riacho do Pico, quando mais próximo de suas nascentes, na serra de Santa Catarina, recebe também o nome de riacho do Olho d'Água do Frade. Assim como o riacho do

Pico, o riacho do Caldeirão, o riacho da Telha e o riacho do Escondido, todos são tributários do rio Piranhas, que flui em direção às terras do Rio Grande do Norte.

O riacho do Trapiá, que nasce na serra de Santa Catarina, corre para o leste, em direção ao município de São José da Lagoa Tapada, vindo a ser afluente do rio Piancó, tributário do rio Piranhas.

Os maiores corpos d'água do município são os açudes de João Raimundo, do Catolé, do Cedro, da Telha e o açude Grande. Apenas o açude de João Raimundo verte suas águas em direção ao leste, em direção ao rio Piancó. Os demais derramam suas águas na bacia do rio Piranhas, na direção oeste, sendo de grande importância para a agricultura de subsistência praticada nas várzeas que essas águas banham.

Atividades Econômicas e Potencial Turístico

De fato, as principais atividades econômicas praticadas no município são a agricultura de subsistência, a caprinocultura e a bovinocultura extensivas e o comércio. O potencial do turismo como atividade econômica apenas começa a ser avaliado.

No entanto, o turismo de evento já se faz tradicional, em decorrência das festividades realizadas em comemoração ao padroeiro São Sebastião. As festas movimentam fortemente o comércio local nos primeiros vinte dias de janeiro, recebendo grande fluxo de pessoas das cidades vizinhas, fortalecido pelo retorno dos emigrantes locais, residentes em outros estados.

Por outro lado, as explorações turísticas do Serrote do Pico - maior monumento natural da cidade -, do rio Piranhas - que banha de forma perene as terras do município situadas a oeste -, e do Olho d'Água do Frade - com suas lendas e belezas naturais -, ainda não obtiveram a atenção de empreendedores locais, carecendo de implantação de infraestrutura e logística adequadas.

O rio Piranhas adquiriu importância maior para a cidade a partir da implantação do projeto de abastecimento hídrico

urbano. Mas as belezas naturais existentes às margens desse rio e a força do contraste entre a aridez local e o fluxo perene das águas revelam um potencial turístico inexplorado. Nesse último aspecto, os grandes açudes particulares também apresentam recursos com potencial turístico.

Da mesma forma, e valendo-se adicionalmente do misticismo que envolve o lugar, o Olho d'Água do Frade, cujas terras adjacentes pertenciam, em 1922, a três proprietários (José Francelino da Silva, Manoel José da Silva e Porphirio Félix da Silva), espera ser apresentado ao turismo da região.

O ambiente lendário do Olho d'Água do Frade, localizado às margens da estrada que liga Nazarezinho à cidade de Carrapateira, foi palco, na imaginação popular, de um episódio pitoresco. Conta-se que um velho Frade, habitante dos arredores, sentindo que sua morte não tardaria, juntou em um grande caixão de couro e madeira, significativa quantidade de ouro e prata acumulados no decurso de sua longa vida.

Com o auxílio de fiéis escravos, levou a imensa caixa até a beira do poço que fica no sopé da serra de Santa Catarina, onde nasce o riacho do Pico. Antes de atirar a grande urna às profundezas das águas, pediu a Deus que apenas pessoas de fé

inabalável conseguissem resgatá-la e usar o seu precioso conteúdo para praticar a caridade e fazer o bem.

Muitos anos depois da morte do velho padre, um grupo de viajantes que passava pelo local, por ocasião de uma seca causticante, viram, submerso entre as pedras, o estranho caixão, que imediatamente associaram a uma botija. Durante o esforço do resgate um dos homens, sentindo o peso do caixão que vinha sendo puxado à superfície por uma junta de bois, gritou eufórico que, se todo aquele peso fosse um tesouro, dispensaria para sempre a ajuda de Deus. Nesse momento, as correntes que sustentavam o enorme caixão se partiram, o tesouro foi novamente engolido pelas águas do poço e nunca mais foi visto.

Folclore e lendas à parte, o Olho d'Água do Frade exibe uma beleza natural singular.

Outra atração natural com bom potencial turístico é o serrote do Pico, que apresenta características relevantes para as modalidades do turismo de aventura, trilhas ecológicas, escaladas e rapel. Uma das dificuldades para a realização desse potencial é que a área pertencente ao serrote se constitui imóvel particular de três proprietários rurais. Apesar do fato, o acesso não é proibido, havendo uma trilha de uso costumeiro,

com extensão de aproximadamente 1,5 km, começando na sede da fazenda dos herdeiros de Abdias Pereira Dantas.

No plano histórico, identifica-se um imenso potencial turístico na fazenda Jacu, propriedade dos herdeiros do Coronel João Pereira da Silva, onde se mantém o casarão que lembra a saga de Chico Pereira, um dos ícones do cangaceirismo da década de 1920.

Finalmente, observa-se que os engenhos de rapadura, que já somaram 28 no município e hoje se encontram quase extintos ou em ruínas, também apresentam atributos de interesse turístico, que estão ligados à história da colonização do sertão, como elemento complementar à exploração pecuária extensiva e às atividades econômicas do ciclo do algodão.

Com essas informações, concluímos a parte que se relaciona mais diretamente ao espaço físico, com rápidas incursões pelos aspectos humanos da geografia do município. A seguir serão ressaltadas informações sobre a economia, a educação, a saúde, a cultura e as práticas esportivas locais.

História Econômica

No litoral, o curral, que inicialmente fazia parte do engenho, como fornecedor de carne e de animais de carga e tração, entrou em conflito com os interesses da pequena produção de alimentos, fundamental para o abastecimento das famílias. No início do século XVIII, Carta Régia estabelecia que a criação de gado só poderia se dar a mais de dez léguas da costa. A medida, que resolvia os conflitos entre os agricultores e pecuaristas, foi um estímulo adicional ao estabelecimento do gado como uma das principais atividades econômicas do sertão.

A penetração rumo ao interior se deu pelos chamados “caminhos do gado”, que seguiam normalmente as margens dos rios que corriam pelo sertão. O interior da Paraíba fez parte da via de penetração que se iniciava na Bahia e, seguindo o rio São Francisco, atravessava o Estado de Pernambuco.

Diferentemente do que ocorrera no litoral, onde o engenho representava o elemento central da organização social, no sertão, a fazenda é que assumiu esse papel. Importante assinalar que a pecuária, diferentemente das atividades do engenho litorâneo, permitia o acesso à terra porque precisava da figura do arrendatário para se proceder a exploração mais

racional das imensas extensões de terra, conseguidas por meio de sesmarias, que eram extensas áreas de terra, concedidas pela Coroa portuguesa, mediante requerimento dos interessados. A fazenda exigia menos mão de obra do que o engenho, e o trabalho escravo não se mostrava tão eficiente ao pastoreio quanto foi para o engenho.

Com o desenvolvimento da indústria têxtil inglesa e o crescimento da procura, o algodão, ao final do século XVIII, passou a um dos principais produtos da agricultura da Paraíba, chegando a superar a exportação de açúcar no final do século XIX. Com a prática de consórcio do algodão com as culturas alimentares como milho e feijão, a cotonicultura se expandiu por décadas no semi-árido sertanejo da Paraíba. O seu declínio se completou na década de 1990, quando a praga do bicudo e a competição com a produção de outros estados e com as fibras sintéticas decretaram o fim de seu cultivo na Paraíba.

Os engenhos de rapadura desempenharam um papel muito importante para a economia sertaneja. Inicialmente, constituídos por moendas verticais de madeira, foram substituídos pelos engenhos de ferro – mais produtivos –, no começo do século XIX. Em Nazarezinho não se tem registro do

primeiro tipo, a não ser das pequenas engenhocas movidas à força humana, apenas para extração do caldo de cana, a garapa. Todos os engenhos, recém desativados no município, são de ferro - movidos a eletricidade ou a vapor.

O entendimento do funcionamento dos engenhos de rapadura traz subsídios importantes para a compreensão de sua importância para a economia sertaneja em décadas passadas.

Em Nazarezinho, era do engenho que saía a rapadura, responsável pela alimentação dos trabalhadores rurais dedicados à criação do gado e ao cultivo e à colheita de algodão, milho e feijão. A rapadura produzida no município tinha excelentes qualidades, sendo disputada pelos intermediários nas feiras onde era negociado o produto, em Sousa, Pombal e Cajazeiras, principalmente.

Nos meses da moagem, as pessoas do município se viam diante da abundância de guloseimas, facilmente acessíveis a todos. As novidades vinham na forma de mel de engenho, rapadura, raspa de gamela, alfenim e garapa, além da cana para chupar in natura.

A atividade, que começava com o cortador de cana, ainda na madrugada, e seguia com o cambiteiro, tinha na figura do

mestre da rapadura o trabalhador mais respeitado. Era ele que abria a torneira do tanque de garapa para encher o primeiro tacho, feito de ferro. Em seguida, já na primeira fervura, adicionava óleo de mamona, para clarificar o caldo. A garapa ia se concentrando à medida que passava, vagarosamente, com todo cuidado para não chichilar, do primeiro para o terceiro tacho. A regulação do fogo da fornalha exigia atenção.

Variações bruscas na temperatura poderiam estragar a qualidade da rapadura, que ficava com aparência esmaecida, sem valor comercial. O grande momento do processo culminava com o mel grosso sendo despejado em tanques de madeira, as gamelas, passando dessas para as formas, depois de ser mexido na gamela até próximo do ponto de coagulação.

Os engenhos ficavam abarrotados de tanta gente. Uns trabalhando, outros se divertindo na feitura da batida, na retirada do mel de dedo, experimentando a garapa ou no puxa-puxa do fabrico do alfenim, distração que ocupava principalmente as mulheres das famílias dos proprietários dos canaviais.

Ali se viam, em juventude e bom humor, José Ribeiro dos Santos (Tota) e sua esposa, Francisca, Valdemar Oliveira de

Sousa (Valdemar de Natália), sua esposa Dorinha e os filhos Sebastião (Tantão), João e Dorivan, esses três prematuramente falecidos. Um quadro que me enche o coração de incontida saudade.

O mel de engenho, muito apreciado com queijo de coalho, era retirado do último tacho. A batida era feita também com o mel do último tacho, depois de resfriar, batido com uma pá de madeira e adicionado de canela, erva-doce e cravo. A imersão de uma cana raspada no tacho de mel fervente da gamela resultava no alfenim, no processo de resfriamento da parte que ficava grudada à cana, depois de puxado vigorosamente, em movimentos de vai-vem, por diversas vezes, até clarificar.

A depuração do mel fervente rendia ainda a tiborna, nome dado à espuma que lentamente era retirada dos tachos. A tiborna se destinava, em forma de doação, à alimentação dos porcos das pessoas mais humildes da comunidade, contribuindo para sua subsistência e melhoria da qualidade de vida.

A Saúde

Até a emancipação política, a assistência à saúde em Nazarezinho era prestada basicamente por Raimundo Nonato Ponce Leon, farmacêutico renomado, gozando de grande prestígio junto à população em geral, mas principalmente, entre os mais pobres.

Os partos eram assistidos por Joana América e Mãe Agda, parteiras muito requisitadas pela população rural e, com alguma frequência, pelas mulheres do núcleo urbano. Uma das últimas parteiras do município, Joana América tinha, curiosamente, no fabrico de louça de barro sua atividade principal. Joana América era irmã de Chico Américo, homem da inteira confiança de Chico Pereira, chegando a se destacar na hierarquia do bando.

João Roberto de Lira (casado com Dona Laura Leite de Oliveira) era o dentista e protético do incipiente município, atendendo nas imediações do centro comercial da cidade.

A instalação da Unidade Sanitária, com a assistência de técnicos habilitados, iniciou uma mudança que se consolidou com o tempo. Assim, equipamentos e técnicas de esterilização, uso de luvas e hábitos profiláticos foram incorporados nos

procedimentos de rotina. Acompanharam essas transformações no padrão da assistência à saúde em Nazarezinho Maria Francisca Pedrosa (Maria Cassimiro) e Maria Francelino (Maria de Tião), como prestadoras pioneiras dos serviços sanitários modernos.

Em 2 de janeiro de 1976, entrou em funcionamento a Maternidade Raimunda Mendes Pedrosa. O primeiro parto realizado nas novas instalações resultou em gêmeos natimortos. Assim, o primeiro bebê a vir ao mundo nas dependências da referida Maternidade nasceu de uma mulher originária de Caraúbas (RN), que trabalhava no parque de diversões, durante as festividades de São Sebastião.

Atualmente, a população dispõe de plantões médicos diários e tem enfermeiros e técnicos em enfermagem prontos para as emergências. Mas os hospitais regionais de Sousa e Cajazeiras continuam exercendo um papel fundamental na assistência às emergências mais graves.

Surpreendentemente, as emergências envolvendo parturientes, às vezes, trazem de volta antigas práticas, como aconteceu em 1991, quando, eu residia com Iara, grávida da

primeira filha, em frente à casa de Dona Severina de Seu Antônio Bento.

No final da tarde do dia 5 de julho, a bolsa placentária se rompeu e, marinheiro de primeira viagem, entrei em pânico. Após acomodar a futura mãe em uma cadeira, saí em busca de ajuda. Na calçada, em frente a nossa casa, Dona Severina, como habitualmente fazia à tardinha, estava sentada em sua cadeira de balanço. Suspeitando da anormalidade, perguntou-me o que estava acontecendo. Apavorado, só tive tempo de dizer que minha filha estava nascendo.

Achando que a urgência fosse maior, mas com uma calma admirável, Dona Severina me orientou a ir buscar uma enfermeira, enquanto ela evitava que algumas crianças que nos acompanhavam entrassem na casa. Telefonei para um motorista que já estava de sobreaviso e deixei Iara aos cuidados de Dona Severina, pronta para fazer o parto.

Felizmente, chegamos a Sousa a tempo e o parto se deu em absoluta tranqüilidade, pelas mãos de Sinval Vieira Mendes e sua filha Helda Pires de Sá Mendes, na Casa de Saúde Nossa Senhora dos Remédios.

De ocorrência mais comum do que se pensa, mesmo nos dias atuais, o exemplo acima ilustra a disposição do sertanejo para ajudar, ainda que em uma assistência improvisada, como a que recebi de Dona Severina naquela tarde. Esse traço marcante da personalidade sertaneja se manifesta naturalmente nas pessoas de Nazarezinho. Essa solidariedade é importante, não só porque fortalece os laços entre os habitantes da comunidade, mas também porque amenizam algumas falhas dos serviços públicos que, em regra, mostram-se deficientes.

A Educação

O traçado da BR-230, a principal rodovia da Paraíba, beneficia estrategicamente a cidade de Nazarezinho, que fica um pouco recuada, mas a apenas 12 km da importante via de transporte. Com o asfaltamento da estrada estadual PB-318, o isolamento anterior foi definitivamente superado.

No que diz respeito à educação, a localização da cidade é ainda mais estratégica. Nazarezinho dista 25 km do campus universitário da UFCG, localizado em Sousa e 42 km do campus localizado na cidade de Cajazeiras.

Historicamente, já havia o favorecimento de Nazareth no cenário educacional, graças às iniciativas do Padre Rolim, no século XIX, que permitiram lançar, na vizinha Cajazeiras, as sementes do Colégio Diocesano e da Escola Normal, depois, Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Em 1955, estudavam no Colégio Salesiano Padre Rolim, em Cajazeiras: Vanildo, Vilton, Hildo, Jório, François e José Pedrosa na primeira série, além de Mardem na terceira série e José Virgínio no quinto ano.

Mais tarde, o surgimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras, em 1969, abriria as portas do ensino superior para as cidades vizinhas e o ensino se tornaria

público e gratuito com a implantação do campus da Universidade Federal da Paraíba, na década de 1970, hoje, Universidade Federal de Campina Grande.

Em meio à seca de 1958, inaugurava-se em Sousa o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, onde se formariam muitas gerações de professores filhos de Nazarezinho. Também em Sousa, no Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, estão disponíveis à população de Nazarezinho os cursos superiores de Administração, Ciências Contábeis, Direito e Serviço Social.

No contexto local, nas décadas de 1960 e 1970, as primeiras letras eram aprendidas através dos ensinamentos de Dona Nely César Douetts, saudosa professora, mestra desde os 14 anos de idade, filha de Enéas César Douetts e Dona Orcília. Descendente dos Albuquerque pioneiros, Dona Nely faleceu em 2007, deixando exemplos de carinho e dedicação ao próximo.

Dona Nely era da geração de três outras desbravadoras da educação em Nazarezinho: as irmãs Francisca, Maria do Carmo e Gláice, filhas de Leonardo Alves e Maria Augusta Alves Furtado. Nos últimos 40 anos, todas as pessoas instruídas no município receberam as lições dessas devotadas educadoras.

A educação formal em Nazarezinho se iniciou com a inauguração do Grupo Escolar Manoel Mendes, em 1954, composto por seis salas de aula, padrão elevado para a época. A escola, construída em terreno doado por Abdias Pereira Dantas, passou a se chamar Escola Estadual de 1º Grau Manoel Mendes, em 1982, e a denominação atual de Escola Estadual de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manoel Mendes se deu em 1987. A primeira Administração da emblemática instituição de ensino ficou a cargo da Professora Maria Zilma Mendes, que, ao casar com Antônio do Carmo Gomes, migrou para Brasília, onde reside com filhos e netos desde a década de 1960.

Na administração do Grupo Escolar, responsável pela alfabetização de várias gerações de estudantes, estiveram ainda: Maria Zita Mendes (1974 a 1987), Maria de Fátima Alves Douetts de Melo (1987 a 1989), Minervina Luiz Rocha Lira (1989 a 1994), Maria Genecilda Silva Vale (1994 a 1999) e Ailda Mendes de Medeiros Lins (1999 a 2003).

Desde 2003, exerce novamente a direção da instituição Maria Genecilda Silva Vale, com a supervisão escolar sendo exercida por Maria Hercília Braga Mendes.

A entidade que ainda representa a principal referência educacional do município teve a colaboração de profissionais idealistas. Dada a importância dos serviços das abnegadas professoras na promoção da educação no município, faz-se justa homenagem mencioná-las nominalmente: Ailda Mendes de Medeiros Lins, Alcides Lins de Farias, Antonia Maria Mendes, Cleide Mendes Vale, Dagmar de Sá Formiga, Dolores Ferreira Lins, Francilene Pereira da Silva, Francisca Beatriz Luiz Sarmiento, Francisca Alves Furtado, Francisca das Chagas P. Lopes, Francisca Izinei Mendes Campos, Francisca Ponce Leon, Francisca Roseneide Pereira, Francisquinha Barbosa, Iracy César de Albuquerque, Izabel Cristina de Meneses, Joana Alves Dantas, Josefa Eudézia P. Lins, Maria Anúzia Mendes Pedrosa, Maria Augusta Mendes, Maria Aurineide M. Pedroza, Maria Auxiliadora Avelino Mendes, Maria Avelino Pereira, Maria da Piedade Alves Figueiredo, Maria das Louviene Silva, Maria das Neves Lins Medeiros, Maria de Fátima César Vale, Maria de Fátima de S. P. Vale, Maria de Fátima V. da Silva, Maria do Carmo Alves Furtado (in memoriam), Maria do Carmo B. S. Ponce Leon, Maria do Carmo Mendes Pedroza, Maria do Desterro Silva, Maria do Socorro Alves Pereira, Maria do Socorro Mendes Pedrosa, Maria do Socorro Silva, Maria do Socorro V. Lopes,

Maria Glaíce Alves Furtado, Maria Hildete Mendes Medeiros, Maria Hirleny Pereira Vale, Maria Marta Pedroza Pereira, Maria Onélia Gomes Mendes, Maria Rodrigues do Nascimento, Maria Sarmento Rocha, Maria Zuleica Mendes Formiga, Marília Mendes Gadelha (in memoriam), Mariza Roberto Lins, Marlene Alves Braga, Minervina Luiz Rocha Lira, Nailda César Douetts, Natália do Vale, Nely César Douetts (in memoriam), Ozanira Luiz Mendes, Raimunda Lins de Oliveira, Rejane Vale Mendes, Tereza Neuman Pedrosa, Umbelina de Sá Mendes, Vânia Suely Alves e Zélia Luiz Sarmento Dantas.

A fundação do Colégio Francisco Lins de Albuquerque foi uma iniciativa da Paróquia de São Sebastião, tendo funcionado até 1980, quando encerrou sua missão por inviabilidade financeira.

A Escola Francisco Augusto Campos iniciou suas atividades educativas em 1981, com as turmas de 5^a a 8^a séries e o ensino médio foi implantado gradativamente, até que se atingiu o nível atual da Escola Estadual de 1^o e 2^o Graus Francisco Augusto Campos.

Na primeira gestão escolar estiveram Francisca Izinei Campos e Umbelina de Sá Mendes, respectivamente, nos cargos

de diretora e vice-diretora. Curiosamente, repetiam a dobradinha que seus cônjuges faziam no espaço político municipal, no qual José Augusto Mendes era o prefeito e Flaviano Mendes, seu vice-prefeito.

A interferência da política nas nomeações era evidente, mas nem de longe colocaram qualquer sombra de dúvidas sobre a competência das administradoras, que, cientes dos desafios e com muita determinação, enfrentaram as dificuldades e consolidaram a implantação da escola pública, tida como uma conquista fundamental para a comunidade.

Consolidando a implantação da nova unidade escolar do município, a segunda gestão foi exercida por Umbelina, no cargo de direção, e a saudosa Maria Íria Mendes Pedroza, na vice-diretoria.

A Cultura

Nas atividades de divulgação da cultura e da produção de conteúdos culturais, tem sido digno de nota o trabalho realizado por pessoas como Helena Maria Pereira e Íris Mendes Medeiros, em parcerias com a Subsecretaria de Cultura do Estado da Paraíba e com o Ministério da Cultura.

Desse trabalho sério e dedicado, resultaram algumas produções do Teatro de Amadores de Nazarezinho, a realização de oficinas de técnicas de produção de conteúdos áudio-visuais, além da publicação de documentários, como o filme “Na Cabeça do Povo”, sobre a história do cangaço em Nazarezinho, assistido em praça pública, debaixo de chuva, por mais de quinhentas pessoas, em seu lançamento.

Merece destaque também o Forró na Bagaceira, concretizado pela Casa de Cultura Júlia Rocha, tendo à frente Sebastião Sarmiento Braga, que tem buscado resgatar a autêntica manifestação popular do forró pé-de-serra, renovando junto aos jovens o gosto pela preservação das raízes culturais da cidade. A manutenção de espaço reservado ao Cine Nazareth, localizado na rua José do Carmo Vale é mais uma preciosa realização da instituição.

Registro, por testemunho pessoal, que parte do sucesso dessas ações se deve ao carinho com que os parceiros culturais, oriundos de João Pessoa, de Campina Grande e de outras cidades do interior, têm sido tratados em Nazarezinho.

É bom constatar que a hospitalidade sertaneja, cuja expressão já se observava nos hábitos dos primeiros habitantes de manter os alpendres disponíveis para que os viajantes cansados armassem suas redes, continua fazendo pontes e contribuindo para superar as dificuldades materiais locais, sobretudo as tecnológicas.

Esse é um caminho que deixa muito aprendizado, permitindo a valorização da cultura local, sem desprezo pelo que vem de fora, como elemento de renovação dos hábitos e costumes.

Na expressão musical, o destaque maior é do pioneirismo de Bosco do Sax (casado com Salete), que coincidentemente compartilhou seu cinquentenário de vida artística com a emancipação política de Nazarezinho. Antes dele, os precursores da música foram Chico Ribeiro, da rebeca, e os sanfoneiros dos trios de forró pé-de-serra.

No âmbito da estrutura física, a comunidade dispõe da Biblioteca Municipal “João Sarmiento Furtado”. O homem que emprestou seu nome à instituição foi comerciante e proprietário rural. Do casamento entre João Sarmiento Furtado e Maria Guiomar Diniz nasceram Itamar, Naazon, Manoel, João Sarmiento Filho, Maria, Marieta, Benedita e Maria das Graças.

Feito esse parêntese, registre-se que, na literatura, a grande expressão de Nazarezinho é o escritor Francisco Pereira da Nóbrega, conhecido popularmente como Padre Pereira.

Com a trágica morte de seu pai, a educação de Padre Pereira teve decisiva influência de seu tio, Abdias Pereira Dantas.

Nóbrega estudou em Cajazeiras, desde a alfabetização até sua ordenação no Seminário Arquidiocesano da Paraíba. Seus estudos teológicos se aprofundaram na França, onde freqüentou cursos de Literatura e concluiu o curso de Doutorado em Filosofia, na Universidade Católica de Paris. Na Itália, Padre Pereira estudou literatura e concluiu o curso de Mestrado em Teologia, pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma.

Graças aos estudos e convivências com várias culturas, tornou-se poliglota, falando fluentemente, além do idioma

português, o espanhol, o italiano, o francês, o alemão, o sueco e o grego.

Depois de realizar várias missões apostólicas, em que agregou ações sociais e políticas, devotou-se a essas atividades, deixando formalmente o sacerdócio em 1968. Como reconhecia, nunca deixara de ser padre, e a mensagem cristã o acompanhou por toda a vida.

Do casamento do filósofo com Lígia Aparecida Moura Pereira Nóbrega, em 1971, nasceram três filhos.

Padre Pereira escreveu, por muitos anos, crônicas diárias para os Jornais “A Notícia”, “A Imprensa”, “Correio da Paraíba” e Correio Braziliense.

Nascido em Nazarezinho no ano de 1928, na fazenda Jacu, de propriedade de seus avós paternos, Francisco Pereira da Nóbrega escreveu, entre outros, os seguintes livros: A Palavra na Construção do Homem, Balões da Madrugada - Reflexões Existenciais, A Palavra na Construção do Homem - Crônicas Escolhidas, Para Ler Hegel e Rio Seco.

Mas seu livro mais famoso foi o “Vingança, Não”, em que narra principalmente a história de seu pai, Francisco Pereira Dantas, legendário sertanejo que integrou o cangaço nos anos

1920. A obra teve o prefácio escrito por Rachel de Queiroz, autora de “O Quinze”, romance que renovou a ficção regionalista, trazendo como cenário o sertão semi-árido. No início da envolvente narrativa, Padre Pereira escreveu em 1961: “Há mais de dez anos me pedem que escreva esta história. Há mais de vinte anos que me contam. Há cerca de trinta anos que o fato aconteceu”.

Filho da professora Jarda Nóbrega e irmão de Raimundo e Dagmar (Frei Albano), Padre Pereira é o único representante de Nazarezinho na Academia Paraibana de Letras, tendo ocupado a cadeira nº 33, a partir de 1981 até a sua morte, em 22 de janeiro de 2007.

O Esporte

Até 1958, não existia em Nazarezinho qualquer iniciativa visando à formação de uma equipe de futebol local. O esporte principal do distrito era, acreditem, a peteca, jogada no local onde atualmente está a Praça João Luiz, construída na administração de Osório Luiz.

Embora o futebol tenha sido introduzido no Brasil desde o Século XIX, por Charles Miller, a popularização desse esporte não se deu de imediato.

De fato, a primeira bola chegou ao País em 1894 e, já no ano seguinte, seria realizada a primeira partida de futebol em terras brasileiras. Entretanto, apenas em 1950, a seleção brasileira de futebol viria a se mostrar competitiva.

Ainda que tenha perdido a copa do mundo de 1950 para o Uruguai, jogando no Brasil, a frustração pela derrota veio acompanhada de maior interesse pelo esporte e as duas copas seguintes foram conquistadas pela seleção canarina, que se transformou em um dos maiores orgulhos do povo brasileiro.

O contexto nacional era dos mais propícios à interiorização do esporte. Não por coincidência, o cenário

começaria a mudar também em Nazarezinho, com a formação do primeiro time, sob o comando do Sargento Argemiro e o reforço indispensável dos atletas do Distrito de São Gonçalo.

O primeiro campo reservado para a prática do esporte foi um descampado arenoso nas várzeas do açude de Abdias Pereira, às margens do povoado.

A equipe pioneira veio a se chamar XV de Novembro. Segundo relatos dos que a viram jogar, foi a melhor equipe de futebol que já atuou defendendo Nazarezinho, tendo obtido êxitos contra a forte equipe representada pelo Atlético de Cajazeiras, atualmente participante do campeonato paraibano, e pelos times de São Gonçalo e Coremas, tidos como os maiores rivais.

O entusiasmo com o desempenho do velho XV de Novembro resultou na construção do campo de futebol batizado de Nê Mendes, localizado no bairro da Vila Nova, que iniciava sua expansão. O campo de futebol se localizava onde hoje está construída a Escola Francisco Augusto Campos, estendendo-se pelo loteamento situado ao fundo.

Edilton César Nitão foi um entusiasta das práticas desportivas no município, tendo sido presidente da histórica

equipe do XV de Novembro. O nome do Centro Social de Educação é uma homenagem que o poder público de Nazarezinho prestou a Edilton em reconhecimento ao seu trabalho. Edilton faleceu em 1973 em trágico acidente automobilístico, no qual morreu também Ildetrudes Mendes, cidadão muito popular e extrovertido, que deixou muitas saudades e, sem ele, as festas de vaquejada, esporte popular à época, sofreram um duro golpe. O vereador Zé Basílio foi o único sobrevivente do acidente.

Sobre Ildetrudes, seu primo Vanildo Mendes ressaltou que era “cabra inteligente e desenrolado, que tinha definição para tudo o que conhecia e para o que não conhecia dizia - não sei. Em certa ocasião, assim definiu turista: - São essas pessoas que andam pelo mundo sem fazer nada, só para conhecer as coisas”.

Edilton deixou viúva Dagmar de Sá Formiga e órfãos dois filhos, Fábio e Fabiano Formiga Nitão. Ildetrudes deixou viúva Elita Mendes e órfãos quatro filhos: Tânia, Maria do Socorro, Jair e Ildelita Mendes.

No Centro Social de Educação “Edilton César Nitão”, foram realizadas as festas carnavalescas mais animadas e irreverentes, nos anos 1980.

O povoamento da área da antiga praça de esporte, situada na Vila Nova, resultou na busca de um novo local para a prática do futebol. Durante muitos anos, a referência dos atletas foi o novo recinto esportivo criado às margens do riacho do Pico, onde hoje se localizam a Creche e a Escola Maria do Carmo. Finalmente, com a construção do Estádio Saulo Vieira Mendes, o Vieirão, chegou-se ao endereço definitivo do espaço reservado ao futebol de campo na cidade.

Na atualidade, as tradicionais peladas de final de tarde e os campeonatos de integração e de veteranos contam com o apoio da Associação de Futebol local, um espaço de natural disputa política que, quando se exacerba, reduz o esporte como ferramenta de integração, socialização e formação dos jovens.

No próximo capítulo, trataremos de assuntos que podem suscitar alguma polêmica, embora o intuito maior seja o de descrever e interpretar evidências pré-históricas e fatos históricos à luz de uma perspectiva que favoreça a verdade sobre o espaço histórico-geográfico do município.

Na Pré-História

E aquilo que nesse momento se revelará aos povos
Surpreenderá a todos, não por ser exótico
Mas pelo fato de poder ter sempre estado oculto
Quando terá sido o óbvio

Um Índio
(Caetano Veloso)

O Caminho das Pedras

O visitante que chega a Nazarezinho encontra, em geral, hospitalidade e boa acolhida. Não raramente sai com a impressão de que uma única e grande família forma essa comunidade de pouco mais de sete mil habitantes, tal é a simpatia com que se recebem os amigos dos amigos por ali.

De fato, as famílias atuais são o resultado de um processo secular de socialização, convivência e entrelaçamento de dezenas de núcleos ancestrais. Um processo cuja reconstituição e entendimento nos envolvem em seu fascínio.

Compreende-se a ânsia de se falar sobre as últimas gerações, os ancestrais imediatos, os hábitos e os problemas que a comunidade vivencia. É estimulante discutir o passado recente e, de modo pragmático, elaborar melhores alternativas para o futuro.

Nesse ponto estamos de acordo. E não tardaremos a fazê-lo.

Antes, porém, faço-lhe uma provocação e um convite para trilharmos nas próximas linhas e entrelinhas, com a

liberdade e a máxima responsabilidade que a jornada requer, um inusitado caminho em direção a raízes mais remotas.

A abordagem será breve. E só a faço em nome da necessidade de uma sistematização cronológica mais abrangente dessas memórias.

Entenda por “raízes mais remotas” fatos e fenômenos ocorridos há milhares de anos, aqui no território em que se assenta a cidade, relativos aos primeiros habitantes humanos do sertão nordestino.

Entre a Paleontologia...

Inicialmente, cabe observar que se não fosse a credibilidade científica adquirida pela arqueologia brasileira, nas últimas décadas, seria difícil dar crença ao que hoje se conhece sobre os grupamentos humanos primitivos do nordeste brasileiro.

Sabemos que em Nazarezinho pesquisas nesse campo são inexistentes. Assim como inexistem outras pesquisas sobre a pré-história de nosso município, não obstante o fato de, no vizinho Vale dos Dinossauros, a paleontologia, ciência que estuda as formas de vida extintas, ter descoberto um acervo valiosíssimo para a história natural e, em consequência, para a exploração turística do município de Sousa.

Creio que se faz útil abrir um parêntese sobre o vizinho Vale dos Dinossauros. Ali, dezenas de espécies de animais pré-históricos deixaram registradas em rochas sedimentares pegadas que comprovam a vida desses seres há milhões de anos, na bacia do rio do Peixe. Por pré-histórico entenda-se tudo o que se relaciona às sociedades e eras em que não existia a escrita.

As primeiras narrativas históricas dão conta de que, no final do século XIX, por volta de 1897, um agricultor do município de Sousa distinguiu, em local conhecido por Passagem das Pedras, algumas pegadas formando trilhas que ele acreditava se tratar de rastros deixados por emas ou pelo gado bovino. Somente na década de 1920, a história chamou a atenção da ciência, por meio da atitude de engenheiro do IOCS, chamado Luciano Jacques de Moraes, que enviou fotografias das pegadas para a apreciação de técnicos ingleses, que atribuíram as raras pegadas a dinossauros que viveram na região havia 110 milhões de anos.

A Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) foi criada em 1909, recebeu o nome de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), em 1919, e passou a se chamar Departamento Nacional de Obras Contradas as Secas (DNOCS) em 1945.

Os estudos científicos de Moraes, em parceria com Djalma Guimarães, foram registrados, em 1924, por meio da publicação intitulada *Serras e Montanhas do Nordeste*.

A notícia provocou grande euforia, mas, apesar de reconhecido o valor da descoberta, o sítio arqueológico ficou

relegado ao esquecimento, à mercê das inundações do rio do Peixe e da depredação por parte de ignorantes inescrupulosos.

A partir do Decreto Estadual nº 23.832, de 27 de dezembro de 2002, foi criada a Unidade de Conservação denominada Vale dos Dinossauros, um dos mais importantes conjuntos de sítios arqueológicos do mundo, distribuídos em 1.730 km² de área.

Os achados se deram, em grande parte, graças ao valioso trabalho, iniciado em 1975, realizado pelo geólogo e paleontólogo italiano Giuseppe Leonardi, a partir de projetos científicos aprovados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O acervo arqueológico conhecido inclui pegadas em trilhas fossilizadas de dezenas de espécies de dinossauros. O tamanho das pegadas varia de 2 cm, de espécies ainda não identificadas, havendo também as de 5 cm e as de 40 cm. As maiores são atribuídas a iguanodontes que pesavam 4 toneladas, com envergadura de 5 metros e altura de 3 metros.

Foram os dinossauros carnívoros que deixaram a maior parte das marcas. A trilha que se estende por 43 metros é reconhecida como a mais longa já descoberta no mundo. Além

das pegadas, foi revelada nos últimos anos a existência de plantas fossilizadas, ossadas de grandes animais pré-históricos e pinturas rupestres em sítios específicos.

Com a publicação do referido Decreto, não só os municípios de Sousa e São João do Rio do Peixe figuram na composição do já famoso Vale, embora neles esteja concentrada a maioria das pegadas descobertas.

Nos termos legais, o município de Nazarezinho também compõe o Vale dos Dinossauros. A inclusão do município de Nazarezinho, assim como de outras dezenas de município leva em conta aspectos técnicos que não afastam a possibilidade de que essas marcas arqueológicas possam ser descobertas também em outras áreas que compõem as bacias do rio do Peixe e do rio Piranhas.

Dado o tipo de solo predominante no município de Nazarezinho, formado por rochas cristalinas, muito diferentes dos sedimentos que caracterizam os solos de Sousa e de São João do Rio do Peixe, não se pode afastar completamente a possibilidade de que vestígios de animais do período geológico Cretáceo tenham se conservado em condições especiais no subsolo de alguma área da circunscrição do nosso município.

Por enquanto, nem geólogos nem paleontólogos tem se interessado em estender as pesquisas.

... e a Arqueologia

Voltemos novamente à arqueologia e às revelações sobre os humanos primitivos, donos dessas terras, matas e riachos, antes de entrarmos no período da história propriamente dita.

As técnicas aprimoradas que têm permitido a busca e a identificação precisas de vestígios da presença e das atividades humanas em tempos longínquos revelaram um cenário impensável até recentemente sobre o primitivo homem sertanejo. Basta que se diga que as descobertas deram projeção internacional e respeito à arqueologia brasileira nos últimos anos.

Os estudos mais avançados se dão na serra da Capivara, localizada no Estado do Piauí, cujo clima atual é semi-árido, em nada diferindo do que predomina no sertão da Paraíba. Os pesquisadores descobriram que há cerca de 12 mil anos, a vegetação era abundante e muito diferente da caatinga que atualmente predomina na área.

O clima semi-árido se instalou a partir de mudanças climáticas complexas ocorridas há 10 mil anos. O mais impressionante é que, contrariando as primeiras observações científicas sobre a presença humana no continente americano,

as análises realizadas sobre o carvão das primitivas fogueiras confirmaram a hipótese de que há mais de 50 mil anos o homem já habitava a área do atual Estado do Piauí.

As cavernas não eram os locais de habitação preferidos. A habitação se fazia perto dos boqueirões dos rios e nos vales mais largos. Além disso, o grupo humano estabelecido no nordeste brasileiro tinha como característica marcante registrar a caça de animais, representações sexuais e cerimoniais por meio de pinturas nas rochas das cavernas.

As necessidades dos povos primitivos situarem suas habitações próximas aos cursos d'água e boqueirões, em conjunto com a realização da política de açudagem iniciada no império e acelerada nas primeiras décadas da república, selaram, no semi-árido do Nordeste, o destino de inúmeros sítios, com grande potencial arqueológico, hoje submersos. Para a história de Nazarezinho, em particular, levando em conta apenas os interesses arqueológicos, os boqueirões inundados pelas águas dos açudes de Coremas, de Engenheiro Ávidos e de São Gonçalo representam as maiores perdas.

A presença de povos que dominavam a agricultura e adotavam técnicas elaboradas de produção de artefatos

cerâmicos data de 3.500 anos na serra da Capivara, no sertão piauiense. Nesse período, o feijão, o milho e a cabaça foram incorporados aos recursos de subsistência desses grupamentos humanos ancestrais.

Entre os hábitos e costumes desses povos primitivos estava a prática do sepultamento dos mortos, em cova ou urnas de cerâmica. Na cova, o corpo era colocado sentado. Na urna, os ossos eram dispostos lado a lado e o crânio, coberto por uma cuia ou vasilhame de cerâmica, era posto no centro sobre os ossos ordenados.

Esses grupos primitivos deram origem aos indígenas encontrados pelos colonizadores povoando o sertão. A serra da Capivara foi a área onde se refugiaram as comunidades indígenas do sertão nordestino perseguidas pelos colonizadores, que somente a partir de 1830 atingiram aquela região do Piauí.

A observação feita em relação à falta de estudos referentes ao período Cretáceo na área do município de Nazarezinho se aplica, com muito mais ênfase, à absoluta falta de iniciativas atinentes à pesquisa arqueológica sobre os primeiros indígenas que habitaram essas terras.

A ênfase se justifica, dadas a pobreza de parcela significativa da população do município e as possibilidades econômicas que o turismo advindo da descoberta de um desses tesouros científicos poderia oferecer.

A possibilidade de identificação de inscrições rupestres, como as marcas pendentes de definição existentes no Olho d'Água do Frade, não recebeu a atenção devida. Como também nada sabemos sobre cemitérios indígenas. Enfim, não atingimos sequer a infância da arqueologia e da paleontologia no município.

Mas, o mais sedutor disso tudo é imaginar que, tomando por aceitáveis as revelações arqueológicas, as ocorrências reveladas sobre o mundo primitivo da serra da Capivara podem ser transpostas, tomados alguns cuidados, ao ambiente ancestral das terras que suportam as edificações atuais de nossa cidade.

Indo além das evidências remotas sobre a vida dos povos primitivos que habitaram o sertão nordestino, podemos voltar a atenção para a presença indígena relativamente recente, que constitui um passado histórico, documentado com maior detalhamento, porém de forma insuficiente. Dedicaremos o

próximo capítulo à busca desse passado, que também segue inexplorado: o obscuro período colonial no sertão paraibano.

No Período Colonial

Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!
Valeu à pena? Tudo vale à pena
Se a alma não é pequena.

[...]

Mensagem

(Fernando Pessoa)

E à noite, nas tabas,
Se alguém duvidava
Do que ele contava,
Dizia prudente:
Meninos, eu vi!

I-Juca-Pirama

(Gonçalves Dias)

A Descoberta do Litoral

Para entendermos a ocupação do território sertanejo, é importante resgatarmos o contexto histórico que se desenlaça antes que os comandos do colonizador fossem levados para o interior paraibano, em decorrência da dinâmica e das necessidades da produção de açúcar no litoral nordestino.

Nesse sentido, é crucial observarmos, de início, que o descobrimento do Brasil se deu oito anos depois de Cristóvão Colombo revelar aos espanhóis a existência da América, ao chegar às ilhas Bahamas, em 1492.

Na conjuntura das grandes navegações, Portugal, como potência marítima, apressou-se, diante da expectativa de novas descobertas, em assegurar as possibilidades de ampliar o número de colônias, e assinou com a Espanha o Tratado de Tordesilhas, em 1494, que reconhecia como terras espanholas apenas as descobertas a mais de 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde.

Quando as dez naus e treze caravelas de Pedro Álvares Cabral expuseram à Europa a existência de novas terras, em 22 de abril de 1500, viu-se que a linha imaginária de Tordesilhas deixava sob o domínio português quase todo o litoral da Ilha de

Vera Cruz, mais tarde chamada Terra de Santa Cruz e, a partir de 1511, Brasil.

Só a partir de 1530, quando a população brasileira de origem européia se estimava entre 200 e 300 pessoas, Martim Afonso de Souza inaugurou o período das expedições colonizadoras.

Por ocasião dos primeiros anos do descobrimento do Brasil, no sertão nordestino habitavam, completamente desconhecidas para os colonizadores, tribos indígenas nômades, que descendiam de povos primitivos cuja presença na região remonta há 50 mil anos.

A necessidade de superação desse estágio de desconhecimento, que também se estendia ao potencial econômico, motivou o início da execução do projeto de soberania portuguesa sobre as novas terras. Valendo-se de capital privado, o modelo adotado, em 1534, foi o sistema de capitanias hereditárias, já testado com sucesso em outras colônias portuguesas.

Assim, o território leste da linha de Tordesilhas foi dividido em 15 faixas perpendiculares, variando entre 10 a 100 léguas de largura, destinadas a 12 donatários, em geral

capitalizados, como exigia a Coroa Portuguesa. Nessa primeira divisão administrativa do Brasil, a capitania de Itamaracá, onde hoje se localiza o território da Paraíba, foi entregue a Pero Lopes de Souza e a capitania de Pernambuco foi confiada a Duarte Coelho.

Mas, alguns donatários nunca vieram ao Brasil e a tentativa de iniciar a exploração econômica da colônia fracassou. Com isso, Portugal adotou o sistema de governos-gerais, em 1548, que passou a coexistir com o fracassado sistema de capitanias hereditárias, que se mostrou eficiente na capitania de São Vicente, com Martim Afonso de Sousa, e na de Pernambuco, com Duarte Coelho. Prosperaram ainda as capitanias de Porto Seguro e Ilhéus.

Fato importante para a história do sertão nordestino é que o primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Souza, nomeado em 1548, trouxe não apenas os primeiros padres jesuítas para converter os índios à fé católica, mas levou também as primeiras cabeças de gado para a Bahia. Anos antes, em 1534, Martim Afonso de Sousa trouxera para a Vila de São Vicente, atual São Paulo, a semente da nossa pecuária.

Ninguém suspeitava, no entanto, dada a pouca importância da pecuária como atividade econômica naquele momento, que essa viria a ser, anos mais tarde, a força motriz da ocupação do interior nordestino, e não o ouro e a prata como os primeiros colonizadores sonhavam.

Aliás, a civilização litorânea também não se fez sobre os desejados metais preciosos. O açúcar é que assumiu o papel de suporte econômico da organização social que se iniciava.

Viabilizar a produção de açúcar em terras brasileiras, no momento em que os preços estavam em alta na Europa, passou a ser o grande desafio da administração colonial. A exploração da cana-de-açúcar iria gerar uma organização social estratificada e bem definida no litoral, em torno da figura da casa grande.

A capitania de Pernambuco - que teve seu primeiro engenho em 1534 -, e a capitania de São Vicente prosperaram, em parte, graças à produção de açúcar. Estima-se que a cana-de-açúcar, planta de origem indiana já cultivada na ilha da madeira antes do descobrimento do Brasil, deve ter chegado ao nordeste brasileiro entre 1518 e 1519. Passados alguns anos, sob as ordens da casa grande, as moendas, movidas à água nos

engenhos maiores, extraíam o mel da cana-de-açúcar. A caldeira, a casa de purgar e a casa das caixas complementavam o conjunto da fábrica rudimentar.

Em um retrato grosseiro, a casa grande do primeiro século da colonização, iluminada à noite por velas de sebo, servia às funções de sede do engenho, moradia, fortaleza, hospedaria e escola. Como extensão da casa grande ficava uma capela, onde se realizavam casamentos, batizados e missas. A senzala ficava mais afastada.

Inseridos naquela economia onde o escambo se fazia indispensável, os menores engenhos, movidos a boi, fabricavam aguardente, que os proprietários trocavam por escravos. Sob esse modelo, baseado no latifúndio e na monocultura escravocrata, a produção de açúcar dava seus primeiros passos.

A muitas léguas a oeste da costa, ainda alheias a essas transformações, as tribos indígenas do interior nordestino, sem nunca terem visto um pé de cana-de-açúcar, continuavam a viver dentro de seus hábitos milenares: caçavam, pescavam, praticavam agricultura rudimentar, deslocavam-se fugindo da seca e guerreavam entre si.

A Invenção do Sertão

Com a invasão holandesa à costa nordestina, ocorrida no século XVII, os portugueses foram obrigados a fugir para o interior e intensificar a ocupação dessa área da Região Nordeste, até que a Coroa Portuguesa retomasse o controle da colonização no litoral.

Até o final da ocupação holandesa, que se estendeu de 1630 a 1654, a ação colonizadora não ultrapassava uma estreita faixa litorânea, de menos de 100 km de extensão, na área que corresponde ao território do Estado da Paraíba. A capitania era habitada, no litoral, por índios tabajaras e potiguaras - sedentários e de convívio mais fácil, ambos da nação tupi-guarani - e, por todo o interior, a partir da Borborema até o limite com o Estado do Ceará, por índios da nação cariri, conforme os estudos mais atualizados.

Quando Portugal reassumiu o comando, a ação dos colonizadores no interior da Paraíba se deu em duas frentes principais. Uma das rotas de ocupação se iniciava na capital e se estendia até o alto sertão, quando se cruzava com a outra linha de ocupação, que vinha do rio São Francisco em direção a

Piancó, Coremas e Pombal, sob o domínio do bandeirante paulista Domingos Jorge Velho.

A experiência de colonização do sertão paraibano se iniciara através dessa segunda frente de avanço, pela atuação dos colonos vindos da Bahia juntamente com os sesmeiros da Casa da Torre, do português Garcia d'Ávila, que chegara ao Brasil juntamente com o primeiro governador-geral, Tomé de Sousa, em 1549.

Os objetivos das entradas, que se deslocavam seguindo os cursos dos rios, eram fazer o levantamento das riquezas do interior, capturar índios para a defesa do litoral e promover atividades econômicas, com a conseqüente valorização das terras da Casa da Torre, proprietária de todas as áreas do interior, da Bahia ao Maranhão.

O castelo da Casa da Torre integrava um complexo residencial e militar, localizado estrategicamente no litoral norte a 80 quilômetros de Salvador, constituindo-se no único Castelo de estilo medieval construído na América. Ali os descendentes de Garcia d'Ávila exerceram sua influência por dez gerações, ao longo de trezentos anos, deixando sua marca na história da conquista e povoamento dos sertões nordestinos

e no combate a navios invasores ingleses, franceses e holandeses.

As terras indígenas das tribos dos jenipapos, coremas, panatis, pegas e icós, localizadas no interior da Paraíba foram alcançadas pelos colonizadores da Casa da Torre, que viriam a ser detentores do maior feudo do Nordeste brasileiro, com quase um terço das terras sertanejas, nas quais descobriram vocação para a criação extensiva de gado.

A partir de 1674, o coronel Francisco Dias d'Ávila, ligado a Casa da Torre, atravessou o rio São Francisco e, subindo o rio Pajeú, em Pernambuco, alcançou os vales do rio Piranhas, na Paraíba.

A estrada do gado, ligando a Bahia ao Piauí, foi também utilizada pelos homens da Casa da Torre como via de penetração no território sertanejo. Seguindo as margens do rio São Francisco, eles rumaram para o norte até o distrito de Jacobina, de onde seguiram para o Piauí. De volta, tomando outra direção, cruzaram serra do Araripe e desceram pelo rio Salgado, alcançando o povoado de Icó, de onde tomaram o rumo leste até atingir as terras de Piranhas de Cima e do rio do Peixe.

Dominando a geografia dos caminhos primitivos, os homens da Casa da Torre se tornaram sesmeiros nos vales dos rios Piancó, Piranhas de Cima e rio do Peixe, utilizando-se principalmente dessa última rota, que foi responsável pela chegada dos primeiros bovinos, caprinos e ovinos, que deram suporte ao surgimento dos primeiros currais, que evoluíram para sítios, povoados e, séculos mais tarde, originaram cidades. O município de Nazarezinho é um exemplo clássico desse modelo.

Mas, além da Casa da Torre, destacou-se no povoamento do sertão da Paraíba a família Oliveira Ledo.

Entre 1702 e 1706, o capitão-mor Teodósio de Oliveira Ledo, um dos primeiros colonos da área, arrendara da Casa da Torre 28 propriedades localizadas no rio do Peixe. Esse registro histórico mostra que o levantamento das concessões de sesmarias no interior paraibano, que ainda permanece inconcluso, mostra-se como instrumento muito promissor para a reconstituição histórica da ocupação colonizadora desse território.

De fato, através da concessão de sesmarias o soberano português concedia terras consideradas devolutas àqueles que

manifestavam interesse em explorá-las diretamente ou através de terceiros. A exploração das sesmarias realizadas pelos colonos ou arrendatários foi motivo de conflitos entre esses, donos das lavouras e do gado, e os sesmeiros, donos formais da terra.

Fato relevante é que o sesmeiro normalmente era o homem instruído e influente da cidade, sem disposição para trabalhar a terra ou habilidade para cuidar do gado, mas com prestígio junto ao governo, que, de sua parte, não tinha conhecimento sobre os territórios concedidos. Assim não era incomum que as concessões fossem feitas com base em alegações falsas dos que pleiteavam as terras. Nesse sentido, não surpreende que nomes de membros de famílias poderosas, com prestígio junto ao governo figurassem como legítimos titulares de sesmarias em áreas diversas do interior, não importando as distâncias entre elas.

Observa-se esse mecanismo nas concessões feitas no interior da Paraíba, onde as sesmarias eram também doadas a grupos unidos por parentesco que não se ligava ao grupo Oliveira Ledo nem à Casa da Torre. Algumas dessas concessões, denunciando o conflito de competência existente, ignoravam o

poder local e eram concedidas diretamente pelo Governador-Geral do Brasil, sediado na Bahia.

A esse respeito, registra-se que, nas origens do município de São João do Rio do Peixe, por volta do ano de 1691, o capitão Mor Antônio José da Cunha, proveniente da Capitania de Pernambuco, fez amizade com índios da tribo Icós, o que lhe permitiu se instalar às margens do rio do Peixe, com cerca de 1500 cabeças de gado. Outro fato ilustrativo de posses por colonos de fora do grupo Oliveira ledo está no local onde hoje se encontra a sede do referido município, que, no ano de 1765, fazia parte de uma fazenda de gado, cujo proprietário era o capitão João Dantas Rothea, do distrito de Piancó.

A Tragédia dos Índios Sertanejos

A partir de 1660, o avanço das forças de colonização promoveria o extermínio das tribos indígenas do sertão da Paraíba. De fato, inúmeros relatos históricos nos dão conta de que, no interior, os primeiros contatos pacíficos entre índios e colonizadores foram substituídos por conflitos ferozes e que, após uma longa resistência, os índios cariris foram dizimados pelos colonizadores portugueses, que tinha suas milícias reforçadas por índios domesticados no litoral e, posteriormente, por negros resgatados dos quilombos.

O processo de extermínio dos índios no sertão ocorreu sob o estímulo da concessão de grandes extensões de terras, conhecidas como sesmarias, destinadas aos particulares que se habilitassem a explorá-las com a pecuária, atividade proibida no litoral, espaço então reservado ao cultivo da cana-de-açúcar.

No sertão paraibano, até as primeiras décadas do século XVIII, índios da etnia Tapuia, da nação Cariri, habitavam a área em que hoje se erguem cidades do interior do Estado como Sousa, Pombal, Piancó, Coremas, entre outras. Na bacia do rio do Peixe, habitavam índios da tribo Icó. Na bacia do rio Piancó,

habitavam índios da tribo Curema e índios da tribo Pegas habitavam a área do atual Município de Pombal.

Os poucos registros históricos sobre os hábitos das tribos Cariris exterminadas mostram que elas cultivavam, de forma rudimentar, o milho, a mandioca, o algodão e o fumo, dedicando-se também à caça e à pesca. Há registros de que os Cariris eram nômades, migrando periodicamente à medida que as palhas das ocas entravam em decomposição ou ao sabor das secas recorrentes.

Em coerência com esses registros sobre a ocupação empreendida pelos colonizadores portugueses na Paraíba, é muito provável que a área em que hoje está localizada a cidade de Nazarezinho, também fosse ocupada até o século XVII por índios cariris. Em decorrência da Guerra dos Bárbaros ou Confederação dos Cariris, ocorrida entre 1680 e 1730, o confronto entre colonizadores e índios resultou no extermínio dos nativos, não restando no sertão de hoje um único grupamento indígena a nos legar sua cultura.

No processo contínuo que se estabeleceu na ocupação do sertão paraibano, levas de colonos e seus escravos tiveram que superar grandes obstáculos: combatiam os indígenas e os

animais selvagens que ameaçavam a segurança das famílias recém-chegadas e dos rebanhos, enquanto preparavam as pastagens, à medida que os rebanhos iam se formando e os caminhos iam se traçando na trilha do gado.

Nessa área, como em todo o interior, as tribos foram sendo substituídas por currais de gado e a paisagem sertaneja incorporou a figura do vaqueiro, que eram normalmente mamelucos (cruzamento étnico entre indivíduo branco e a mulher índia) e mulatos (cruzamento do homem branco com a mulher negra), que se responsabilizavam pelos cuidados com o gado, tais como: ferrar o rebanho com a marca do proprietário das terras, curar as feridas dos animais e protegê-los dos animais selvagens, além de sangrar picadas de cobra, um acidente relativamente comum na época. Em 1688, era proibido criar gado a dez léguas da costa.

Nesse período, o território atual de Nazarezinho se situava na grande região conhecida como povoação do Piancó. Essa imensa área incluía todo o território do sertão das Piranhas, que ia do sertão do Cariri Velho, na Paraíba, passando pela vila do Icó, e se estendendo ao sertão do Jaguaribe, no Ceará; de sul a norte, a povoação de Piancó se estendia do

sertão do Pajeú, em Pernambuco, indo ao vale do Jucurutu, nos limites do Rio Grande do Norte.

Os Primeiros Povoados

Nos vales do rio do Peixe e do rio Piranhas (rio da Barra), de propriedade dos irmãos Teodósio e Francisco de Oliveira Ledo foi constituído o povoado de Jardim do Rio do Peixe, depois da devastação indígena ocorrida em 1723. O povoado contava em 1730 com 1.468 habitantes, de acordo com informações firmadas pelo administrador de Olinda.

Em 22 de julho de 1766, o povoado de Jardim do Rio do Peixe foi elevado à condição de vila, cuja emancipação política ocorreu em 10 de julho de 1854, sob a denominação de Sousa, nome dado em homenagem a Bento Freire de Sousa.

No contexto da ocupação regional que estava em curso, as pessoas que se estabeleceram na área situada ao Sul do Município de Sousa, no lugar em que mais tarde se originaria o Município de Nazarezinho, cientes ou não da conjuntura histórica em que estavam inseridas, traziam a expectativa da prosperidade, apesar das incontáveis adversidades do ambiente.

Vale salientar que, até o ano de 1766, a Paraíba tinha instaladas, como unidade territorial, apenas a capital da província e algumas vilas. A partir daquele ano Sousa e Pombal

integraram, ao lado da capital, a lista dos três municípios instalados. Até 1815, viriam a compor a lista também os municípios de Campina Grande (1788), São João do Cariri (1800) e Areia (1815).

A Vila de Pombal, fundada a 4 de maio de 1772, com base em Carta Régia de 1766, ficava às margens da Estrada Geral, que ligava os sertões de dentro à capital da província da Paraíba e ao Recife. Em 1815, a Vila de Pombal tinha cerca de quatro mil habitantes e a Vila de Santo Antônio do Piancó, com suas modernas máquinas de descaroçar algodão, tinha mais de oito mil residentes. Em 1816, o comércio da Vila de Pombal ainda era abastecido em grande parte pelos mercadores que se deslocavam da Vila de Aracati.

Conforme assinala Irineu Joffily, havia 55 currais de gado, como eram chamadas as fazendas, na ribeira do rio do Peixe em 1774. Situada nessa ribeira, foi criada a Vila Nova de Sousa, em junho de 1800. A partir desse momento a Vila de Pombal perdeu relevância como centro comercial do sertão. O mesmo acontecendo com a Vila de Santo Antônio do Piancó.

A Vila Nova de Sousa, porta de entrada da Estrada Geral dos sertões do Piauí e do Ceará na Paraíba, tinha a vantagem de

ser mais próxima das Vilas do Icó (distante 20 léguas) e de Aracati, com as quais iniciava um vigoroso comércio, baseado na cultura do algodão e na criação de gado bovino. Com a melhoria dos caminhos, partindo-se da Vila de Sousa era possível alcançar a Bahia em apenas 15 dias de caminhada, algo extraordinário para a época.

Importante registrar que a Vila Nova de Sousa se estendia do Rio Grande do Norte a Pernambuco, de norte a sul. Isso significa que o território de Nazarezinho fazia parte de Sousa, desde sua fundação em 1800. Como povoados importantes, são citados os sítios Alagoa do Bé, São João, São Gonçalo, São José, Trapiá e o de Santa Catarina, na serra de mesmo nome.

Sobre as demais localidades, é possível correlacionar a Alagoa do Bé e o sítio São João com a atual cidade de São João do Rio do Peixe e São Gonçalo com o atual distrito que mantém esse nome.

A dúvida que se levanta dos registros oficiais de 1822 é sobre as localidades chamadas de São José, Trapiá e Santa Catarina, esta com capela.

O sítio São José tanto pode ser referência ao povoado que originou São José de Piranhas como ao que originou a cidade de São José da Lagoa Tapada. No entanto, tendo em conta que São José de Piranhas é o povoado mais antigo, a texto oficial deve se referir a essa localidade. Resta a dúvida sobre os sítios Trapiá e Santa Catarina (com capela).

Descrições posteriores, feitas já no início do século XX, afirmam que o riacho Trapiá passa às margens da povoação de Picos, havendo aí uma clara confusão e desconhecimento da toponímia local.

Fica evidente que Trapiá e Santa Catarina são referências a povoações situadas nos limites do atual município de Nazarezinho, mas não se pode concluir com precisão sobre a localização de um e de outro. Mas se pode afirmar sem qualquer dúvida que já em 1800 uma pequena comunidade nas terras da futura cidade de Nazarezinho começava a chamar a atenção no contexto microrregional.

O Destino do Sangue Indígena

Sobre o processo de ocupação territorial e seus desdobramentos, cabem algumas considerações importantes quanto ao destino dos índios que ocupavam o sertão da Paraíba.

Há cerca de três séculos, não mais existe o sangue indígena puro na região, mas sobreviveram na população local os traços genéticos produzidos pela miscigenação. Na ausência quase absoluta da fêmea portuguesa, o início da colonização foi caracterizado por intenso processo de miscigenação, primeiramente entre europeus e índias, e, depois, entre europeus, mestiços e africanas, a partir da segunda metade do século XVI.

Infelizmente, no sertão, o passado dos índios Cariris tem despertado pouco interesse da pesquisa arqueológica. Dessa forma, não se sabe muito sobre os primeiros habitantes dessa área. Mas inúmeros documentos históricos sobre a ocupação do interior da Paraíba comprovam a existência desses povos, abruptamente extintos em batalhas travadas contra os portugueses.

Sobre o extermínio dos Cariris na Paraíba, observa Luís da Câmara Cascudo em seu livro Geografia dos Mitos

Brasileiros, escrito em 1940: “Os Cariris deram pouco ou nada porque constituíam a gente inimiga, guerreada e batida em cem encontros. As vilas surgiam nas ruínas das aldeias cariris, destroçadas pelos Oliveira Ledo, pelos fazendeiros baianos, pelos piauienses e pernambucanos, condutores de boiadas e chefes de grupos armados a bacamarte”.

Os cemitérios de índios cariris encontrados no Estado, com dezenas de esqueletos, dão conta de que algumas tribos não tinham o hábito de enterrar os mortos, mas de emparedá-los com pedras no fundo de grutas. Os principais achados arqueológicos dessa natureza ocorreram em regiões serranas do Estado.

Há relatos também de que, entre os tapuias, o endocanibalismo, isto é, o hábito de se alimentar dos parentes mortos tinha simbolismo religioso e era praticado como um ato de amor. O parente era recortado em pedaços e cozido em uma grande panela de barro. Finda a cerimônia e guardadas as sobras, os índios dançavam, gritavam e choravam.

Apesar da violência dos confrontos, uma parte da população indígena sobrevivente viveu aldeada, sob orientação de missionários. Os contingentes populacionais desses

aldeamentos foram se reduzindo e os índios remanescentes foram concentrados em aldeamentos maiores, até a quase completa extinção dessas comunidades.

Entretanto, é de se esperar uma participação indígena considerável na formação genética das populações das atuais comunidades sertanejas. A forte presença do índio tapuia no interior da Paraíba no período colonial permite essa hipótese.

Recente mapeamento genético coordenado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sobre amostras populacionais oriundas das regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste, permite concluir que 98% do DNA paterno do indivíduo brasileiro de pele branca vêm do tipo europeu.

Pelo lado materno, no entanto, o estudo mostra que o processo de colonização contribuiu para uma ampla miscigenação, uma vez que 33% do DNA provêm de linhagens ameríndias, 28% de africanas e 39% de européias. Pode-se afirmar que os brancos brasileiros têm 98% de seus antepassados homens provenientes do continente europeu e que até 60% de suas ancestrais foram índias ou negras.

Finalmente, sobre a herança genético-cultural oriunda dos grupos indígenas do município de Nazarezinho, lembramos

que a lenda da escolha do padroeiro da cidade pode ser uma evidência legada pela tradição oral que temos desprezado, sem qualquer senso crítico.

Diz a lenda que o motivo da escolha de São Sebastião como padroeiro da cidade foi um episódio bastante incomum. Conta-se que o senhor Manoel Silqueira, sobre o qual a história conhecida nada registra, perdeu um filho que foi atingido por uma flecha enquanto brincava com outras crianças. Sabendo que São Sebastião havia sido martirizado por flechas, pediu que a capela tivesse esse Santo como padroeiro.

Ora, à exceção do período de combate entre colonos e índios, não se tem notícia de uma fatalidade assim, cujas armas tenham sido arco e flecha. Por outro lado, sabe-se de inúmeras mortes de colonos e seus familiares em consequência do ataque de índios rebelados.

Assim, a suspeita que se lança é que a lenda do padroeiro pode ser uma composição do imaginário popular com fatos reais, ocorridos durante o período de convivência entre os primeiros colonos e os índios expulsos de suas terras. Reforça a suspeita o fato de não encontrarmos nos relatos orais dos mais

velhos qualquer menção a brincadeiras de arco e flecha na infância.

No Período Imperial

Venderei a última jóia da coroa,
mas acabarei com esta calamidade.

D. Pedro II
em visita ao Nordeste,
durante a seca de 1877.

Aventuras Reais

No contexto nacional, a independência, alcançada em 7 de setembro de 1822, desmembrou o País do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, legando-nos a primeira experiência de governo próprio.

No entanto, desde a vinda da família real e a abertura dos portos às nações amigas, em 1808, já no final do seu período colonial, o Brasil possibilitou, além das mudanças nas relações comerciais, a visita de curiosos, aventureiros e estudiosos estrangeiros, interessados em descobrir algum novo aspecto da terra e da cultura que se ia forjando ainda sob a influência da colonização portuguesa.

No século XIX, foram constantes a presença e os relatos de estrangeiros que se aventuravam em explorar o imenso território do País. Esses viajantes, entre os quais se destacaram os ingleses Henry Koster e George Gardner, contribuíram para que fossem registrados os ambientes coloniais e imperiais do sertão nordestino e as peculiaridades de sua ocupação pelos colonizadores portugueses.

Por meio de relatos desses viajantes, é possível imaginar a vida na área do atual município de Nazarezinho naquele período, haja vista o itinerário realizado aproximar-se em várias situações de nossa terra. Começemos pelas narrativas de Kostner.

Kostner falava tão bem o idioma local e se afeiçãoou tanto ao Brasil que ao se tornar mais tarde senhor de engenho em Pernambuco, aportuguesou o próprio nome para Henrique da Costa.

Viajando, na companhia de índios, entre o Recife e o interior das províncias da Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, o aventureiro ficou perplexo ao se dar conta de que, dada a inexistência de lei naquelas localidades, não fossem cometidos grandes crimes. Atinou que os batizados e casamentos realizados dentro dos rituais católicos preservavam do desaparecimento total as regras estabelecidas na sociedade civilizada.

Quando Kostner visitou a Vila de Assu, havia apenas 300 residentes no lugar. Em Aracati encontrou 600 pessoas e Fortaleza não tinha mais que 1.200 habitantes.

Sobre a cor do sertanejo, observou que a pele morena dos habitantes era conseqüência da ação persistente do sol, e mesmo os que nasciam brancos se tornavam depois, com a diária exposição ao sol, escurecidos, assim como as roupas que usavam.

Chamava a atenção que a cor dos sertanejos variasse do branco, os quais em pouco número, ao moreno-escuro, com tantas gradações que raramente se encontravam dois indivíduos com a mesma variedade de coloração. Os filhos dos mesmos pais muito dificilmente tinham a mesma cor, mas o fato era tão comum que não se duvidava da legitimidade da prole.

O asseio dos habitantes do interior, característica extensível aos brasileiros em geral, chamou a atenção de Kostner, que observou que, mesmo nas classes inferiores, em todas as castas, a preocupação com a notável higiene do corpo estava ligada aos costumes da vida selvagem.

A rapadura - os tijolos de açúcar escuro ou de mel, fervido até suficiente consistência ao esfriar -, tornava-se elemento importante nas viagens pelo interior, uma vez que, sendo mais portáteis e menos sujeitos a liquefazer-se durante o

transporte, permitia a energia necessária aos grandes esforços despendidos.

Kostner registrou o uso de indígenas aldeados para o trabalho agrícola. Observou que, quando um proprietário tinha falta de homens para o trabalho, apelava para o diretor do aldeamento e com ele discutia por qual preço o serviço deveria ser realizado. Acertado o preço, o diretor do aldeamento mandava um dos chefes indígenas ir com seus companheiros até a fazenda para onde foram alugados.

Sobre a justiça sertaneja, refletiu que muitos crimes obtinham impunidade mediante o pagamento de uma soma em dinheiro. Da mesma forma que um inocente era punido, se isso interessasse a um rico fazendeiro, o assassino escaparia impune se tivesse a proteção de um patrão poderoso.

Sobre os índios sertanejos, Kostner verificou que suas ocupações favoritas eram a caça e a pesca. Sendo nômades, um lago ou um rio podia induzi-los a ficar por mais tempo, mas apresentavam um temperamento independente, detestando tudo o que pudesse deprimir ou reter sua ação.

Os crimes de morte cometidos pelos indígenas eram raros, embora gostassem muito de bebidas e danças de roda,

cantando canções monótonas em seu idioma, bebendo, dia e noite, sem parar. Mas o instinto que esses indígenas possuíam para encontrar seu caminho através da floresta e chegar a lugar certo, sem marcas e estradas, surpreendeu Kostner.

E enquanto se construía a cabana da família, a esposa ficava num refúgio pelas redondezas. Construído o abrigo, a índia ficava em casa e o homem buscava água no rio e lenha no mato.

Em deslocamento, a índia carregava os filhos pequeninos, o pote, o cesto, as cabaças, enquanto o marido levava o saco de pele de cabra, sua rede enrolada aos ombros, seu aparelho de pesca, suas armas, e caminhava atrás.

Curiosamente, a criança era banhada, no mesmo dia do nascimento, no riacho ou no poço mais próximo. Mas embora fossem extremamente asseados em muito de seus hábitos, não rejeitam espécie alguma de alimento, devorando a maior parte sem cozinhar. Para os índios sertanejos, ratos, vermes, cobras, jacarés, tudo virava alimento instantaneamente.

Kostner verificou com dissabor que só conseguia comprar galinhas quando tratavam com o dono das casas encontradas pelos caminhos. Se negociava com a mulher, não

importava o número das aves existentes no terreiro das choupanas nem o preço alto oferecido, a proposta era constantemente recusada.

As mulheres administravam a criação de galinhas e findavam declarando que todas as aves eram reservadas para si e para seus filhos, não consentindo jamais que uma só fosse vendida. Chateado, quando o viajante ouvia o marido dizer que o negócio pertencia à esposa, continuava o caminho sem perder tempo em negociar.

O colono sertanejo tinha sempre com ele a mulher e os filhos. As casas eram pequenas, construídas de barro e cobertas com telha, quando podiam comprar, ou com folhas de carnaúba.

Nas pequenas casas, as redes eram armadas por toda parte e, sendo mais confortáveis, eram frequentemente usadas como cadeiras. Algumas residências tinham mesa, porém o hábito mais comum era a família acocorar-se derredor de uma esteira, com as tigelas, cabaças e travessas no centro, e comer sua refeição no chão. Facas e garfos não eram muito conhecidos e, nas classes pobres, não se fazia uso desses talheres.

As cabaças eram de grande uso doméstico, e partidas ao meio, na forma de cuia, substituíam a louça caseira. As mulheres

se ocupavam com os serviços domésticos e os homens tiravam o leite das vacas e cabras. As mulheres fiavam e se concentravam nas tarefas manuais com as agulhas. As crianças geralmente andavam despidas, como os índios, até certa idade e se podiam ver até no Recife meninos de seis e sete anos correndo pelas ruas sem qualquer peça de roupa.

O roubo não era muito conhecido. Os crimes mais comuns eram praticados em razão de ciúmes. Mas o sertanejo passava a idéia de ser vingativo e as ofensas muito dificilmente eram perdoadas e, na falta da lei, cada um exercia a justiça pelas próprias mãos.

O sertanejo, em geral, era extremamente ignorante e poucos possuíam sequer rudimentos de instrução. Mas, como observou Kostner, os sertanejos eram corajosos, sinceros, generosos e hospitaleiros. Quando se lhes pedia um favor, não sabiam dizer não.

A divisão das propriedades no sertão era extremamente vaga e o modo usual de descrever uma fazenda era computar sua distância em léguas. A carne e o leite, abundantes, formavam a base da alimentação.

Como observou Capistrano de Abreu, o sertão era a civilização do couro. Eram feitas de couro as portas das casas, as camas rústicas, as malas para guardar a roupa, as cordas, a borracha para carregar água, o alforje para levar a comida, as botas, as alpercatas, o gibão, o chapéu e o cinturão, usados na luta da criação bovina.

O arroz e o feijão ocupavam lugar de destaque na alimentação do morador do sertão pioneiro, que tinha ainda no seu cardápio ordinário a carne seca, ou carne de sol, a carne de porco e o queijo e o leite; coalhada era consumida com rapadura raspada e o leite se misturava com jerimum, batata doce ou farinha. As frutas e verduras eram secundárias, sendo o umbu, o cajá e a cajarana as frutas mais apreciadas.

O inglês George Gardner também fez valiosos registros sobre a vida sertaneja do século XIX, em sua viagem entre Aracati e a Vila de Icó, indo depois à Vila de Lavras da Mangabeira, seguindo para o Crato, em direção ao Piauí. Aracati na ocasião era um respeitável povoado, com uma igreja, juazeiros nas ruas e palmeiras no meio das casinhas caiadas.

Nos caminhos rudimentares que ligavam Aracati a Icó, as aves em grande variedade, entre as quais rolinhas, canários,

papagaios, periquitos e bem-te-vis, faziam o duplo papel de adornar a paisagem com sons e cores e servir para variar o cardápio dos viajantes. Para diversificar a ceia, os viajantes valiam-se de camaleões, patos selvagens, aves aquáticas, gaviões e siriemas.

No caminho, fora da cidade, quase todas as casas dispunham de um copiar, também conhecido como alpendre, debaixo do qual os passantes geralmente pediam licença para pernoitar, suspendendo suas redes nos ganchos que para isso ali estavam. Gardner observou que a generosidade do sertanejo era tanta que apenas por duas vezes em todas as viagens que fez teve recusado o pedido de licença para pernoitar.

A estrada percorrida era muito movimentada e conduzia ao interior do Ceará e à região central do Piauí. Ali se encontravam carros de boi que desciam cheios de algodão e couro e outros que subiam carregados de mercadorias européias e de sal, esse produto, em particular, era raro e caro no interior. Viam-se também tropas de bois com os lombos carregados de couros curtidos, indo do sertão para Aracati.

Era costume, nas áreas menos habitadas do interior do ceará - e da Paraíba, provavelmente -, que os donos dos

alpendres pedissem pólvora e sal, que os viajantes forneciam como cortesia. Muitos colonos morriam sem provar o gosto do sal do princípio ao fim da vida, secando ao sol e sem sal a carne dos animais.

No fabrico caseiro, faziam-se queijos e o leite que sobrava do almoço - porque as vacas, como ainda hoje ocorre, só se ordenhavam de manhã -, deixava-se em descanso até a noite, coalhando-se à alta temperatura do ambiente.

A coalhada assim obtida era muito apreciada pelos colonos, adoçada com rapadura produzida nos vales que se situavam acima do Icó. Acontecia, em algumas residências de se fazer a refeição apenas com rapadura e farinha, obtida do cultivo da mandioca, que com a carne seca constituía o forte da alimentação da maior parte dos habitantes do sertão.

Entre os animais, viam-se bois, vacas, rebanhos de ovelhas deslanadas e cabras de pelo curto. O preço de uma galinha era equivalente ao de 40 ovos.

Os habitantes dos ranchos cultivavam algodão no meio da caatinga, constituída de árvores baixas e arbustos, entre os quais se identificavam cássia ananicada, mimosa

(provavelmente, jurema), croton (marmeleiro), combretum (mofumbo), jatobá e Caesalpinia ramalhuda (pau ferro).

Chamou a atenção de Gardner que homens e mulheres andassem a cavalo, sendo que nove em cada dez mulheres montam como os homens. Diferentemente de Kostner, Gardner observou que o furto de animais era delito cotidiano.

Na Vila do Icó, moravam cerca de seis mil pessoas, e havia quatro igrejas, comércio bem sortido de carne verde, carne seca, farinha, sal, rapadura, abóboras, ananases, melões, melancias, laranjas e limas, frutas que vinham das serras e do litoral. Nos poços dos rios havia abundância de variadas espécies de peixes.

Não havia médico, mas tinha duas farmácias. Observava-se a presença de oftalmia (conjuntivite) na estação seca, associada à grande diferença de temperatura e luminosidade entre o dia e a noite.

Em Icó, grande parte dos habitantes era constituída por comerciantes que supriam o interior com mercadorias européias, recebendo em troca os produtos do sertão, que enviavam para o litoral.

Quando Gardner era perguntado sobre sua religião, inicialmente, informava que era protestante, ao que os interlocutores associavam imediatamente a pecha de pagão. Percebendo as dificuldades que se seguiam, o viajante passou a se apresentar, sobretudo aos padres, apenas como cristão e observou que, com essa artimanha, seus problemas foram mitigados.

Sobre as sertanejas, Gardner pontuou que a gordura era o encanto da mulher bela do Brasil e o maior elogio que se podia dirigir a ela era dizer que estava ficando, a cada dia, mais gorda e mais bonita, coisa que cedo lhes acontecia, à maioria delas, pela vida sedentária que levavam.

Na Vila de Lavras da Mangabeira, a árvore mais comum no caminho era chamada pelos habitantes de aroeira, cujo tronco se emprega na construção de casas. A Vila tinha entre oitenta e cem casas, todas pequenas e muitas em ruínas. O ouro havia, mas em pequena quantidade.

Esboçadas essas imagens, emprestadas pelos viajantes do sertão no período imperial, imagina-se que a vida dos primeiros habitantes dos currais que se formavam às margens

do riacho do Pico em Nazarezinho era fortemente limitada por muitas privações materiais.

Não se pode esquecer que as secas, antes como atualmente, apresentavam-se periodicamente. As estiagens, devastadoras para a pecuária extensiva que se iniciava, acrescentavam dramaticidade à permanência dos pioneiros, em sua determinação de ocupar as terras rasas e elevadas situadas ao sul da Vila de Sousa.

Pioneiros

Ainda no período imperial brasileiro ocorreram importantes transformações na divisão territorial em que se inseria a área da futura cidade de Nazarezinho.

Em 2 de março de 1784 foi criado o Distrito de Sousa, que foi elevado à condição de Vila Nova de Sousa, por Carta Régia de 2 de janeiro de 1862. A Vila Nova de Sousa, em cujas povoações se incluíam as de Cajazeiras, São José de Piranhas e São João do Rio do Peixe, desmembrou-se da Vila de Pombal, em 14 de junho de 1800, e somente em 28 de junho de 1854, alcançou à categoria de cidade, condição que a Vila de Pombal só alcançaria em 21 de julho de 1862.

É importante ressaltar que a Vila de Pombal foi instalada em 1772, quando ainda incorporava as terras da futura Vila Nova de Sousa, esta instalada apenas em 1800, incluindo o território atual de Nazarezinho.

Levantamentos territoriais realizados no final do período imperial brasileiro fazem referência ao povoado que se iniciava às margens do riacho Trapiá apenas pelo nome de Picos. Considerando-se a cronologia exposta, a fazenda Picos, ao contrário do que às vezes se veicula, em equívoco grosseiro,

pertenceu primeiramente às terras da Vila de Pombal, em seguida às terras da Vila de Sousa, depois ao município de Sousa, não fazendo qualquer sentido a vinculação territorial ou administrativa de Picos, Nazareth ou Nazarezinho à área geográfica de Cajazeiras, como consta do sítio do IBGE na internet.

O vínculo entre Nazarezinho e a cidade de Cajazeiras é de outra natureza, e decorre do pioneirismo da família Lins de Albuquerque, detentora de grandes extensões de terra no território da futura Cajazeiras.

Como já esclarecido pelo historiador cajazeirense Deusdedit de Vasconcelos Leitão, Francisco Lins de Albuquerque, parente de Luiz Gomes de Albuquerque, teria sido o fundador da fazenda Picos, que deu origem ao povoado de Nazarezinho.

Sabe-se que Luiz Gomes de Albuquerque e Luísa Maria do Espírito Santo consolidaram o povoamento que havia sido iniciado por Francisco Gomes de Brito e Francisca Xavier de Luna, os pioneiros da povoação de Cajazeiras, que viria a se tornar vila em 1863, e mais tarde originaria a cidade de Cajazeiras.

A proprietária da fazenda Picos, Francisca Xavier de Albuquerque, filha de Francisco Lins de Albuquerque, doou, em 1856, um terreno para a construção da capela que originaria a atual Igreja de São Sebastião, dando importante contribuição para a organização do pequeno povoado. Três anos mais tarde, o município de Sousa se compunha, além da sede, dos povoados de São João, que se tornaria vila em 1881, e de Picos, que se tornaria distrito somente em 1943, já com o nome de Nazarezinho.

Para efeitos de totalização do censo demográfico de 1872, Sousa abrangia as paróquias de Nossa Senhora dos Remédios e de Nossa Senhora do Rosário de São João de Sousa (São João do Rio do Peixe). A primeira possuía 16.483 habitantes e a segunda tinha 11.867, totalizando 28.350 pessoas.

Na ocasião, Cajazeiras abrangia as paróquias de Nossa Senhora da Piedade e de São José de Piranhas. A primeira tinha 6.737 e a segunda, 5.835 residentes, totalizando 12.572 habitantes. Naquele levantamento, a Província da Paraíba do Norte apresentava 354.700 habitantes.

A capela de Nazareth dos Picos fazia parte da paróquia de Nossa Senhora dos Remédios. Para alcançarmos o objetivo de entender a composição social do atual território de Nazarezinho naquele momento, oito anos antes da abolição da escravidão no Brasil, enfatizaremos aqui os dados referentes a essa paróquia, informando inicialmente que nas propriedades rurais o número médio de escravos era de cerca de quatro. Portanto, diferentemente do que se dava no litoral açucareiro, era a família do proprietário que conduzia grande parte dos trabalhos na economia rural sertaneja, lastreada na criação de gado.

Na paróquia de Nossa Senhora dos Remédios, existiam 5 estrangeiros, todos homens. Dos 16.483 residentes, apenas 739 homens e 76 mulheres sabiam ler e escrever. Das crianças entre 6 e 15 anos, apenas 24 meninos e 15 meninas freqüentavam a escola. Em toda a Paraíba, somente 29.224 homens e 11.988 mulheres sabiam ler e escrever e apenas 6.630 meninos e 3.804 meninas freqüentavam a escola.

Quanto à condição de liberdade, a Paraíba possuía 10.681 escravos e 10.845 escravas.

Em São José de Piranhas, das escravas existentes, 4 trabalhavam como costureiras, 4 com tecidos, 31 eram lavradoras, 5 eram criadas, 4 se envolviam com os serviços domésticos e 9 não tinham profissão declarada. Dos escravos, 1 trabalhava com madeira, 2 em edificações, 43 eram lavradores, 4 eram criados, 6 faziam serviços domésticos e 7 não tinham profissão declarada. Havia ainda 8 capitalistas e proprietários, 78 costureiras e 40 comerciantes, 24 operários em tecidos e 8 militares. Nenhum habitante de São José de Piranhas tinha mais de 100 anos de idade, 17 tinham entre 91 e 100 anos.

Em Cajazeiras, tinha 4 padres, 3 advogados e 16 funcionários públicos. Quanto aos escravos, havia 1 criada, 48 homens e 59 mulheres eram lavradores, 26 homens e 20 mulheres eram domésticos e 70 homens e 64 mulheres não tinham ocupação definida. Havia ainda 60 costureiras e 36 comerciantes, mas nenhum militar. Havia 2 mulheres com mais de 100 anos e 8 tinham entre 91 e 100 anos.

Em São João do Rio do Peixe, tinha 2 padres e 1 escrivão. Quanto aos escravos, havia 32 criados. 107 homens e 78 mulheres eram lavradores, 43 mulheres eram domésticas e 10 homens e 45 mulheres não tinham ocupação definida. Havia

ainda 40 proprietários e 42 comerciantes, mas nenhuma costureira e nenhum militar. Nenhum habitante tinha mais de 100 anos, 14 tinham entre 90 e 100 anos.

Em Sousa, havia 5 padres, 1 advogado, 4 oficiais de justiça, 1 médico, 16 professores, 9 empregados públicos e 23 militares. 36 residentes eram proprietários, 13 eram manufactureiros e 102 comerciantes.

Entre os escravos, 31 mulheres eram costureiras, 2 homens trabalhavam em madeira, 4 homens trabalhavam em tecidos, 2 homens trabalhavam em calçados, 155 homens e 53 mulheres eram lavradores, 11 homens e 2 mulheres eram criados, 44 homens e 282 mulheres eram domésticos e 274 homens e 208 mulheres não tinham ocupação definida. Havia no município 1927 costureiras e 471 operários trabalhando com tecidos. Somente 9 pessoas tinham mais de 100 anos e 9 entre 91 e 100 anos.

Observa-se que da reduzida população de escravos nas principais povoações sertanejas decorre a pequena influência dos rituais dos povos africanos nos hábitos e costumes do interior.

A convivência da população escrava com os mestiços e com os que se consideravam brancos era pautada por um conjunto de regras que lembravam ao negro a toda hora a sua condição de cativo.

Assim, considerava-se a circulação de escravos um risco à segurança, daí a imposição de que o tempo de circulação nas ruas e de permanência nos estabelecimentos fosse o mais breve.

Por outro lado, com a evolução da economia local e regional, a aquisição de habilidades profissionais valorizava o escravo aos olhos do proprietário, que resultavam em alguma vantagem também para o escravo. Os escravos vaqueiros eram mais valorizados que lavradores e esses mais que os ocupados em serviços domésticos.

Quando as casas de taipa foram sendo substituídas pelas de tijolos, cobertas com telhas, e as atividades agrícolas e pecuárias demandaram novas ferragens, os ofícios passaram a ser mais valorizados ainda e muitos escravos aprenderam as habilidades requeridas, vindo a exercê-las para a própria sobrevivência quando obtiveram a liberdade em 1888.

Entre as habilidades desenvolvidas ordinariamente no cativo os escravos desempenhavam trabalhos domésticos,

trabalhavam rusticamente a madeira e faziam tarefas relativas às construções rurais, tais como residências, currais de pau a pique, de pedra ou de alvenaria, além da construção de cercas e de barragens de terra, escavação de poços e cacimbas, tarefas de pastoreio e condução de rebanhos caprinos, ovinos e bovinos. Atuavam ainda como lavradores das culturas de subsistência indispensáveis à vida na fazenda e na segurança dos sítios e povoados.

Quanto à participação política, o exercício do voto nos tempos coloniais e imperiais do Brasil, era precário e objeto frequente de fraudes, admitindo-se, até 1842, o voto por procuração. Algumas pessoas votavam em vários lugares, uma vez que, na ausência do título de eleitor, os votantes eram identificados por testemunhas, e nessas condições, os mortos também decidiam os pleitos. Desde a Constituição do Império, de 1824, os eleitores eram apenas os homens maiores de 25 anos, que demonstravam determinado padrão de renda.

Costumes Sertanejos

Sobre os costumes sertanejos do final do período imperial, alguns merecem destaque, uma vez que, há poucas décadas, ainda se podiam observar em comunidades rurais.

No sertão das grandes rixas, originadas do questionamento da posse da terra ou atreladas à desonra, a influência e o respeito social do chefe político advinham não só de sua riqueza, mas da reputação e da conduta moral ou da identificação de traços de cultura e inteligência, faculdades importantes para atender às consultas sobre as mais intrincadas polêmicas de ordem quotidiana, fazendo do chefe político uma espécie de juiz na aplicação da moral e dos bons costumes.

No século XIX, as residências desses sertanejos pioneiros obedeciam a um padrão monótono, diferindo pouco, uma em relação às outras. A iluminação noturna dessas construções era obtida de lamparinas que queimavam óleo de coco ou de carrapateira, mais conhecida hoje como mamona. Com a chegada do querosene, novidade surgida no sertão um pouco antes da libertação dos escravos, a carrapateira perdeu

importância econômica, assim como a cera da carnaúba, que era usada para fazer velas.

A abordagem de um transeunte que se aproximava de uma dessas casas, sem avistar nenhum de seus moradores, começava geralmente, em voz alta, pela saudação “Louvado seja nosso senhor Jesus Cristo”, ao que os moradores da casa respondiam com a expressão “Para sempre seja louvado” e, a partir daí, iniciavam-se os diálogos.

Com o passar do tempo, essa forma de abordagem foi sendo substituída por “Ô de casa!”, ao que o morador oculto respondia ao passante “Ô de fora!”, que imediatamente era acompanhado da expressão “É de paz”. E o diálogo tinha curso.

As habitações dos proprietários rurais, de pé direito alto, eram construídas nas elevações dos terrenos, de forma a aproveitar melhor a brisa e permitir melhor defesa quando atacadas por cangaceiros. Os materiais empregados eram a madeira, a pedra, o tijolo e a telha, todos obtidos na própria fazenda. A arquitetura era simples, sem adornos nas fachadas, e as ferragens, a começar das chaves enormes, eram mal acabadas. Os armadores eram fabricados de madeira.

As janelas eram divididas em duas partes e se fechavam por meio de traves. Os cômodos eram espaçosos, mas os quartos reservados às moças não possuíam janelas, ao contrário dos demais cômodos da casa, que possuíam várias.

As casas seguiam o modelo de duas águas, com alpendres compridos e duas salas na frente. Uma das salas era destinada aos negócios dos homens, e nela se encontravam cadeiras de madeira, com assento de couro rústico. Não raramente, costumava-se disponibilizar redes na sala para os hóspedes se acomodarem enquanto conversavam. A segunda sala era reservada às mulheres, para a realização dos trabalhos domésticos de rendas, bordados e costuras. As rendeiras do sertão aprendiam sua arte, passada de geração a geração, nessa que era chamada a sala das mulheres.

Da sala principal, onde se fixavam os retratos dos antepassados, estendia-se um corredor em direção a sala de jantar, que se ligava à cozinha, junto da qual havia uma sala pequena para se fazer a distribuição da comida nos pratos, levados à sala de jantar, onde raramente as mulheres participavam das refeições. No corredor não havia móveis e, no sótão que se erguia acima, guardavam-se, em grande

quantidade, os produtos adquiridos nas feiras ou obtidos da lavra.

A sala onde se serviam as refeições, no centro da qual se observava uma mesa grande e pesada, margeada por bancos de madeira bruta, transformava-se em ambiente fabril. Ali as escravas ajudavam nos trabalhos manuais, fosse descaroçando algodão fosse tecendo os fios por meio de fusos manuais ou semi-automáticos, movidos a pedaladas. As redes e a roupa dos escravos eram elaboradas nessa sala, cuja maior atividade acontecia à tarde, após a refeição principal.

A cozinha exibia além de uma mesa rústica, um grande fogão de alvenaria. As panelas de barro e as colheres de pau ficavam sobre uma bancada de madeira ou de alvenaria construída para esse fim, mas a melhor louça, feita de porcelana ou de pó-de-pedra era comprada nas feiras das vilas maiores, aonde chegavam trazidas da Europa. Pouquíssimas pessoas tinham acesso aos bens importados, reservados às pessoas da elite.

Como a vida econômica girava em torno das atividades da pecuária bovina e das lavouras de subsistência, nos meses de chuva e enquanto durava a boa pastagem, fabricavam-se queijo

e manteiga de garrafa, armazenados para o consumo na época seca do ano, que se estende de julho a janeiro. Os produtos ficavam protegidos em jiraus, suspensos a dois metros do chão por quatro cordas fixadas no telhado. No meio de cada corda, uma cuia vazada impedia que os ratos descessem e entrassem em contato com os alimentos armazenados sobre as tábuas.

Em Nazarezinho, podem-se ver residências urbanas que seguem, com algumas adaptações, o modelo rural descrito. As casas que se localizavam no centro da cidade, ambas demolidas, de propriedade de José Vieira Mendes e Antônio Mendes obedeciam também o referido modelo. Atualmente, pode-se ver esse padrão de construção na casa de Dona Mozinha, na Rua Velha, na casa de Vilmar Mendes e dos herdeiros de Nê Mendes, no centro da cidade, e na casa dos herdeiros de Antônio Luiz, onde funcionou o primeiro jardim da infância. A casa grande do sítio Baixio, antiga propriedade de Manoel Mendes, também se apresenta nesse padrão de arquitetura.

Nas fazendas do sertão da Paraíba do século XIX, comparando-se com os contingentes do litoral, a quantidade de escravos era pequena, alcançando uma média de quatro cativos, que se ocupavam dos trabalhos com o gado e com as capinas

das lavouras de subsistência. Quanto às escravas, envolviam-se com as tarefas domésticas da cozinha e da fiação.

Antes da existência do arame farpado o gado era criado em comum e a paçoca, a rapadura e a água na cabaça acompanhavam os vaqueiros e os que se ausentavam muito tempo da área povoada. Mas como o pastoreio do rebanho era uma atividade que não ocupava todo o tempo dos escravos, esses eram estimulados pelos proprietários a se dedicarem a outros ofícios, cada vez mais necessários, como os de marceneiro, ferreiro, oleiro ou pedreiro.

No final do período imperial brasileiro, os hábitos alimentares dos sertanejos eram marcados pela simplicidade e por certa fartura. Muitos desses hábitos ainda se conservavam em Nazarezinho há poucas décadas.

As primeiras atividades do dia eram desempenhadas no curral, localizado ao lado ou ao fundo da casa. O leite jorrava do peito da vaca nas canecas que pacientemente esperavam. Bebia-se, ali mesmo, o leite cru. De volta à casa, viam-se à mesa tapiocas, queijo e ovos estrelados. O aroma do café fresco se misturava ao cheiro do cuscuz, feito na cuscuzeira de barro.

Se fosse domingo, havendo visita do padre, ia-se à missa. No retorno, o almoço tinha galinha de capoeira. O padre vinha sempre a cavalo, subindo e descendo morros, até chegar à próxima capela, onde crianças esperavam o batismo, os nubentes aguardavam ansiosos pelas bênçãos do casamento, um enfermo aguardava para a última confissão ou algum falecido iria ter a alma encomendada.

Não sendo domingo, o almoço era servido antes das dez horas, e à mesa tinha-se o arroz com feijão e a carne-de-sol com manteiga. Poucas verduras acompanhavam o prato principal, sendo as mais freqüentes o coentro, a cebola e, mais raramente, o tomate. O tradicional cafezinho sempre fechava a refeição.

Era depois do almoço que as crianças, em turmas mistas, tinham as primeiras lições de alfabetização e de tabuada. Curiosamente, a licença para ir ao banheiro, que ficava fora e afastado da residência, era controlada por uma única pedra pequena posta sobre a mesa. A criança pegava a pedra para ir ao banheiro e a devolvia ao seu lugar original ao retornar. Há registros dessa prática até as primeiras décadas do século XX. Os fazendeiros contratavam habitualmente os professores para ensinar as crianças na casa sede. Acompanhando os mestres,

para o terror dos aprendizes inocentes, vinha a palmatória, feita de madeira mais densa, como o angico ou o pau d'arco, para que o castigo se mostrasse eficaz.

Ao cair da tarde, por volta das quatro horas, já se anunciava o jantar. Essa refeição era composta de arroz, carne-de-sol, paçoca e ovos passados na manteiga. De sobremesa, a depender do gosto de cada um, comia-se alguma fruta da época, rapadura ou doce de leite. O café mais uma vez se fazia presente no encerramento.

Quando se aproximava a hora do sono, tomava-se coalhada, adoçada com rapadura, ou cuscuz ou farinha de milho torrada com leite. E, novamente, um cafezinho, antes de se rezar o terço. O açúcar branco, produto mais raro, somente se usava para a comida dos recém-nascidos, das mulheres gestantes ou em amamentação e dos enfermos.

As refeições dos mais pobres incluíam a caça e os peixes, pescados nos poços dos riachos ou nos açudes. Os peixes mais comuns eram a curimatã, a traíra, o piau e a piranha. Refeição típica dos menos abastados, o angu era preparado à base de fubá de milho, cozido com água e sal, podendo ser acompanhado com leite ou caldo de peixe. Com o caldo de peixe

ou de carne gorda e com a farinha de mandioca se preparava o pirão, muito apreciado nos períodos de atividade física mais intensa.

Como diversão, nos povoados maiores jogava-se peteca, feita de palha de milho. A brincadeira consistia em não deixar a peteca cair, alternando-se os jogadores a cada sopapo em direção às alturas.

No geral, o modelo de organização das famílias sertanejas era patriarcal, calcado na obediência rigorosa aos mais velhos. Um filho somente dirigia a palavra ao pai se fosse lhe fosse solicitada manifestação. Com a mesma rigidez, não se respondia ao pai com o chapéu na cabeça nem se fumava na presença do pai, a quem era solicitada a benção antes de dormir e ao acordar.

Nas primeiras povoações do sertão os casamentos eram acertados entre os patriarcas. A estratégia de proteção do patrimônio e o isolamento das populações resultavam em casamentos dentro do mesmo núcleo de parentes. Muito comumente, os noivos eram primos entre si ou tio e sobrinha. Quando acontecia de não serem parentes, não era raro que se

conhecessem apenas por ocasião do casamento, que em regra durava a vida inteira.

Saindo do padrão, havia os casamentos provocados pelo rapto das donzelas, auxiliadas quase sempre por suas mucamas. Após o rapto, a donzela era entregue pelo noivo aos cuidados de uma família amiga, que tinha a obrigação de comunicar de imediato o ocorrido ao pai da moça. Obrigava-se ainda o depositário a realizar o casamento em sua própria casa. O casamento das raptadas era mais simples. Terminada a celebração os noivos se dirigiam à casa dos pais da noiva, acompanhados dos padrinhos, para pedir perdão.

Os casamentos dos filhos mais abastados eram realizados na fazenda do pai da noiva e a falta de um convidado, principalmente se fosse parente, gerava queixas para toda a vida. No século XIX, a festa começava com uma quadrilha que se prolongava até o dia amanhecer.

Atualmente, tirante a energia elétrica e a presença de motos e carros, a festa do padroeiro São Sebastião conserva-se ainda como o grande evento que congrega as práticas religiosas e as pagãs no município de Nazarezinho, sendo o episódio festivo mais comemorado do lugar. A novena ainda obtém

grande participação da população local e as festas de rua são bastante movimentadas.

Comparando-se com outras festas do ano, no povoado primitivo, as festas juninas eram muito comemoradas, mas não rivalizavam com a festa do padroeiro. No Natal, as famílias abriam as casas da rua, mantidas para as festas, e ficavam até a passagem do ano.

Encerramos o capítulo sobre o período colonial no sertão, descrevendo os ritos relativos à morte e aos sepultamentos.

Os enfermos moribundos eram preparados espiritualmente para o momento final, pela comunhão, pela confissão, pela extrema unção e por meio das visitas de tantos quantos se dispusessem a presenciar os instantes em que a vela acesa apoiada entre as mãos testemunhava a última batalha.

Antes dos primeiros cemitérios públicos, as pessoas de maior destaque social eram sepultadas nas igrejas ou próximo às capelas. Falecido um popular, o corpo era conduzido à última morada em uma rede suspensa por uma estrutura de madeira levada por quatro pessoas.

Os detentores de patente da guarda nacional se enterravam com seu uniforme. O cortejo ganhava mais integrantes em direção à capela à medida que passavam em frente às residências. Na igreja, o padre encomendava o corpo e, no cemitério, benzia a sepultura. O viúvo não fazia a barba nem cortava o cabelo por pelo menos trinta dias e usava um lenço preto no bolso na visita de covas. A viúva cortava os cabelos para a visita de cova aos trinta dias e vestia-se de preto.

O Império contra a Seca

A estiagem que se estendeu de 1877 a 1880 ganhou simbolismo por diversas razões. Uma delas refere-se ao fato de se haver instituído uma política oficial voltada para o problema das secas. A segunda diz respeito às ações equivocadas de D. Pedro II, que, entusiasmado com o que vira na região árida do Egito, autorizou a importação de camelos do Saara, para serem utilizados pelos sertanejos como recurso para convivência com a seca. A terceira razão do simbolismo da seca desse período associa-se ao poder da letalidade do fenômeno, que vitimou mais de 500 mil pessoas, fazendo um número muito maior de retirantes, personagem social que se incorporou à dinâmica migratória que caracterizaria o Brasil industrializado do século seguinte.

Diante do flagelo, em visita ao Estado do Ceará, um dos mais atingidos, o imperador Dom Pedro II comprometeu-se a vender se preciso até a última jóia da Coroa para por fim àquela calamidade. Não vendeu nenhuma jóia nem acabou com a seca no semi-árido, mas a promessa não cumprida, se não inaugurou, reforçou uma das táticas mais usadas na política nacional, em todos os tempos.

No próximo capítulo, abordaremos a história republicana, inicialmente, na perspectiva do povoado de Nazareth do Pico e, por fim, do distrito e da cidade de Nazarezinho.

No Período Republicano

Dividindo a partir de Salvador
O nordeste seria outro país
Vigoroso, leal, rico e feliz
Sem dever a ninguém no exterior
Jangadeiro seria o senador
O cassaco de roça era o suplente
Cantador de viola o presidente
O vaqueiro era o líder do partido
Imagina o Brasil ser dividido
E o nordeste ficar independente.

Nordeste Independente

(Bráulio Tavares e Ivanildo Vilanova)

O sertão vai virar mar
Dá no coração
O medo que algum dia
O mar também vire sertão.

Sobradinho

(Sá e Guarabyra)

A República Velha

Os primeiros documentos oficiais da República fazem alusão ao povoado que surgia às margens de um riacho intermitente, próximo do Serrote do Pico. Nomeando o povoado por Nazareth, os textos deixam transparecer que ali se desenvolviam apenas atividades primárias modestas nas fazendas de gado existentes. A área correspondente ao povoado fazia parte do Município de Sousa.

Em 1915, uma grande seca, imortalizada no romance de Raquel de Queiroz, abateu-se sobre o nordeste semi-árido, minando ainda mais os poucos recursos dos proprietários rurais do povoado de Nazareth. A sede, a fome e as mortes que decorreram daquela estiagem por toda região constrangeram de tal forma a classe política brasileira que os fatos obrigaram o governo a intensificar os estudos e se comprometer mais seriamente com a execução de ações concretas contra as secas. Até aquele momento, as ações haviam se resumido à perfuração de poços e à abertura de estradas rudimentares.

No início do século XX, Nazareth, através de sua incipiente feira, ouvia falar com bastante atraso sobre a I guerra mundial, que iria trazer grande crise à produção de algodão. Os

rumores vinham da cidade de Sousa. Anos mais tarde, notícias sobre uma grande crise econômica mundial também chegaram. Sempre muito atrasadas. Sempre tratadas como coisas de outro mundo, muito diferente do sertão, isolado, ainda à mercê de coronéis.

Essas notícias chegavam juntamente com outras, de maior interesse, sobre os ataques dos bandos de cangaceiros a fazendas e povoados próximos, tão comuns até o final da década de 1930.

Alheio à política, em isolamento promovido pela precariedade das estradas, o sertão mal sabia que, com a queda da monarquia, em 15 de novembro de 1889, a província da Paraíba do Norte dava seus primeiros passos na ordem republicana com os governadores: Tenente Coronel Honorato Cândido Ferreira (1889), Major João Claudino de Oliveira Cruz (1889), Venâncio Augusto de Magalhães Neiva (1889 a 1891), Manoel da Fonseca Xavier de Andrade (1891), Coronel Cláudio do Amaral Savaget (1891 a 1892), Álvaro Machado (1892 a 1896), Gama e Melo (1896 a 1900), José Peregrino de Araújo (1900 a 1904) – o 1º Sertanejo a exercer o cargo -, Álvaro Machado (1904 a 1908), João Machado (1908 a 1912), Castro

Pinto (1912 a 1915), Antônio da Silva Pessoa (1915 a 1916), Camilo de Holanda (1916 a 1920), Solon de Lucena (1920 a 1924), João Suassuna (1924 a 1928) – 2º governador sertanejo – e João Pessoa (1928 a 1930). João Pessoa, tendo sido indicado por Epitácio Pessoa, seu tio, demonstrou surpreendente vigor administrativo e capacidade para executar soluções para os problemas do Estado.

Os primeiros presidentes da república também eram em sua maioria ilustres desconhecidos da população do interior. Até a revolução de 1930, o cargo fora exercido por Marechal Manuel Deodoro da Fonseca (1889 - 1891), Marechal Floriano Vieira Peixoto (1891 - 1894), Prudente José de Moraes Barros (1894 - 1898), Manuel Ferraz de Campos Sales (1898 - 1902), Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902 - 1906), Afonso Augusto Moreira Penna (1906 - 1909), Nilo Peçanha (1909 - 1910), Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca (1910 - 1914), Wenceslau Brás Pereira Gomes (1914 - 1918), Delfim Moreira da Costa Ribeiro (1918 - 1919), Epitácio da Silva Pessoa (1919 - 1922), Authur da Silva Bernardes (1922 - 1926) e Washington Luís Pereira de Sousa (1926 - 1930).

No fim da república velha - encerrada a partir do desdobramento dos acontecimentos vinculados simbolicamente à morte de João Pessoa, no cargo de Governador da Paraíba e candidato a vice-presidente da República na chapa de Getúlio Vargas -, as eleições eram para a maior parte da população uma forma entediante de legitimar o poder das elites políticas nas províncias ou nos estados.

As eleições no Brasil, até 1930, careciam dos mais básicos atributos de legitimidade, tão frequentemente eram fraudadas, e, na república, mais do que no período imperial. Remonta da velha república a prática das malfadadas eleições a bico de pena, caracterizada pela elaboração antecipada das atas eleitorais, fraudando a assinatura dos ditos presentes.

Na Paraíba, as eleições do município de Princesa Isabel, até 1930, eram famosas por terem 100% dos sufrágios depositados nos candidatos apoiados pelo Coronel José Pereira de Lima.

Alijados do processo político, o interesse das pequenas povoações se voltava para os fatos cotidianos e as mudanças tecnológicas que começavam a aportar por aquelas terras. Os cordéis falavam de cangaceiros, do céu e do inferno, mas

começavam a variar a temática, falando sobre a existência mundo a fora de máquinas, carros, rádio e energia elétrica.

A Reinvenção do Sertão

Notícias da Velha República chegavam através das conversas ditas e ouvidas na feira de Nazareth. Pessoas vindas de Cajazeiras, Icó, Crato, Juazeiro do Norte e Mossoró falavam de boas novidades. O Governo Federal iria fazer grandes investimentos no sertão da Paraíba, como já vinha acontecendo no Estado do Ceará. Seriam obras de açudagem, para combater o flagelo das secas que periodicamente assolam a Região Nordeste.

Mas as boas notícias não paravam por aí. Falava-se que uma grande rodovia (não pavimentada) iria acabar de vez com o isolamento existente entre o sertão e a capital, passando por Campina Grande. E, de fato, a rodovia iniciada em 1913, foi concluída em 1926, ligando a capital a Cajazeiras. O asfaltamento da BR-230, como hoje temos, só veio a acontecer pelas ações do Governador João Agripino Filho (1965-1969)

Na década de 1920, corriam boatos assombrosos de que a cidade de São José de Piranhas iria ficar submersa. Uma grande represa seria construída no rio Piranhas, no povoado de Boqueirão. Dizia-se ainda que em São Gonçalo haveria outra represa, menor.

Grandes esperanças povoaram o sertão de Piranhas no período. A expectativa era de que haveria trabalho para muita gente e as oportunidades pareciam infinitas.

O Coronel João Pereira da Silva, longe de imaginar a tragédia que lhe rondava, planejava o futuro dos filhos. Manoel Mendes fazia cálculos do que podia representar para os engenhos de rapadura e para a produção de cal aquele novo ciclo de crescimento. Todos os proprietários aguardavam a melhoria do preço do gado. Era muita gente para se alimentar enquanto durassem aquelas obras.

O pequeno povoado começava a sonhar com o crescimento econômico. A esse respeito, é oportuno observar a descrição de Nazareth, em 1922, feita no *Diccionario Geographico e Ethnographico do Brasil*, lançado em comemoração ao primeiro centenário da independência: *Florescente povoação de umas setenta casas à margem do riacho Trapiá e a 26 km de Sousa. Fica em zona agrícola. Sua feira é bem animada e de regular movimento commercial. Tem uma capella e uma escola pública municipal. Conta o povoado com cerca de duzentos habitantes. Fica no districto, no logar Olho d'Água do Frade, um poço cujas águas nunca seccam.*

Aguardavam-se notícias mais confiáveis, vindas da capital, na época chamada de Paraíba. E as confirmações vieram. As indenizações das terras começaram. As obras, enfim, chegaram.

A chegada do paraibano Epitácio Pessoa à Presidência da República tornara-se a esperança de que o atraso e a miséria do Estado seriam superados. De fato, Epitácio Pessoa ocupou o mais alto cargo do poder executivo federal entre 1919 e 1922, legando à terra de suas origens investimentos fundamentais à expansão econômica do sertão paraibano, a área mais esquecida do Estado.

Entre os planos de 1921 e a conclusão das obras, em 1936, a vizinha São José de Piranhas sumiu no meio das águas da represa. Virou Jatobá, construída em área mais elevada, para abrigar a pequena população desalojada. No mesmo período, o açude de São Gonçalo se fez realidade, destruindo o atalho primitivo que deixava Sousa e Cajazeiras mais próximas. A estrada agora contornava toda a extensão do açude, passando sobre a barragem de terra e alvenaria. O mais importante era que os primeiros sinais de crescimento econômico já se faziam presentes.

A Saga de Chico Pereira

Mas no meio dos sinais positivos, entre 1922 e 1928, um fato sinistro traria a Nazareth os dias mais impactantes de sua história.

O confronto, ao anoitecer, na bodega de João Pereira, situada na Rua Velha, povoado de Nazareth, durou 15 a 20 minutos. O embate furioso deixaria quatro mortos: o Coronel João Pereira, Nobilino Fernandes, Zé Mutuca, que segundo testemunhas teria dado o tiro fatal em João Pereira, e Negro Campineiro. Além disso, nove ficaram gravemente feridos, entre eles, Chico Dias e João Fernandes, irmão de Nobilino. Zé Dias, um dos quatro desafiantes de João Pereira, fugiu ileso.

Era noite de 11 de setembro de 1922. O Coronel João Pereira da Silva, ferido de morte por um tiro certo, foi transportado agonizante da Rua Velha para sua casa, no sítio Jacu, em uma rede. Não escaparia.

Chico Pereira foi avisado do fato, na zona rural de pombal, onde comercializava material de construção. Recebeu como últimas instruções do seu pai a difícil incumbência de não se vingar.

Filho mais velho, era natural pelos costumes do sertão sem lei que fosse ao encalço do assassino, daí a justa preocupação do pai.

Chico Pereira prendeu Zé Dias em uma emboscada. A matá-lo preferiu entregar o assassino para a polícia de Sousa. Horas depois Zé dias, pelas mãos da polícia, ganhava a liberdade, para definitivamente perder a vida. Chico Pereira, em nova emboscada, assassina o assassino de seu pai.

Demonstrações reiteradas de poder e arrogância de adversários políticos que mandavam na política da época instigaram o ódio em Chico Pereira, cada vez mais encurralado e impotente. Para todos era um fora-da-lei e, pelo jeito, não haveria absolvição.

Na madrugada de 27 de julho de 1924, Sousa tremeu. Com todas as possibilidades de comunicação com a capital do estado eliminadas, 84 homens comandados por Chico Pereira, sendo 40 deles pertencentes ao bando de Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, impõem cerco à cidade.

A moldura política do quadro se pode ver na orientação de atacar apenas aqueles do partido adversário ao prefeito João

Alvino Gomes de Sá e, em especial, Otávio Mariz e o Juiz Arquimedes Souto Maior.

Ao amanhecer o juiz, após várias humilhações, era feito refém do bando, mas Otávio Mariz, tendo fugido para o Lastro, não foi capturado, e a vingança de Chico Pereira não se consumou.

Após a ousada e destemida façanha, o cerco se inverteria sobre o bando de Lampião, que, perseguido com determinação pelas volantes militares em vários estados, dizimou-se.

De forma recorrente, as disputas históricas pela posse das terras sertanejas suscitaram a formação de uma sociedade em que o exercício da agressividade e a atuação precária do aparelho judiciário eram ocorrências de aceitação banalizada. As cidades de Catolé do Rocha, Teixeira, Itaporanga (Misericórdia, antigamente) e Piancó tiveram suas rixas de famílias inspiradas nessa atmosfera que fomentou o cangaço desde suas origens.

No entanto, a incursão de Chico Pereira no cangaço contextualiza-se com a falta de eficiência da estrutura judicial estabelecida, diante de um ambiente social marcado por conflitos, que, em muitas situações, atendiam a interesses

partidários. Mas a luta pela posse da terra estava ausente das razões que levaram Chico Pereira a se converter no principal ícone do cangaço no sertão paraibano da década de 1920. Nesse caso emblemático, as rixas políticas, travadas em um interior esquecido à própria sorte e alimentadas pela debilidade do governo em aplicar a lei e fazer justiça, estão na raiz da tragédia.

O último advogado de Chico Pereira foi João Fernandes Campos Café Filho. Café filho viria a ser presidente do Brasil entre 24 de agosto de 1954 e 8 de novembro de 1955, quando foi deposto. Ele era o vice-presidente de Getúlio Vargas, quando este suicidou, em 1954.

Em 28 de outubro de 1928, aos 28 anos de idade, morria Chico Pereira, assassinado pela polícia do Rio Grande do Norte em Currais Novos.

Um Mundo Novo

Uma nova seca veio consumir recursos e esperanças dos sertanejos. Desta feita, entre 1934 e 1936, o evento deixou marcas indeléveis na mente dos mais jovens que viveram a calamidade que atingia os nove estados nordestinos e alguns municípios de Minas Gerais. Saques e distribuição de alimentos pelo poder público conviviam. O comércio paralisou-se. Mais uma vez a fome e uma nova certeza: as obras de Pilões, Coremas e Engenheiro Ávidos (Boqueirão) e São Gonçalo foram fundamentais, mas não solucionavam o problema da insegurança alimentar no sertão.

Mas, após cada trauma, a vida seguia o ritmo manso do sertão da primeira metade do século XX.

Na cidade de Cajazeiras, em 1938, comerciantes e proprietários rurais de Nazareth tomaram conhecimento da instalação de alto-falantes nos postes das ruas, a exemplo do que o prefeito sousense, Eládio Pedrosa de Melo, instalara na praça da matriz, em outubro de 1937, inaugurando o serviço radiofônico que espalhava, a partir do coreto, onde se localizava o amplificador, as melodias com que os habitantes se habituaram a iniciar as manhãs.

De volta, na feira de Nazareth, os comentários imprecisos sobre a novidade levavam a muitas especulações e viravam nascedouro de boatos, mas o que se sabia era que logo as regiões mais remotas iriam ouvir em suas casas as pessoas conversando em Cajazeiras ou em Sousa.

Para instigar ainda mais a imaginação dos incrédulos, dizia-se que, desde 1923, já funciona no Rio de Janeiro, a capital do País, a Rádio Sociedade. E as explicações sobre a mágica do rádio iam longe. No entanto, os primeiros aparelhos de rádio em Nazarezinho só chegaram no final da década de 1950, e a primeira transmissão a partir de Cajazeiras apenas viria a se concretizar em 1964, com a instalação da Difusora Rádio Cajazeiras, até hoje chamada de “a pioneira”. No final dos anos 1960, as novelas do rádio tinham audiência garantida nos povoados rurais e urbanos, substituindo em parte o hábito sertanejo de se contar história.

Entre o Comércio e a Política

O comércio local experimentara um surto de crescimento no povoado de Nazareth do Pico. Idealizada por Manoel Mendes, que se dispôs a convencer os comerciantes locais de que o negócio seria promissor, a primeira feira pública se realizou a partir de um acordo entre os comerciantes locais, provavelmente, no início da década de 1930.

As instalações foram improvisadas no local onde mais tarde seria construído o mercado público municipal. Da feira se avistava, poucos metros abaixo, a lagoa do padre, usada para satisfazer a sede dos cavalos que traziam os compradores das novidades.

No início da década de 1940, o centro da cidade recebeu todo o comércio que antes funcionava na Rua Velha. Os bastidores da construção do primeiro mercado público, no perímetro do qual passou a se organizar o comércio local, revelaram mais uma vez a inteligência, o senso de oportunidade e o empreendedorismo de Manoel Mendes.

Os primeiros entendimentos entre Manoel Mendes e a prefeitura de Sousa com vistas à construção do mercado público

foram mantidos por intermédio de Lindolfo Pires Braga, seu genro desde 1933.

Lindolfo levou ao prefeito Eládio Pedrosa de Melo a consulta de Manoel Mendes sobre a possibilidade de construção das instalações do mercado, para que se reduzisse o grande fluxo de comerciantes das cidades vizinhas para a feira de Nazareth, o que muito prejudicava o crescimento dos comerciantes locais. Para facilitar a decisão governamental, Manoel Mendes se comprometeu com a doação do terreno, localizado no centro do povoado.

Apesar disso, o prefeito alegou que estando no final do mandato não poderia iniciar uma obra daquele vulto. Ao que Manoel Mendes retrucou, sugerindo fazer a obra com os próprios recursos, se a prefeitura, de sua parte, fizesse os empenhos contábeis, como promessa de pagamento, que esperaria receber do futuro administrador. Aceita a proposta, a obra foi iniciada e, ao final, foram construídos os sete prédios comerciais, voltados para o nascente, na rua principal, e conexos ao mercado público.

Projetaram-se como comerciantes, no alvorecer do comércio de Nazarezinho, José do Vale Sobrinho, Geraldo Alves,

Eugênio Pedrosa, José Marques Formiga, Lindolfo Pires Braga, José Alves Furtado, João Sarmiento Furtado, Francisco Sales Formiga (Salim) e Enéas Gondim Ferreira Douetts. Mais tarde, Francisco de Araújo Bento (casado com Chiquita) e Antônio de Araújo Bento (casado com Dona Severina) também estabeleceram tradição no comércio local. Ambos os casais deixaram grande descendência, levando adiante o sobrenome Bento.

Cabe destacar que Lindolfo Pires Braga - auxiliado por Raimundo Nonato Ponce Leon, gerenciando a farmácia, por Francisco Assis Braga (Braguinha), na gerência da loja de tecidos, e Domingos, na administração da bodega, da panificadora e do alambique -, foi um dos maiores comerciantes da incipiente cidade. Lindolfo transferiu-se para Cajazeiras com esposa e filhos, entre os quais os médicos Romildo, domiciliado na cidade de São Paulo, desde 1971, e Ilca Pires Mendes, residente em João Pessoa, onde também vivem os descendentes do comerciante pioneiro José Antônio Campos (casado com Ana Mendes Vieira), entre eles: José Antônio Campos Filho (Zuca), Maria do Socorro Mendes Campos (Dona Socorro de Herculano Mendes), Manuel Messias Mendes, Otacílio Vieira Campos e Francisca Mendes Sarmiento.

As ligações com a política trouxeram a Manoel Mendes Vieira Campos a obrigação moral de aceitar a concorrer, no momento da redemocratização do País, ao cargo de vice-prefeito de Sousa nas eleições de 1947, na chapa de Eládio Pedrosa de Melo, com quem cultivou sólida amizade. Naquele pleito, foi eleito para prefeito Emídio Sarmiento de Sá, do PSD, com 2.159 votos (37,01%) e para vice-prefeito, o PSD elegeu Adênio Lima.

A feira de Nazarezinho, agora organizado no moderno mercado público e adjacências, tornou-se referência, cresceu e atraiu comerciantes de outras localidades. Paralelamente, o comércio de algodão se mostrava firme. Foram testadas as primeiras descaroçadoras do produto, que agora seguia em fardos para a comercialização. Os engenhos de rapadura se multiplicaram. As minas de cal experimentaram um grande estímulo. Capitaneando todas essas transformações estiveram o comércio e uma pequena feira, nascida no caminho do gado, que pernoitava em currais localizados nas imediações onde hoje se ergue a Praça João Luiz, no centro da cidade.

Em meados da década de 1950, em meio às expectativas de crescimento, um fato curioso veio lembrar que costumes do

império ainda se faziam presentes tantas décadas depois. Refiro-me ao desmoronamento de uma barreira de pedras que soterrou, vitimando de forma fatal a um trabalhador da mina de cal que funcionava no sítio Cantinho, no sopé da serra de Santa Catarina.

Abalado pela tragédia, José Vieira Mendes, que havia poucos anos perdera o filho, Salvan Vieira Mendes, assassinado por engano em São Paulo, no início da década, foi até o local para orientar os demais trabalhadores aflitos para que o corpo fosse resgatado. Após o resgate pediu autorização aos pais do falecido, por quem tinha muita estima, para que o corpo fosse velado na casa que mantinha no centro do Distrito de Nazarezinho na rua do casario iniciado por Manoel Mendes.

O corpo, completamente mutilado, foi transportado do sítio para o povoado em uma padiola, que consistia em uma armação de madeira apoiada nos ombros de quatro homens, que mantinham suspensa uma rede na qual se conduzia o cadáver. Na casa que o esperava, os restos mortais foram transferidos para um caixão de madeira e velados, mas no transporte improvisado entre a zona rural e o povoado, naquele

dia foi revivido o hábito de transportar cadáveres em redes, com era comum no sertão nos períodos colonial e imperial.

Após breve passagem pela igreja de São Sebastião, o sepultamento ocorreu no cemitério antigo. Por muito tempo, o episódio, que alimentava o mito das almas penadas, até hoje muito comum no sertão, apavorou as crianças das imediações da casa de Zé Vieira.

O Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba, de Coriolano de Medeiros, escrito em 1944, apresenta-nos mais alguns detalhes sobre o povoado. Ali está registrado que, na época, Nazareth era uma “povoação florescente do Município de Sousa, distando da sede, 25 quilômetros. Está à margem esquerda do riacho Trapiá. Nela se encontram vários maquinismos para beneficiar algodão, uma escola pública e uma capela de São Sebastião”. No mesmo livro, o Olho d’Água do Frade é descrito como “fonte que nasce no flanco da serra de Santa Catarina, no município de Sousa. Corre entre penhas, mas, antes de atingir o sopé, desaparece, completamente”.

Mais adiante, Medeiros volta a descrever a fonte da seguinte forma: “Na serra de Santa Catarina (serra do Melaço, em Piancó), vê-se o Olho d’Água do Frade; começa por um

riacho cortando a serra, formando um boqueirão; despenha-se, precipitando-se num poço profundíssimo, cuja circunferência tem o diâmetro aproximado de dois metros. A água transbordante continua a corrente e 20 metros além, desaparece completamente num areal. O que torna o poço mais singular é que aumenta o volume de suas águas no verão e o diminui na estação pluviosa”.

Ainda conforme o referido dicionário, a segurança pública era exercida por subdelegados nas vilas pertencentes a Sousa, de nomeação do Secretário do Interior e Justiça.

O povoado de Picos, como se chamava desde o período imperial, passou a se chamar Nazareth do Pico, ou simplesmente Nazareth, e foi elevado à condição de distrito com a denominação de Nazarezinho, por meio da Lei estadual nº 520, de 31 de dezembro de 1943, pertencendo ao município de Sousa. Não se conhecem as razões que levaram o legislador a grafar o nome do novo distrito no diminutivo. O fato é que, a divisão territorial do Brasil na época mostra vários povoados homônimos, embora não houvesse no advento da Lei outra localidade na Paraíba com o nome de Nazareth. Curiosamente, o nome do distrito recém-criado não poderia ser mais

personalista. Apesar de não se saber de quem partiu a idéia, o topônimo Nazarezinho é único no planeta.

O surto de progresso trouxe os primeiros carros e os primeiros rádios ao povoado. Os cursos de medicina e engenharia de Recife receberam os primeiros alunos oriundos de Nazareth. Os custos e as dificuldades para formar um médico eram proibitivos para a maioria das famílias.

Apesar das dificuldades, Sinval Vieira Mendes, filho do José Vieira Mendes e Dona Soledade, viria a se tornar o primeiro médico da história do lugar e o primeiro a prestar serviços médicos periódicos na comunidade. Anos Depois, Edivar Mendes Campos, filho de Manoel Mendes, também se tornaria médico, feito que teria sido alcançado, extraordinariamente, já na década de 1920, por Abdon, filho de João Pereira da Silva e Dona Maria Egilda, não fosse a morte prematura do estudante.

Décadas mais tarde, perfazendo um périplo com escala na terra do Padre Rolim, outro filho de Manoel Mendes, Herculano Mendes, casado com Dona Socorro, logrou formar, na capital do estado, três médicos, todos filhos de Nazarezinho: José Lidonor, Ciro e Luciano Mendes.

Hoje a formação dos filhos nos cursos clássicos de Direito, Engenharia e Medicina se tornou fato mais comum, embora se constitua ainda motivo de orgulho e distinção social para as famílias locais.

Em 1954, a população do Distrito de Nazarezinho superava os 5.000 habitantes, apta, no entender de muitos, a ganhar autonomia política. Até o início da década de 1950, a Paraíba se dividia em 41 municípios e, na referida década, observou-se a criação de outros 46 municípios, entre eles o de São José da Lagoa Tapada, que, por ter o mesmo porte, estimulava a perspectiva de que o momento da emancipação de Nazarezinho se aproximava.

Diáspora Sertaneja

Pouco antes da emancipação, porém, a seca de 1958 faria lembrar ao Distrito de Nazarezinho a ameaça que desde 1942 não se mostrava.

O caráter periódico das secas sertanejas está muito bem documentado na literatura. De acordo com o livro *Geographia do Brasil (1822-1922)*, da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, ocorreram várias secas na Região Nordeste do Brasil, desde o início da colonização: 1710-1711, 1721, 1723-1727, 1736-1737, 1744-1745, 1772, 1776-1778, 1784, 1790-1793, 1805, 1808-1809, 1810, 1816-1817, 1824-1825, 1827, 1830, 1833, 1844-1845, 1877-1879, 1888-1889, 1891, 1898, 1900, 1902-1903, 1907, 1915 e 1919.

Houve também no período, anos de invernos copiosos, excessivos e até nocivos: 1728, 1748, 1776, 1782, 1797, 1805, 1819, 1826, 1832, 1839, 1842, 1866, 1872, 1873, 1874, 1876, 1880, 1890, 1894, 1895, 1896, 1897, 1899 e 1910.

O fato é que cada um desses eventos incorporou o poder de produzir dramáticas transformações na realidade local. A seca de 1958 não fugiu à regra e a Paraíba foi assolada por uma de suas maiores estiagens. A coincidência com a construção da

nova capital da república no planalto central do País produziria a primeira grande onda migratória do município de Nazarezinho.

A história de João Cabral ilustra bem a situação social nos sertões em 1958. João Cabral constituiu família com Severina Pereira da Silva e, diante das dificuldades materiais, que enfrentava em geral a maioria da população, resolveu iniciar um comércio ambulante, que passou a fazer entre algumas cidades, entre elas Juazeiro do Norte, para onde acabou levando a mulher e os filhos. Os desentendimentos conjugais, que culminaram na separação do casal, trouxeram enormes dificuldades para Severina, Helena, sua irmã, Erasmo e Edmilson Cabral, esses ainda muito pequenos.

Em meio ao drama que se desenrolava na periferia de Juazeiro do Norte, mais precisamente na Rua São José, Severina Pereira da Silva reconheceu entre os passantes, um comerciante conhecido por Chico Quitéria, que ela sabia se tratar de pessoa de Nazareth.

Conhecedor dos problemas daquela família, Chico sugeriu que todos voltassem para Nazareth, onde a vida, embora difícil, não estaria tão ameaçada.

Foi assim que Severina e os filhos voltaram a Nazareth, encontrando acolhida no sítio Vale Verde, pertencente a João Honório de Medeiros. Mostrando determinação para aprender as primeiras letras e números e fugir do analfabetismo, tão comum à época, os irmãos Erasmo (casado com Francisca Pereira da Silva) e Edmilson Cabral (casado com Maria do Carmo) prestariam, mais tarde, relevantes contribuições como servidores públicos do município de Nazarezinho e do Estado da Paraíba.

Dificuldades à parte, em meados do século, o que havia era uma grande esperança de que a vida iria melhorar. Na feira de Nazarezinho, o nome do Presidente Juscelino passou a ser o centro de todas as conversas. E por duas razões. A primeira, era que a seca de 1958 clamava por ações do governo federal no sertão e a outra, era de que a construção de Brasília iria sair do papel.

Naquela seca, reapareceu a mancha do abandono do Nordeste. Juscelino Kubitschek de Oliveira, presidente eleito, após o suicídio de Getúlio Vargas, apressou-se em desengavetar o projeto da barragem de Orós, no Estado do Ceará, cujo esboço

estava desenhado desde o império. Tornou-se mais uma grande obra de açudagem no interior.

Em Orós, Juscelino fez dois discursos em situações extremas. Em 1958, no leito seco do rio Jaguaribe prometia a construir a maior represa do Brasil, como veio a ser, por muito tempo. Em 1960, discursava sobre a parede da barragem recém-construída e na iminência de transbordamento. Para evitar o arrombamento do maciço de terra abriu-se uma grande vala na área do vertedouro, que se erodiu até a fundação, mas permitiu a conservação de toda a parede.

Outro discurso do Presidente Juscelino, proferido por ocasião do assentamento da pedra fundamental de Brasília, a futura capital da república, renovava a esperança de muitos jovens sertanejos desencantados com a luta que travavam com a seca, inimiga quase imbatível, a desafiar os propósitos do político de fazer cinqüenta anos de desenvolvimento em apenas um mandato de cinco anos. O início do discurso de Juscelino trazia a força de uma profecia: *“Desta solidão, que em breve se transformará no cérebro das altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu país e antevejo esta*

alvorada com uma fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino”.

A seca expulsava. Brasília atraía. Em Nazarezinho, um dos primeiros a se aventurar a ligar esses dois pontos, José do Carmo Pedrosa foi buscar trabalho no novo eldorado brasileiro, deixando para trás a casa dos pais. Deto Pedrosa, como é conhecido, eleito vereador para dois mandatos e presidente da Câmara Municipal de Nazarezinho na década de 1980, fez em 1958 a primeira de outras três viagens que ainda faria à Brasília, iniciando o percurso de caminhão, em seguida de trem e, a partir de Minas Gerais, de ônibus, levando 15 dias no caminho pioneiro. O apego à terra fez Deto esquecer Brasília e suas promessas. Casado com Ailza Mendes Pedrosa, preferiu encarar os percalços das estiagens periódicas e fazer da arte de comprar e vender gado a fórmula que lhe tornou, por longo tempo, comerciante bem sucedido.

Muitos outros também se lançaram em direção à Brasília, já na década de 1960, permanecendo na capital e iniciando nova história para filhos e netos, que têm hoje, naturalmente, vínculos afetivos reduzidos em relação à Paraíba e à Nazarezinho em Particular, embora suas raízes remotas

permaneçam para sempre atreladas a essa terra. A história de vida de Maria Aíla Mendes, Filha de Zé Honório e Candinha Vieira, também é um exemplo comum do coração dividido entre a sedução da cidade de Brasília dos anos 1970 e o apego afetivo à Nazarezinho.

Atualmente, podem-se encontrar descendentes dos pioneiros de Nazarezinho em Brasília e nas cidades satélites de Sobradinho, Taguatinga, Ceilândia, Candangolândia, Gama, Recanto das Emas, Paranoá, Itapoã, Santa Maria, São Sebastião, Samambaia e Guariroba, assim como nas cidades goianas de Formosa, Novo Gama e Valparaíso, entre outras, pertencentes ao entorno do Distrito Federal.

Outros ainda migraram para o Estado de São Paulo, no mesmo período e, hoje, há muitos filhos dos pioneiros de Nazarezinho entre os paulistas do interior e das áreas metropolitanas. A migração iniciada somente arrefeceu em anos recentes, décadas depois da emancipação política do povoado paraibano. Capítulo à parte, São Paulo representou a conexão direta entre Nazarezinho e as novidades da indústria, trazidas pelos migrantes.

Wellington Mendes Campos, casado com Inara e filho de Clóvis Mendes e Adauta Medeiros, reside até hoje na capital paulista, assim como muitos descendentes de Raimundo Avelino, de Joaquim de Sousa Maciel (Quinco) e Nair e de Manoel Braz e Dona Alcides, educadora pioneira da comunidade. Cabe registro da grande presença dos descendentes da família Pereira em São Paulo, que muitos dos filhos e netos de João Pereira dos Anjos, José Fernandes, Antônio e Nozinho “Damião” adotaram como segunda terra.

Atualmente, no entanto, a migração tem diversificado seus destinos. Em terras mineiras, por exemplo, residem descendentes de Renê de Sousa Maciel e Ângela Lins, cujos filhos residem, em sua maior parte, no município de Nazarezinho.

Como se esperava, em 22 de dezembro de 1961, o Distrito de Nazarezinho se desmembrou do Município de Sousa, sendo elevado à categoria de município com a denominação de Nazarezinho, por meio da Lei estadual nº 2.659 daquele ano, originada do projeto apresentado pelo Deputado José Pires de Sá. Somente no ano da emancipação foram criados 58 municípios. Outras unidades foram criadas ao longo da década

de 1960 e no ano de 1997. Atualmente o Estado se divide em 223 municípios.

Com a emancipação, um novo ciclo, onde a política ganharia mais relevância, iniciou-se. A economia, por outro lado, sofreu grandes transformações, das quais os principais reveses foram o fechamento dos engenhos de rapadura, o fim do ciclo do algodão e o enfraquecimento do comércio de gado.

História das Eleições

Em Nazarezinho, hoje como antes, os partidos pouco têm de ideológicos, convivendo nesse campo, com as mais perfeitas contradições. Os partidos continuam sendo agremiações de parentes e amigos, lutando contra outros parentes e ex-amigos. Mas é inegável a herança do gosto pela política partidária que Sousa legou ao município desmembrado.

Nas eleições mais remotas, observava-se o atrelamento da política de Nazarezinho com as opções partidárias orientadas por Sousa. Com o tempo houve um abrandamento dessa influência, que era produto do alinhamento político da elite sousense com as opções apresentadas pela capital do Estado.

O que impressiona é como as posições políticas da capital, a partir da revolução de 1930 passaram a despertar as paixões políticas mais extremas no sertão e como as ações partidárias se exacerbaram ainda mais, após a redemocratização do País, com a realização de eleições diretas em nível municipal, a partir de 1947.

Havia agravantes antecedentes, como por exemplo, o episódio da invasão de Sousa em 1924 pelo bando de lampião,

sob o comando de Chico Pereira, numa reação com matizes políticas identificáveis nas rixas locais.

Mas foi o contexto da Revolução de 1930 que segregou os interesses a partir do seu rastro de sangue, orientado pelos interesses da política nacional, tendo a Paraíba como o epicentro dos acontecimentos.

Em 1928, o ex-presidente da República Epitácio Pessoa, na época, o nome mais influente nas decisões políticas do Estado, indicou o seu sobrinho João Pessoa Cavalcanti para concorrer ao cargo de governador da Paraíba. Vitorioso, o audacioso João Pessoa adotou medidas de austeridade e se manteve à distância dos interesses dos coronéis, desagradando inclusive os aliados de Epitácio Pessoa.

A tensão alcançou seu mais elevado estágio, a partir do rompimento de João Pessoa com o coronel José Pereira de Lima, da cidade de Princesa Isabel, no momento em que o governador se lançava como vice-presidente na chapa encabeçada pelo gaúcho Getúlio Vargas, contra o candidato de Washington Luís, o paulista Júlio Prestes.

Objetivando estabelecer no Estado a insegurança que forçaria o governo federal a fazer a intervenção no governo da

Paraíba, Zé Pereira, com o patrocínio de adversários do governador e contando com mais de mil homens armados, declarou a independência de Princesa Isabel. João Pessoa, em reação, ordenou a realização do cerco à cidade. Com a determinação do governo pernambucano de negar passagem aos militares da Paraíba, o cerco se fez pela cidade de Piancó.

No desfecho dos acontecimentos, João Duarte Dantas, ligado ao coronel Zé Pereira e à família Pessoa de Queiroz, adversários de João Pessoa em Pernambuco, assassinou à queima-roupa o governador da Paraíba. O crime repercutiu nacionalmente e foi o estopim para a revolução armada que levou Getúlio Vargas ao poder por quinze anos consecutivos.

Durante as ações armadas, as forças de Vargas mataram João Dantas e Augusto Caldas, que se encontravam detidos. Anayde Beiriz, suposta amante, suicidou-se poucos dias depois do assassinato de João Dantas. Acusado de mandante da execução de João Pessoa, o ex-governador João Urbano Pessoa de Vasconcelos Suassuna, residente no Município de Sousa e pai do escritor Ariano Suassuna, foi assassinado pelas costas no Rio de Janeiro, onde exercia o mandato de Deputado Federal pela Paraíba.

A onda de violência chegou à cidade de Sousa, onde tropas intervencionistas federais se opunham aos revoltosos, ao contrário das demais tropas legalistas que já haviam aderido ao movimento.

Enquanto a população se protegia em casa, as tropas revolucionárias de Vargas entraram em combate dentro da cidade onde mataram o coronel Pedro Ângelo Correia, comandante do 23º Batalhão de Caçadores. O Major João César de Castro, atingido durante o levante por Pedro Ângelo Correia, também morreu. Ambos foram sepultados em Sousa.

Nesse contexto beligerante, os revolucionários empossaram na administração da Paraíba o secretário de Segurança Pública do governo João Pessoa, José Américo de Almeida, que em seguida seria nomeado por Vargas ministro de Viação e Obras entre 1930 e 1934. Em 1932, José Américo sobreviveu a um acidente aéreo no qual morreria o governador da Paraíba Antenor de França Navarro. Findo o período como ministro, José Américo foi nomeado para a Embaixada do Brasil na Santa Sé.

No plano estadual, Argemiro de Figueiredo, a quem era ligada a família Maia, de Catolé do Rocha, fora eleito governador

em 1934. Argemiro aderiu ao Estado-Novo e se fez interventor, o que desapontou José Américo de Almeida. Mas, em 1940, com a substituição de Argemiro por Ruy Carneiro, como interventor, Argemiro ficou ressentido com Getúlio Vargas.

Eleito senador em 1935, José Américo, tendo sido preterido pela ditadura para disputar a presidência da república, contribuiu em 1945 para o fim da era Vargas. É que em 1937, o golpe do Estado-Novo aplicado por Getúlio Vargas cancelou as eleições, matando o sonho de José Américo de chegar à presidência.

Em 1950, José Américo novamente se elegeu governador da Paraíba, pelo Partido Libertador, para um mandato de cinco anos. Mas, em 1953, fez as pazes com o Presidente Getúlio, que o nomeou para o ministério da Viação e Obras Públicas, onde se manteve até o suicídio do presidente em agosto de 1954, quando reassumiu o governo da Paraíba. José Américo de Almeida, desde o ocaso de Epitácio Pessoa, tornara-se o paraibano de maior influência nacional e se empenhava em realizar seu sonho de chegar à presidência da república.

Com o fim do governo de José Américo de Almeida, em 1955, crescia a possibilidade de um governo de pacificação na

Paraíba, com candidato único, afastando o risco de uma provável e, para Américo, temível eleição de José Agripino Filho para o governo do estado. Agripino se mostrava ressentido com José Américo pelas perseguições oficiais à família Maia em Catolé.

A redemocratização do País, com a queda de Getúlio em 1945, trouxe grande vigor à política partidária. No plano internacional a 2ª Guerra Mundial se aproximava do fim. No plano nacional, o brigadeiro Eduardo Gomes surgiu como candidato da União Democrática Nacional (UDN) ao governo federal, em total oposição aos partidários do getulismo, que era defendido pelo Partido Social Democrático (PSD).

A II Guerra Mundial afetou a vida da pequena comunidade de Nazareth, nos anos 1940. Com a necessidade de aumentar a participação brasileira na Guerra, foram recrutados combatentes no interior do Estado da Paraíba, que se apresentaram em Natal e estiveram na iminência de embarcar para a Itália, quando o conflito felizmente teve fim. Entre os convocados, estavam João Trajano - casado com Umbelina Gomes Pedrosa, a saudosa Biluca - e Francisco Augusto Campos (casado com Valmira Mendes Medeiros).

Ao mesmo tempo, as paixões partidárias nacionais chegavam à Paraíba e, imediatamente, contagiavam o interior. A UDN e o PSD colocavam em campos opostos os maiores nomes da política sertaneja, cultivando grandes rivalidades.

As lideranças do interior tinham que se esforçar para compreender e explicar aos seguidores as contradições da política estadual. Em 1945, por exemplo, Argemiro de Figueiredo, eleito o deputado mais votado para a assembléia nacional constituinte, tornou-se um dos mais fervorosos udenistas, ao lado de José Américo de Almeida, eleito para o senado, e João Agripino Filho, segundo deputado federal mais votado naquelas eleições. Mas os interesses divergentes na campanha para prefeito em 1947 separariam Argemiro de Figueiredo de seu aliado José Américo.

A campanha para governador e senador em 1950 foi uma das mais violentas que já se registraram na Paraíba. No PSD, José Américo e Ruy Carneiro eram os candidatos. Na UDN, posicionavam-se para o embate Argemiro de Figueiredo, ao lado de José Pereira de Lira, chefe da casa civil de Eurico Gaspar Dutra, apoiados pelo governador do próprio partido Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello, eleito em 1947.

Em julho de 1950, em um comício udenista realizado na Praça da Bandeira, em Campina Grande, os partidários de Argemiro de Figueiredo e de José Américo de Almeida se enfrentaram, após os brilhantes discursos proferidos. Animando a festa, Luiz Gonzaga, Emilinha Borba e Sivuca. Após a passeata da UDN o PSD improvisou a sua e os manifestantes subiram no palanque adversário. Três manifestantes foram abatidos à bala e outros quinze ficaram gravemente feridos.

Era esse o clima que se propagava para o interior, onde os conflitos se fizeram presentes, embora em menor intensidade, em quase todos os municípios.

No meio da intrincada política de alianças na Paraíba, Ruy Carneiro acabou sendo o grande beneficiado, passando 26 anos como Senador da República.

No plano nacional, o PSD lançou em 1955 Juscelino à presidência e José Américo se recusou a ser vice. O contexto não favorecia à UDN, que perdera as duas últimas eleições com Eduardo Gomes, em 1945 e 1950. Além disso, Carlos Lacerda, uma das grandes forças do partido, recebia a carga de ter contribuído para o suicídio de Getúlio Vargas.

Sob o controle de Ruy Carneiro, o PSD da Paraíba queria a pacificação local, mas estava com Juscelino, que Américo rejeitava. A UDN lançou o general Juarez Távora para a presidência e perdeu.

Para neutralizar Agripino, uniram-se José Américo de Almeida, Ruy Carneiro e Argemiro de Figueiredo, da UDN e do PSD. Surpreendentemente, Agripino, da UDN, lançou-se pelo Partido Republicano, mas se recusou a enfrentar a aliança, com a qual simpatizava, de Flávio Ribeiro (UDN) e do vice-governador Pedro Gondim (PSD), com apoio do Partido Libertador.

Em 1958, Gondim assumiu o cargo, diante do grave estado de saúde do governador Flávio Ribeiro. No mesmo ano, João Agripino se elegeu pela 4ª vez para o cargo de deputado federal (UDN), mas José Américo de Almeida (UDN) perdeu a disputa ao Senado para Ruy Carneiro, para surpresa do País.

Nas eleições de 1960, Jandhuy Carneiro (PSD), irmão de Ruy Carneiro, foi esmagado nas urnas por Pedro Gondim, apoiado pela UDN e sem qualquer vínculo com a Revolução de 1930. Jânio Quadros, da UDN, um dos maiores fenômenos eleitorais já vistos, ganharia fácil a disputa nacional.

No contexto local, durante o governo estadual de Pedro Moreno Gondim, em 22 de dezembro de 1961, José Marques Formiga, da UDN, foi nomeado prefeito interino do recém-criado município de Nazarezinho.

Em 1962, Francisco Mendes Campos (1.022 votos) e Severino do Vale Maciel (961 votos), do PTB, venceram com as eleições para prefeito e vice-prefeito, contra os candidatos da coligação PSD-UDN Osório Luiz Ferreira (899 votos) e Abdias Pereira Dantas (859 votos). No ano seguinte, na antiga sede municipal do ex-distrito de Nazarezinho, as eleições seriam dramáticas. Pela estreita diferença de dez votos, Antônio Marques da Silva Mariz, do PTB, venceu as eleições para prefeito de Sousa contra Felinto (Tozinho) da Costa Gadelha, do PSD, que tinha o apoio de José de Paiva Gadelha (Zé Gadelha).

O golpe militar de 31 de março de 1964 viria mudar o cenário político em todo o Brasil. Tanto o PTB, de Chico Mendes, quanto o PSD, de Abdias e Osório, eram considerados pelos militares como partidos de oposição.

No plano estadual, em 1965, João Agripino Filho e Severino Cabral, pela coligação UDN-PDC, venceram os dois titãs da política paraibana, Ruy Carneiro e Argemiro de

Figueiredo, da coligação PSD-PTB, por uma diferença de apenas 2.927 votos e a eleição foi decidida na cidade de Cajazeiras, que deu uma maioria de 4.890 votos a Agripino, revertendo a diferença do restante do Estado.

Em outubro de 1965, com o crescimento do PTB e do PSD, o Ato Institucional nº 2 estabelecia em seu art. 18 que ficavam extintos os partidos políticos e cancelados seus respectivos registros. Em substituição a todas as legendas, apenas duas alternativas se apresentaram, a ARENA e o MDB, todas sob o controle direto ou indireto do governo militar. Enquanto vigorou o bipartidarismo, foram realizadas quatro eleições majoritárias nos estados: 1966, 1970, 1974 e 1978.

Paradoxalmente, uma das maiores queixas dos políticos cajazeirenses em relação ao governo de João Agripino era a perda dos vôos da Varig, que ligavam até o final dos anos 1960 a cidade de Cajazeiras ao Recife e a outros grandes centros, em razão das necessidades de deslocamento mais ágil dos executivos das empresas algodoeiras multinacionais SANBRA, sigla da Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro, e Anderson Clayton.

Falava-se, ignorando-se a crise da empresa aérea e as dificuldades da cotonicultura, que a suspensão dos vôos se deu por falta de 200 metros de pista, que não permitia a substituição dos barulhentos e obsoletos DC-3 pelos novos modelos. No momento, está em construção o novo aeroporto de Cajazeiras, uma obra que pode atender às necessidades de deslocamento de aproximadamente 15 municípios, com uma população total superior a 150 mil habitantes. A nova pista terá 1.800 metros e a estação de passageiros terá 235 m², com estacionamento para 100 veículos. Espera-se em breve a autorização para pousos e decolagens pela Agência Nacional de Aviação Civil.

Já no contexto do bipartidarismo sob controle militar, em 1966, Osório Luiz Ferreira e Abdias Pereira Dantas, do MDB, a oposição consentida pela ditadura, venceram as eleições para prefeito de Nazarezinho, por 993 a 891 votos, contra Eugênio Gomes Pedrosa e José Marques Formiga, da ARENA, o partido da situação. O MDB, no entanto, não conseguiu fazer a maioria na Câmara de Vereadores, o que viria a dificultar em muito o governo de Osório e Abdias.

Eugênio Gomes Pedrosa era então um próspero comerciante, filho de Silvino e Amélia Gomes Pedrosa, casal que originou numerosa descendência, deixando entre seus filhos, Joaquim Gomes Pedrosa (casado com Vangela Vale), Antônio Gomes Pedrosa (casado com Maria Pedrosa), João Gomes Pedrosa (casado com Marly Vale Pedrosa), Pedro Gomes Pedrosa e José Gomes Pedrosa (casado com Maria do Carmo Trajano), Umbelina Gomes Pedrosa (casada com João Trajano), Marta Gomes Pedrosa e Josefa Gomes Pedrosa (casada com João Braga).

A revanche de Chico Mendes, da Arena, dar-se-ia em 1969, quando, tendo Lucindo Lins Dantas como companheiro de chapa, derrotou o candidato a prefeito do MDB, João Raimundo de Sousa, e seu vice, José Gomes de Lacerda.

Nas eleições para o Senado, em 1970, a ARENA, do governador João Agripino Filho, elegeu para o senado dois desconhecidos, Milton Cabral e Domício Gondim, contra duas grandes forças da política local, Humberto Lucena e Argemiro de Figueiredo, do MDB. Na sucessão do governo estadual de 1970, Ernani Sátiro de Ayres e Souza foi nomeado governador biônico.

Nas eleições municipais de 1972, em Nazarezinho, o confronto se deu dentro da família Luiz. Disputando a prefeitura pela ARENA, Sublegenda 1, Raimundo Luiz Sarmiento (962 votos) se elegeu contra Osório Luiz Ferreira (979 votos), da Sublegenda 1 do MDB, que tinha como candidato a vice-prefeito o irmão de Osório, Antônio Luiz Sarmiento. Osório e Antônio Luiz Sarmiento eram, respectivamente, tio e primo de Raimundo Luiz, o eleito naquela acirrada disputa.

O detalhe fundamental dessas eleições foi a figura da sublegenda. Graças a ela, Osório, o mais votado, não se elegeu. O mecanismo da sublegenda permitia que mais de um candidato disputasse pelo mesmo partido. Assim, quando se somaram os votos dos candidatos das respectivas sublegendas 2, a ARENA se fez vitoriosa. Isso porque Ernando Ponce Leon, da sublegenda 2 da ARENA, compensando a derrota da legenda principal, tirou 216 votos e Vicente Severo de Lima, da sublegenda 2 do MDB, tirou 138 votos.

Na sucessão estadual de 1974, Ivan Bichara Sobreira, natural de Cajazeiras, foi nomeado pelos militares e, por último, em 1978, Tarcísio de Miranda Buriti, encerrou o período dos governadores biônicos.

O governo militar manteve o sistema de sublegendas nas eleições municipais de 1976. Em Nazarezinho, o MDB, partido de oposição aos militares não teve representante na disputa daquele ano. Mas a situação apresentou dois candidatos, e o confronto se deu nas sublegendas do partido oficial. Como candidatos, José Augusto Mendes e Flaviano Mendes, pela ARENA 1, venceram Nilton César Douetts e Antônio Gino Filho, da ARENA 2, por 1.276 a 1.152 votos . Naquela campanha, uniram-se, como patronos da chapa vencedora, as duas maiores lideranças políticas da situação, Manoel Severo, pai de José Augusto, e Chico Mendes, pai de Flaviano Mendes.

Nilton César Douetts, que surgiu como a grande revelação política daquela disputa, era filho do segundo matrimônio de Enéas Gondim Ferreira Douetts com a, hoje centenária, Dona Orcília César de Albuquerque. Nilton era casado com Neusa Sarmento César, com quem teve os seguintes filhos, atualmente residentes na capital do estado: Neilton, Ioneide, Lucineide, Teldson, Orcília, Nilton César, Neusa, Eneide, Usailton e Susailton.

A eleição municipal de 1976 iniciou um período de dominância política da parceria estabelecida entre Manoel

Severo e Chico Mendes, renovada por José Augusto e Nildo Mendes, nas eleições seguintes.

Com a prorrogação do mandato dos prefeitos eleitos em 1976, as eleições municipais vieram a acontecer somente em 1982. Naquela disputa, já nos estertores da ditadura militar e na agonia do bipartidarismo, a ARENA havia se convertido em PDS e o MDB virou PMDB. Com o apoio do prefeito José Augusto Mendes, Francisco Mendes dos Santos (Nildo) e Antônio Luiz Sarmiento (1.919 votos), do PDS, venceram a chapa da oposição, do PMDB, constituída por Antônio Pereira Patrício e Josmar de Sá Formiga (936 votos).

Em 1982, as eleições diretas para governador voltaram, mas, por artimanha do regime militar, o voto era vinculado, isto é, o eleitor se via obrigado a votar em todos os candidatos de um mesmo partido.

Em 1988, os resultados eleitorais da disputa pela prefeitura de Nazarezinho mostraram que a parceria estabelecida entre Chico Mendes e Manoel Severo estava viva.

Embora nas eleições de 1988 o pluralismo partidário em níveis nacional e estadual já estivesse plenamente restabelecido, em Nazarezinho, as últimas disputas haviam

fortalecido o bipartidarismo de tal forma que apenas o PDS e o PMDB se faziam representar no pleito municipal daquele ano.

Assim, o PDS, com o aval do prefeito Nildo Mendes, apresentou José Augusto Mendes e Sinval Bezerra de Albuquerque. No lado da oposição, o PMDB ofereceu os nomes de Osório Luiz Ferreira e Júlia Sarmiento Rocha. O PDS venceu por 2.314 a 1.038 votos.

Na campanha de 1988, ocorreram, entre outras curiosidades, dois fatos dos mais relevantes. Até aquele ano, todos os cargos, majoritários e proporcionais, haviam sido disputados por homens. Pela primeira vez, as mulheres correram os riscos do pioneirismo no espaço político, com Júlia Sarmiento Rocha, pelo PMDB, disputando o cargo majoritário de vice-prefeita, e Vilma Pereira, pelo PDS, disputando um dos cargos de vereador. Nenhuma obteve êxito nos pleitos, mas a política se tornou, a partir delas, definitivamente campo de interesse das mulheres.

Um modelo de dedicação ao trabalho, Júlia Sarmiento Rocha nasceu em Nazarezinho no dia 15 de dezembro de 1931. Filha de Antônio Luiz Ferreira e Amélia Maria Sarmiento. Casou-se com José Maciel Braga, funcionário público do Estado da

Paraíba no cargo de Escrivão da Delegacia de Polícia de Nazarezinho. Em 1958 assumiu como Escrivã Substituta, do seu irmão Milton Luiz Rocha, o Cartório de Nazarezinho e em 1961, coincidindo com a emancipação política do município, assumiu o cargo como Escrivã Titular. Trabalhou nesse ofício até o mês de setembro de 2011, vindo a falecer um mês depois. Hoje filhos e filhas de Zeca e Julinha residem em Cajazeiras, João Pessoa e São Paulo, sem perder o contato com Nazarezinho, sobretudo, na festa de São Sebastião, em janeiro.

Em 1992, o pluripartidarismo local ensaiava timidamente aderir ao ambiente democrático que revigorava o País. A novidade era que o PDS e o PFL agora representavam a situação, mas o PMDB continuava como único partido de oposição. Na disputa para o cargo de prefeito, Francisco Mendes dos Santos, da coligação PDS-PFL, apoiado pelo prefeito José Augusto, venceu ao seu tio Edivar Mendes Campos, do PMDB, por 2.410 a 1.302 votos. A partir dessas eleições, a parceria entre Nildo Mendes e José Augusto entrou em processo de desgaste, renunciando o confronto que se daria entre essas duas lideranças no pleito seguinte. O rompimento do pacto de décadas revelaria o esgotamento do modelo desenhado por Chico Mendes e Manoel Severo na década de 1970. O que se viu

nas eleições seguintes, inclusive na última, foi uma crise de liderança ainda sem solução.

Em 1992, a participação das mulheres na seara política aumentou. Disputaram as vagas para os cargos de vereador as candidatas Rita Soares de Andrade, Naiza Mamede de Sousa, Francisca Madalena de Jesus e Vilma Pereira, que conseguiu se eleger, entrando para a história como a primeira mulher a ocupar um cargo eletivo no município.

A campanha para prefeito de Nazarezinho em 1996 marcou a cisão entre o então prefeito Nildo Mendes e José Augusto, novamente pleiteante ao cargo. Com quatro partidos constituídos e prontos para a disputa, o desentendimento entre os antigos parceiros abriu espaço para o surgimento de um novo nome, o de Salvan Mendes Pedrosa, que concorreu pelo PFL, com o apoio da prefeitura, e venceu a José Augusto Mendes, que disputava com o apoio do PMDB, por 2.147 a 1.662 votos. A eleição de Salvan Mendes viria estabelecer uma nova correlação de forças na política local. Em pouco tempo, o prefeito Salvan Mendes romperia com Nildo Mendes, diversificando o quadro de lideranças políticas.

Observe-se que, em 1996, as mulheres aumentaram ainda mais sua participação no espaço político. Disputaram as vagas para os cargos de vereador as candidatas Ailda Mendes, Dolores Ferreira Lins, Francineide Barbosa da Silva, Maria Francisca Pedrosa e Vilma Pereira. As duas últimas foram eleitas, constituindo a maior bancada feminina da história da Câmara de Vereadores local.

Com a alteração da norma eleitoral, a reeleição de prefeito passou a ser admitida. Dessa forma, no ano 2000, Salvan Mendes Pedrosa, pelo PFL, venceu o opositor do PMDB, Deusimar Alves Sarmiento, por 2.796 a 1.327 votos. Logo depois, Salvan e Nildo pisaram campos opostos, já que Salvan disputou a reeleição, com vitória. O rompimento entre Salvan e Nildo Mendes consumou-se no campo da rivalidade política, marcada por diversos embates.

Na última eleição do milênio, as mulheres tiveram reduzida sua participação na disputa e na bancada feminina. Apenas três candidatas se apresentaram: Hortência Maria de Sousa, Maria Francisca Pedrosa e Vilma Pereira. Apenas Vilma logrou se eleger.

Terminado o segundo mandato consecutivo de Salvan Mendes Pedrosa, em 2004, o prefeito do PFL lançou uma nova opção política, representada na candidatura de Francisco Gilson Luiz Mendes, cunhado de Nildo Mendes, que enfrentou na disputa à prefeitura o candidato, também estreante e também cunhado de Nildo Mendes, Francisco Assis Braga Júnior, do PSDB, partido noviço no combate. Gilson Luiz, do PFL, venceu as eleições por 2.983 a 1.949 votos. Mas o segundo tempo dessa contenda ficaria agendado para 2008.

Em 2004, as mulheres perderam espaço político. Mais uma vez, apenas três candidatas se apresentaram: Ailda Mendes de Medeiros Lins, Hortência Maria de Sousa e Francisca Amélia Luiz Sarmiento. Mas diferentemente da última eleição, nenhuma das candidatas conseguiu se eleger no pleito.

Em 2008, a campanha para o cargo de prefeito se acirrou de forma surpreendente. Partindo de um cenário em que a vitória era o resultado mais provável, o prefeito Gilson Luiz, vendo enfraquecida sua candidatura à reeleição, viu-se obrigado a reforçar a chapa do PFL com o nome mais forte da situação, o do ex-prefeito Salvan Mendes, que substituiu o nome do vice-prefeito Francisco de Assis Ribeiro Pedrosa. Humilhado na

última contenda por uma diferença de mais de mil votos, Júnior Braga, do PSDB, atirou-se novamente à disputa, com a determinação de não perder.

Em 2008, uma novidade movimentou a campanha política. Pela primeira vez, uma mulher se dispôs a disputar o cargo de prefeita do município. A pioneira foi Amanda Patrício Ribeiro, disputando pelo PSB. Para o cargo de vereador, as mulheres disputaram com Pollyana Figueiredo de Lima, Maria Francisca Pedrosa, Maria Asuíla Rosendo dos Santos, Josefa Gonçalves Pedrosa, Francisca Madalena de Jesus e Francisca Amélia Luiz Sarmiento. Apenas Amélia foi eleita, mas esse passou a ser o maior número de mulheres disputando a mesma eleição na história da cidade.

O resultado das eleições locais de 2008 em Nazarezinho surpreendeu a todos. Com o apoio de Nildo Mendes e de José Augusto, o candidato a vice-prefeito da chapa de oposição, Francisco Assis Braga Júnior derrotou, por apenas 131 votos, o candidato da situação, proeza antes alcançada apenas por Osório Luiz Ferreira, em 1966. Nos números finais, Braga teve 2.410 votos, Gilson teve 2.279 e Amanda, candidata do PSB, obteve 64 votos.

Novos capítulos se anunciam para os próximos duelos entre as lideranças da política de Nazarezinho, mas é importante não perder de vista que, como demonstrado, na moldura desses enfrentamentos recentes, sempre estiveram presentes as disputas estaduais para deputado, senador e ao governo do Estado, tendo algumas dessas disputas influência direta nos resultados locais.

Os nomes que exerceram maior influência sobre os resultados das eleições locais em Nazarezinho, nas últimas décadas, foram os daqueles que cumpriram mandato de governador da Paraíba. Entre 1979 e 2011, esses nomes foram: Dorgival Terceiro Neto (entre 1978 e 1979), Tarcísio Burity (1979 a 1982), Clóvis Bezerra Cavalcanti (1982 a 1983), Wilson Leite Braga (1983 a 1986), Rivando Bezerra Cavalcanti (1986 a 1986), Milton Bezerra Cabral (1986 a 1987), Tarcísio Burity (1987 a 1991), Ronaldo José da Cunha Lima (1991 a 1994), Cícero de Lucena Filho (1994 a 1995), Antônio Marques da Silva Mariz (1995 a 1995), José Targino Maranhão (1995 a 1999), José Targino Maranhão (1999 a 2002 - reeleito), Antônio Roberto de Sousa Paulino (2002 a 2003), Cássio Rodrigues da Cunha Lima (2003 a 2007), Cássio Rodrigues da Cunha Lima

(2007 a 2009 – reeleito e cassado), José Targino Maranhão (2009 a 2011) e Ricardo Vieira Coutinho (início em 2011).

Biografias

Cada um se lança à vida,
sofrendo da ânsia do futuro
e do tédio do presente.
Mas quem prepara cada dia
como se fosse o último,
não deseja, nem teme o amanhã.

Sobre a Brevidade da Vida

(Sêneca)

A vida é curta, a arte, longa.

Aforismos

(Hipócrates)

Uma Casa Viva

A idéia mais extraordinária que me ocorreu ao escrever estas memórias foi a de registrar a biografia de uma casa, um ser por definição inanimado.

A casa de cômodos enormes, tão diferente das outras para mim, seguia na realidade uma planta padrão (adotada nas casas vizinhas de Nê e Vilmar Mendes, à exceção do jardim da frente), com três jardins, duas salas, quatro quartos, cozinha, despensa e sótão, e embora tivesse paredes, portas e janelas, como qualquer outra, a casa de Zé Vieira era a minha referência de paraíso, com uns quinze metros de frente, 12 janelas e a fachada coberta de esperança.

Ali os dias da minha infância foram todos desiguais, entre a tensão e a paz, quebrando a monotonia que era de se esperar de uma cidade pequena. A casa era a extensão das moagens do engenho de rapadura, das lutas do gado e das safras de algodão, arroz, feijão e das frutas, principalmente, manga, pinha e cajá.

Dona Soledade, minha avó, era um todo de caridade, mas um vulcão em vontade e potência. Zé Vieira adotava a arte de se equilibrar entre a razão e a resistência. Os dois, tão diferentes,

entre lutas e tréguas, a fazer as vontades dos filhos e dos netos, que se encontravam todos na casa verde, no centro da cidade.

Sinval (casado com Consuelo Pires), Saulo (casado com Maria do Carmo Pedrosa), Zilma (casada com Antônio Gomes Pedrosa), Zuleica (casada com Josmar de Sá Formiga) e Zita (casada com Adelson Augusto Mendes) eram os filhos. E os netos complementavam a personalidade do ambiente. Helda, Hígia, Stênio e Clarisse, filhos de Sinval, vinham mais esporadicamente, uma vez que moravam em Sousa. Mas Salvan, Dedé, Maria do Carmo, Sandra e Marcelo sempre estavam presentes, juntamente comigo, Hélio, Dadinha, Julita, Huéber, Andréia e Helena. Mais distantes, morando em Brasília, os filhos de Zilma e Antônio vinham de férias, e eram sinônimos de novidade e festividade: Maria do Socorro, Anchieta, Cristina, Diane e Ione.

Palco de nascimentos (Dadinha nasceu na casa verde!), aniversários, bodas, festas e despedidas, ali Sinval se apresentou como o 1º médico do povoado em 1951, ano em que Salvan, o irmão mais velho, fora assassinado em São Paulo.

A casa verde virava animados camarins nos remotos carnavais, embalados pelas notícias das aprovações nos

vestibulares. Ali Zé Vieira me ensinou o prazer da leitura de um jornal e a riqueza escondida nos livros de José Américo de Almeida e de José Lins do Rego. Mas da verve da casa faziam parte Zequinha, Zebedeu (José Marques Mendes) e Dodô, dando a instabilidade que requeria atenção constante dos menores.

Dela Dona Soledade partiu, no final da copa do mundo de 1982, pintando a tarde de luto. E a casa verde viu a chama de Zé Vieira perder lentamente o brilho. E veria ainda a saga de Saulo.

A casa, hoje em dolorosas ruínas, era uma construção da década de 1930, feita sob os caprichos do mestre Pedro Ribeiro, casado com Dona Antônia, de quem descende Félix Ribeiro e José Ribeiro de Moura (Nego Velho). Dona Tonha foi pioneira na adoção do protestantismo em Nazarezinho e era irmã da professora Maria Ribeiro, educadora de uma geração inteira nas décadas de 1940 e 1950. Félix Ribeiro, seu filho, casou-se com Maria Pereira, deixando grande descendência.

Apenas na memória ficaram os ecos dos passos de crianças correndo e das risadas de Maria Ribeiro, Francisca de Zé Brejeiro, Francisca de Tota e Diolinda, todas acolhidas em família por anos.

As ruínas de hoje não sabem, mas aquela casa é tão viva quanto os personagens que a habitaram e, sem perceber, fabricaram, no tempo em que o tempo ainda não contava, os tijolos de memória que a manterão para sempre de pé.

Destaques

Em meados do século XX, havia nos pequenos povoados sertanejos um costume na representação política que remontava ao império e que estava associada ao conceito de “homem bom”, buscado como um elemento distintivo. Assim, embora não fossem cargos remunerados, a participação em corpo de jurados ou no exercício do cargo de vereador ou administrador público representava um reconhecimento do caráter ou do poder econômico das pessoas.

Muitos nomes se destacaram em Nazarezinho, atendendo ao conceito imperial de “homem bom”. Na impossibilidade absoluta de nos lembrarmos de todos, destacamos alguns, merecedores de nossa maior atenção.

Manoel Mendes Vieira Campos inscreveu-se na história de Nazarezinho por meio de sua influência política e de suas qualidades de grande empreendedor, embora tenha se diferenciado mais como organizador da economia local do que como articulador político.

Mas na história das eleições, alguns nomes se destacaram menos por seu patrimônio do que por suas virtudes, fato que os tornaram dignos de serem reverenciados nas memórias de

Nazarezinho. Alguns pioneiros dessa linhagem que ocuparam cargo eletivo no município foram: Abdias Pereira Dantas, José Marques Formiga, Francisco Mendes Campos e Osório Luiz Ferreira.

Faremos, a seguir, um resumo da trajetória de algumas das personalidades que se ligaram para sempre à história de Nazarezinho.

Manoel Mendes Vieira Campos

O casario antigo voltado para o norte, na rua que hoje leva o seu nome, foi iniciativa de Manoel Mendes, como também as casas grandes do sítio Baixio e do sítio Pedra e Cal, suas moradas por muito tempo. Para ele, a casa não era a sepultura da vida, como acreditava a erudição portuguesa, cedo esquecida pelos colonos.

Assim, além das incontáveis casas que construiu em suas vastas propriedades rurais, adquiridas pela prosperidade trazida, principalmente, pelo ciclo do algodão, edificou prédios comerciais e as referidas residências ainda hoje existentes no centro da cidade de Nazarezinho, tendo ainda construído residências em Sousa, onde tratava periodicamente dos negócios.

Filho de Herculano Vieira Mendes e Cândida Mendes Pedrosa, Manoel Mendes, com sua manifesta vocação de engenheiro, construiu inúmeras pequenas e médias barragens de terra, com corte e aterro manualmente preparados, sendo o transporte do barro feito em cima de couro bovino, arrastado por burros e bois. Além disso, construiu engenhos e armazéns para algodão e rapadura.

Mas se havia uma filosofia que Manoel Mendes levava a sério era o pensamento popular que apregoava que “uma casa sem mulher é um corpo sem alma”. Casou-se três vezes, deixando numerosa descendência. De forma que, hoje, 14% da população local apresentam os sobrenomes Mendes ou Vieira.

Do primeiro casamento, com Raimunda Mendes Pedrosa, filha de José Gomes Mendes e Ana Isabel Mendes Pedrosa, nasceram Raimunda (casada com Lindolfo Pires Braga), Soledade (casada com José Vieira Mendes), Francisco Mendes Campos (casado com Raimunda Mendes dos Santos), Manoel Mendes Filho (Nê Mendes, casado com Rita (Nitinha) Marques Formiga), José Gomes Mendes (casado com Anália, depois com Maria José), Herculano Mendes Campos (casado com Socorro Mendes), Antônio Mendes Campos (casado com Adalgisa, depois com Alice, irmãs), Clóvis Mendes Campos (casado com Adauta Honório de Medeiros), Candinha Mendes (casada com Joaquim Honório de Medeiros), Clotilde (Dona Coló, casada com José do Vale Sobrinho, Zé Basílio) e Cremildes (casada com João Virgínio de Sousa, João Cazé).

Viúvo, Manoel Mendes casou-se em segundas núpcias com Maria Vieira, com a qual não teve filhos, falecendo no

primeiro parto. Maria Vieira era filha de Antônio Vieira (casado com Soledade Vieira, irmã de Manoel Mendes). Assim, o segundo casamento se deu com a própria sobrinha, fato comum à época.

Em decorrência do fato, complicado ficou o parentesco de Manoel Mendes com o seu genro Zé Vieira Mendes, irmão de Maria Vieira. Já sendo sobrinho de Manoel Mendes, Zé Vieira fez-se dele também genro e cunhado.

Observa-se que Antônio Vieira Campos, proprietário do sítio Exu e sogro de Manoel Mendes, era também seu cunhado, haja vista ser casado com Soledade Mendes Vieira, irmã do coronel. Antônio Vieira e Soledade tiveram os seguintes filhos: José Vieira Mendes, Bonifácio, Bernardo, Herculano Vieira, Manoel Vieira (Manu), Candinha Vieira, Raimunda Vieira (casada com Domiciano Vieira) e Terezinha Vieira (Tetê). Tendo enviuvado, Antônio Vieira Campos contraiu segundas núpcias com Diolinda, com quem teve os seguintes filhos: Terezinha Vieira, Francisco Vieira e Alice (Licinha) Cartaxo (casada com Gumercindo Cartaxo).

Mais uma vez viúvo, Manoel Mendes desposou Maria das Dores, com quem teve os seguintes filhos: Edivar, Edilva, Elita, Edmar e Edilza Mendes Campos.

Fato incomum e revelador da personalidade de Manoel Mendes foi o casamento de sua cunhada, Felícia Mendes Pedrosa, com João Honório de Medeiros.

Durante a seca de 1915, oriundo de Pombal, João Honório viera a Nazareth em busca de trabalho, encontrando em Manoel Mendes um grande incentivador. Dedicado e bem-humorado, João Honório despertou a atenção de Felícia, cunhada do seu protetor, que não só concordou em fazer o casamento como também, a título de dote, facilitou ao noivo empreendedor, com quem se identificava, parte da compra do sítio Vale Verde, que seria pago com o produto das safras seguintes.

Os filhos de João Honório e Felícia foram Joaquim Honório de Medeiros (casado com Candinha Mendes, filha de Manoel Mendes), José Honório (casado com Candinha Vieira, filha de Antônio Vieira), Adalgisa (casada com Antônio Mendes Campos, filho de Manoel Mendes), Alice (também casada com Antônio Mendes Campos, nas segundas núpcias deste), Anália

(casada com José Mendes Campos), Anatilde (casada com Braguinha, pai de Francisco de Assis Braga Júnior), Adauta (casada com Clóvis, filho de Manoel Mendes), Angelina e Áurea (casada com Severino do Vale Maciel, Sinval Vale, primeiro vice-prefeito do município). Angelina era casada com José Sarmento, filho de Mestre Júlio, de Sousa. Este era dono da Lagoa dos Patos, propriedade vizinha a Sousa, e de uma oficina que consertava os equipamentos dos engenhos de Nazarezinho

Irmã de Manoel Mendes, Ana Mendes Campos, casou-se com José Augusto Campos, indo residir no sítio Telha. O casal deixou como descendentes: Ana Augusto (casada com Manoel Mendes Vieira, conhecido como Manoel Severo), Raimundo Augusto Campos (casado com Vilma Medeiros), Francisco Augusto Campos (casado com Valmira Medeiros), Herculano Augusto, Augusta Campos, Maria Augusto e José Augusto Campos Filho (Augustinho Campos). Também proprietário de terras no sítio Telha era José Mendes Vieira, irmão de Manoel Mendes.

Na década de 20, quase todos os políticos eram filiados ao Partido Republicano da Paraíba, presidido por Eptácio Pessoa, embora houvesse correntes políticas que se

digladiavam, como ocorria em Sousa, onde, de um lado, estavam as famílias Mariz e Gadelha e os seus seguidores e, do outro, Lindolfo Pires Ferreira, seu Nozinho como era conhecido.

Para melhor contextualização da conjuntura política em que estava inserido Manoel Mendes, na legislatura paralela ao governo de João Suassuna, de 1925 a 1928, eram deputados estaduais José Marques da Silva Mariz e seu Nozinho. No primeiro grupo, ao qual se ligava, em Nazarezinho, Manoel Mendes, a família Mariz era muito mais forte.

Na análise de Vanildo Mendes, neto de Manoel Mendes, com o tempo, essa correlação de forças foi se invertendo, tendo sido Eládio Melo o último prefeito de Sousa indicado pela família Mariz ao interventor Argemiro de Figueiredo. Em 1947, a correlação de forças já bastante invertida com larga supremacia da família Gadelha, houve um racha e se apresentaram três chapas: Emídio Sarmiento pelo PSD, Tozinho Gadelha, pela UDN, e Eládio Melo, pelo PDC.

No plano político, o fato curioso da vida de Manoel Mendes Vieira Campos deve-se a sua candidatura, sem êxito, nas eleições municipais de 1947, ao cargo de vice-prefeito de Sousa (angariando 1.406 votos), na chapa do PDC, encabeçada

pelo ex-prefeito Eládio Pedrosa de Melo (1.611 votos). Naquela disputa sairia vencedor o prefeito Emídio Sarmento, do PSD.

Alguns acreditam que houve injustiça ao se batizar, em homenagem a Manoel Mendes, o grupo escolar fundado em 1954. Mas é preciso compreender dois fatores conjunturais. Primeiramente, os filhos de Manoel Mendes, à exceção de Antônio Mendes e José Gomes Mendes, estavam abrigados no PSD, sob a chefia de Abdias Pereira Dantas. Em segundo lugar, a homenagem resultou da comoção gerada pela morte de Manoel Mendes Vieira Campos, ocorrida em fevereiro de 1951, o que demonstrava o reconhecimento de sua importância para a história do distrito.

Anos mais tarde, com a emancipação de Nazarezinho, João Pereira, ex-proprietário das terras doadas para a construção do grupo escolar, ficaria imortalizado no nome da Câmara de Vereadores, conhecida como Casa de João Pereira da Silva. Assim, ficaram preservados para a história os nomes dos dois valorosos pioneiros.

Por tudo o que fez no plano econômico, para antecipar o progresso do lugar, e no campo social, como gerador de

ocupação para grande parte da população, Manoel Mendes se revelou um grande empreendedor e entusiasta do trabalho.

Abdias Pereira Dantas

Não ostentava vaidades o representante de Nazarezinho eleito vereador para a Câmara Municipal de Sousa-PB, nos anos de 1947, 1951 e 1959, quando a presidiu.

Abdias Pereira Dantas tinha hábitos simples e era generoso, atributos que, aliados à seriedade quase solene, o tornaram popular. Mas enfrentou percalços na política. Nem sua história nem sua reputação impediram, por exemplo, que, ao disputar a prefeitura de Nazarezinho, em 1962, visse Francisco Mendes Campos, seu maior adversário político, ter a honra de ocupar a vaga de primeiro prefeito eleito.

“É preciso estar pronto para a vitória e para a derrotada. Assim é na política como é na vida.”, ensinava a correligionários irritados, que o procuravam em busca de palavras de ânimo, em sua privilegiada residência, situada na margem norte do perímetro urbano. Sua calma diante daquela frustração, em particular, parecia antever que quatro anos mais tarde ganharia a disputa para vice-prefeito, ao lado de Osório Luiz Ferreira, o grande parceiro da política local.

Pacato, compreensivo, de uma serenidade quase inabalável. Um comportamento pautado por atitudes

comedidas. Quem o encontrava lapidando pacientemente, com seu inseparável canivete, um pedaço de madeira recém cortada de alguma árvore das margens da estrada não supunha a firmeza de seu caráter e a força de sua perseverança.

Vendo à distância, nem parecia que carregava tantas tragédias pessoais a lhe marcar o espírito. Mas, curiosidades sobre o cangaço ou, pior, sobre o irmão mais velho, Chico Pereira, o deixavam visivelmente incomodado. Não gostava de falar a respeito.

Quando muito, “Seu” Abdias, como era mais conhecido, relembrava a última vez que viu o irmão, antes de seu assassinato em Currais Novos, no estado do Rio Grande do Norte. Dizia dos conselhos que lhe dera, em vão, para não se apresentar à polícia na cidade de Cajazeiras, apesar das garantias oferecidas pelo Presidente do Estado da Paraíba, João Suassuna, que se comprometera a lhe assegurar direito de defesa.

O drama se iniciou em 1922, quando a Vila de Nazareth, mais precisamente, a Rua Velha, testemunhou a luta sangrenta na qual foi morto o Coronel João Pereira da Silva. O episódio deixou viúva Dona Maria Egilda Pereira e órfãos Abdias, suas

quatro irmãs e os irmãos Aproniano, Abdon e Francisco Pereira Dantas, que se tornaria um dos mais famosos ícones do cangaceirismo no sertão Paraibano, depois de emboscar e matar o assassino do pai, posto em liberdade pela polícia.

O ponto culminante da atuação de Chico Pereira no cangaço foi a parceria com o bando de Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, para o cerco e à invasão à cidade de Sousa em 1924, sob as lágrimas e protestos de sua mãe.

Anos antes, nascera Abdias, em 7 de maio de 1901, na fazenda Jacu, próxima ao povoado de Nazareth. Muito jovem ainda, suportaria o assassinato do pai. Acompanharia o martírio e saberia do fim trágico de Chico Pereira, o irmão mais velho, em 1928. Não seria poupado das mortes dos outros dois irmãos, Aproniano, também assassinado pela polícia, e Abdon, estudante de medicina, no Rio de Janeiro, acometido pela tuberculose, doença fatal na década de 1920. Sua mãe não resistiria a tanto sofrimento.

Com a morte de Chico Pereira, Abdias chamou para si a responsabilidade de criar e educar os três sobrinhos órfãos: o padre Francisco Pereira da Nóbrega, que mais tarde abandonaria a batina e se casaria com Lígia Aparecida Moura

Pereira Nóbrega, deixando três filhos; o Frade Dagmar Pereira da Nóbrega, conhecido como Frei Albano, e o engenheiro João Pereira da Nóbrega.

Do talento do padre Pereira nasceu o livro “Vingança, Não”, que conta a dramática passagem de Chico Pereira pelo cangaço. A história está registrada em vários outros livros. Em nenhum deles, com tamanha emoção. Nesse aspecto, destaca-se o desfecho, no capítulo intitulado “Abdias, o homem-enigma”, em que o autor externalizou sua gratidão em relação ao seu maior benfeitor. Curiosamente, só muitos anos depois de lançada a primeira edição, que se deu em 1960, Abdias viria a aceitar a publicação do livro como uma idéia acertada.

Abdias decidiu constituir a própria família apenas quando viu o último dos filhos de Chico Pereira formado. Casou-se com dona Francisca Patrício, mulher de origem humilde, falecida com pouca idade, mas a tempo de acompanhar a destacável trajetória política do marido. O casal deixou os seguintes filhos: Antônio Pereira Patrício (casado com Geralda Maciel), Francisco, João, José, Maria de Fátima, Maria Egilda, Abdon, Abdias Pereira Dantas Filho (casado com Riselda Formiga Melo) e Francisco de Assis.

Na década de 1940, grandes mudanças começariam a ocorrer na vida do já experiente Abdias Pereira Dantas. Em 1943, o povoado de Nazareth foi elevado à condição de distrito de Sousa com o nome de Nazarezinho. Em 1945 veio a redemocratização do País, com o fim da ditadura Vargas, e a regularização de eleições periódicas. A dinâmica da política despertou o interesse de Abdias, que descobriu nela a razão para outras tantas lutas.

No ano de 1947, Emídio Sarmiento de Sá, do Partido Social Democrático, foi eleito primeiro prefeito de Sousa e Abdias se lançou para vereador do município, também pelo PSD, ficando com 287 votos (4,98% do total) na primeira suplência. Com a renúncia do titular Gilvandro Cartaxo de Sá, Abdias assumiu a vaga até o final do mandato. Representou o distrito de Nazarezinho ao lado de José Marques Formiga, eleito pela UDN, com 239 votos (4,14% do total).

Sempre fiel ao PSD, em 1951 disputou e venceu o pleito para um novo mandato na Câmara Municipal de Sousa, alcançando 789 votos (8,83% do total). Em 1955, disputou com João Sarmiento Furtado o cargo de vereador pelo distrito de Nazarezinho, sem que nenhum tenha obtido êxito. Em 1959, foi

eleito para o seu último mandato como vereador, com 554 votos (5,11% do total). Neste, tornou-se o presidente da Câmara Municipal. Naquele ano Nazarezinho elegeu também o vereador José Marques Formiga, com 434 votos (4,01% do total), pela União Democrática Nacional, conquistando novamente as vagas para dois representantes do distrito.

Em 22 de dezembro de 1961, o distrito de Nazarezinho desmembrou-se do município sede, em decorrência de lei sancionada pelo governador Pedro Moreno Gondim, que nomeou interinamente José Marques Formiga como prefeito, para preparar a estrutura inicial do município e organizar as primeiras eleições no ano seguinte.

Com a emancipação de Nazarezinho, Abdias, pelo seu histórico político, surgiu como o nome natural para a disputa da prefeitura nas primeiras eleições, em 1962. Escolheu Osório Luiz Ferreira para companheiro da chapa da coligação PSD-UDN. No entanto, as eleições foram vencidas por Francisco Mendes Campos e Severino do Vale Maciel (Sinval Vale), do mesmo partido. Naquelas eleições, o eleitor votava separadamente para os cargos de prefeito e vice-prefeito, o que

poderia resultar na escolha de candidatos de partidos diferentes, o que não ocorreu.

Em 1966, porém, a composição da chapa foi invertida e tornou-se vitoriosa, com Osório Luiz Ferreira disputando o cargo de prefeito e Abdias Pereira Dantas o de vice-prefeito, o último mandato político de sua coerente trajetória política.

Abdias filiou-se ao PSD em 1947, disputando várias eleições pelo partido, até que a ditadura militar de 1964 o extinguiu. Com a extinção, foi combater no MDB. Abdias Pereira Dantas faleceu aos 103 anos, no dia 28 de julho de 2004, ainda filiado ao PMDB.

Moderado articulador, “Seu” Abdias faz parte da galeria dos maiores políticos da história de Nazarezinho.

José Marques Formiga

Zé Formiga teve participação determinante na campanha de emancipação política do distrito de Nazarezinho, vindo a se tornar, por seu engajamento, o primeiro prefeito do município.

Filho de Galdino Marques Formiga e Marieta Marques Formiga, casou-se com Julita Gomes de Sá, filha do Tenente Isidro Gomes de Sá Barreto e de Umbelina Mendes Braga, radicados no povoado de São José da Lagoa Tapada, mais tarde município.

Zé Formiga e Dona Julita tiveram os seguintes filhos: Juarez (casado com Geralda Ponce Leon), Dagmar (casada com Edilton César Nitão), Guiomar (casada com Lauro Mariz Melo), Julimar (casado com Marluce Marques Formiga), Josmar (casado com Maria Zuleica Mendes Formiga), Umbelina (casada com Flaviano Mendes), Maria Gorete (casada com Hermando Ponce Leon) e Maria das Graças (que se casou com José Lidonor Mendes).

Os entrelaçamentos dos filhos com os integrantes das famílias Mendes, César, Ponce Leon, Melo e Mariz revelam o contexto político da atuação de Zé Formiga. O ex-prefeito Eládio Pedrosa de Melo, por exemplo, era irmão de Saul Pedrosa de

Melo, casado com Maria Augusta Marques da Silva Mariz e pai de Lauro Mariz Melo, que veio a ser genro de Zé Formiga.

Primo de Zé Formiga, exercia também o comércio de tecidos no Distrito de Nazarezinho Francisco Sales Formiga (Salim), casado com Adauta Vale, dos quais descendem José Marques, Francisco Hermes (neném de Salim) e Maria Marques Formiga. Residentes em Brasília, desde os anos 1960, Neném de Salim e Fransquinha Augusto foram, durante décadas, presenças garantidas na festa de padroeiro, sendo símbolos de fidelidade e amor às raízes.

Dividindo-se entre a família e as atividades de comerciante, desempenhadas em Nazarezinho e São José da Lagoa Tapada, Zé Formiga era apaixonado pelas questões políticas locais, acompanhando de perto sua dinâmica. O interesse pelas questões sociais o levava a se tornar um assíduo leitor de jornais e ouvinte dedicado dos principais noticiários, tendo o privilégio de receber, por longo período, todos os exemplares da revista “O Cruzeiro”, enviada pelo filho Juarez, residente na capital do Estado. A revista “O Cruzeiro”, pertencente ao grupo empresarial Diários Associados, de Assis

Chateaubriand, talvez tenha sido a principal publicação ilustrada do século XX no Brasil.

A trajetória política de Zé Formiga se contextualiza na reforma partidária ocorrida em 1945, que criou novas siglas e abriu perspectivas para o surgimento de lideranças em todos os municípios do País.

Na década de 1960, em sua maturidade política, Zé Formiga integrava na área de influência de Sousa a equipe udenista, na qual se notabilizaram Oliveira Sobreira e Aduauto Ferreira, no Distrito de Santa Cruz, Senhor Abrantes, no Lastro, Senhor Gomes, Antônio Genésio e Joquinha Braga, no Distrito de Marizópolis, e Doca Coura e José Almir, no, à época, recém-emancipado município de São José da Lagoa Tapada.

Na Paraíba, a União Democrática Nacional (UDN) era liderada por um parente distante de Zé Formiga, João Agripino Filho, que viria a governar o estado entre 1966 e 1971, tendo sucedido o Governador Pedro Moreno Gondim. João Agripino também se destacaria na vida política nacional como deputado federal, senador e presidente do Tribunal de Contas da União (TCU). Primeiro ministro de minas e energia no governo de Jânio Quadros, João Agripino legou a única derrota

experimentada por Rui Carneiro, em eleições majoritárias, quando os dois concorreram ao governo da Paraíba em 1965.

Em Sousa (PB), embora a UDN mostrasse sua força já na primeira disputa, em 1947, com as candidaturas de José Ferreira Rocha (2.063 votos), para prefeito, e Felinto da Costa Gadelha (2.176 votos), para vice, foi o PSD quem levou a melhor, elegendo Emídio Sarmiento de Sá (2.159 votos) e Adênio Lima (2.208 votos), para os respectivos cargos.

Paralelamente à trajetória de Abdias Pereira Dantas, a liderança política de Zé Formiga foi se consolidando nas eleições para vereador de Sousa, representando o Distrito de Nazarezinho. Foi eleito em 1947 (239 votos) e 1959 (434 votos).

Em 1960, Zé Formiga foi um dos mais dedicados políticos da ala que apoiava a candidatura de Pedro Gondim, para governador, e do amigo Zabilo Gadelha, para vice. Assim, por nomeação do Governador eleito Pedro Moreno Gondim, em 1961, Zé Formiga foi empossado no cargo de prefeito, com a incumbência de preparar as primeiras eleições do município.

Anos mais tarde, elegeu-se vereador pelo novo município por dois mandatos, em 1972 (156 votos) e 1976 (196 votos).

Político atuante, nasceu em 1º de dezembro de 1906 na cidade de Sousa (PB) e faleceu em 10 de fevereiro de 1980, ainda no exercício do cargo de vereador do município. Zé Formiga faleceu sem que tenha deixado inimigos, fato que, por si, demonstra suas qualidades, que se equilibravam entre o vigor de um homem de atitudes firmes e a serenidade de um conciliador político, residindo aí, talvez, a razão de tantos mandatos eletivos conquistados, na terra que escolhera para viver e prestar serviços.

Francisco Mendes Campos

Chico Mendes conheceu o lado amargo da política através da derrota eleitoral sofrida pelo pai, Manoel Mendes Vieira Campos (1.406 votos), ao disputar o cargo de vice-prefeito de Sousa, em 1947, na chapa de Eládio Pedrosa de Melo, pelo PDC. Porém, foi nessa disputa que teve a iniciação na atividade política, da qual nunca se afastaria e na qual conheceria muitas vitórias.

A aproximação com a elite de Sousa, consequência das atividades econômicas de seu pai, trouxe-lhe oportunidades para os negócios, mas possibilitou, sobretudo, o envolvimento afetivo que conduziria Chico Mendes ao matrimônio com Raimunda Mendes dos Santos, sua companheira de toda a vida. O casal deixou os seguintes descendentes: Flávio (casado com Cleide Mendes Vale), Nildomar (casado com Maria (Bety) Mendes Vale), Maria das Graças (casada com José de Sá Sarmento), Francisco (Nildo) Mendes dos Santos (casado com Maria Hercília Braga), Flaviano (casado com Umbelina de Sá Mendes), Maria do Socorro (casada com Gilvan Mendes Pedrosa), Israel (casado com Aurineide Pedrosa), Israilda

(casada com João Mendes Pedrosa) e Maria Luíza (que se casou com Francisco Gilson Mendes Luiz).

Na política, disputou diretamente apenas duas eleições, saindo-se vitorioso em ambas. Em 1962, nas primeiras eleições do município, Chico Mendes (1.022 votos), do PTB, venceu Abdias Pereira (859 votos), do PSD, tendo sido eleito para vice-prefeito Severino (Sinval) do Vale Maciel (961 votos), que venceu Osório Luiz Ferreira (899 votos).

Esteve presente à solenidade da posse o subchefe da Casa Civil do Governador Pedro Moreno Gondim, Antônio Marques da Silva Mariz, que assistiu à missa em ação de graças, celebrada pelo Padre João Cartaxo Rolim, e participou do coquetel servido na casa do novo prefeito. Em seguida, os simpatizantes saíram em passeata até o Grupo Escolar Manoel Mendes, atravessando toda a cidade, sob os acordes da Banda de Música de São João do Rio do Peixe (Antenor Navarro, na época).

Nas eleições de 1966, no entanto, Chico Mendes não conseguiu eleger seu candidato a sucessor, Eugênio Gomes Pedrosa (891 votos), da ARENA, que foi derrotado por Osório Luiz Ferreira (993 votos), do MDB. A partir dessa disputa, os

candidatos apoiados por Chico Mendes venceriam todos os pleitos que vieram a disputar.

Em 1969, tendo seu nome na disputa, pela segunda vez, Chico Mendes e Lucindo Lins Dantas (749 votos), da ARENA, venceriam a João Raimundo de Sousa e José Gomes de Lacerda (666), do MDB.

A conquista do abastecimento de água no município de Nazarezinho abriga histórias curiosas, que mostram um pouco da vida de personagens da política local. Um exemplo dessas histórias é a atuação de Francisco Mendes Campos no episódio.

O avanço inicial experimentado se devia a ele, que, quando prefeito inaugurou o primeiro chafariz municipal em 28 de maio de 1964. Porém, até o final da década de 1970, uma das maiores carências do município de Nazarezinho ainda era a escassez de água potável. O abastecimento hídrico das residências se dava por meio do transporte do líquido precioso em latas, equilibradas nas cabeças das mulheres ou nos ombros dos homens, ou ainda por meio de ancoretas, conduzidas aos pares por burros e jumentos.

A romaria diária, que movimentava cedo quase todos os habitantes, dava-se em três direções. O destino mais freqüente

era o chafariz municipal, localizado próximo ao centro da cidade. Mas os açudes de Chico Mendes e de Abdias Pereira eram importantes suportes hídricos, disponíveis à população.

A escassez perdurava, apesar de existirem, havia décadas, três açudes de porte médio no lado leste do município e dois imensos reservatórios, um ao norte, o açude de São Gonçalo, e outro a sudoeste, a barragem de Engenheiro Ávidos. Ligando esses dois mananciais, um rio perenizado pela águas do referido Boqueirão.

Chico Mendes sempre teve presente a importância social e política da superação da insegurança hídrica do município. José Vieira Mendes, cunhado e conselheiro de Chico Mendes, admirador de José Américo de Almeida e leitor voraz de suas obras, era ressabiado em assuntos de política, não se sentindo à vontade com as contradições naturais do meio, embora toda a burocracia do partido de Chico Mendes fosse confiada a ele. Assim, Chico Mendes não teve muita dificuldade para, em nome de seus ideais, convencer Zé Vieira a doar um poço de consistente vazão, com vistas às instalações do chafariz municipal e da lavanderia pública.

No entanto, a solução se revelara precária. A água não tinha a qualidade ideal para o consumo e as reclamações incomodavam o brio político. Alternativas precisavam ser pensadas. Uma coisa parecia certa: de preferência, a fonte deveria permanecer próxima ao núcleo urbano.

Nas conversas entre Zé Vieira e Chico Mendes, o assunto do saneamento rendia longas discussões, das quais muitos participavam com as mais divergentes expectativas e opiniões, entre eles Vilmar Mendes Medeiros e Francisco José dos Santos (Chico Vargem), grandes amigos de Chico Mendes. Jornal “A União” dobrado sobre as pernas, Zé Vieira se mostrava cético em relação à idéia do cunhado de tentar perfurar um novo poço mais acima. Chico, por sua vez, rebatia, lembrando que Manoel Mendes, para melhorar o rendimento da cana de açúcar, havia feito algumas barragens subterrâneas no baixio onde se localizava o poço. Lembrava ainda que a barragem subterrânea feita pelo próprio Zé Vieira, próxima à ponte, lhe dava esperança de que houvesse uma boa vazão, para os fins do saneamento pretendido. Zé Vieira retrucava e alertava para o risco de, no final, não se ter nem água nem cana.

Mas para Chico Mendes o assunto era mais palpitante. Continuava pensando nas condições ideais. Melhor seria se fosse água boa e a baixo custo, descendo por gravidade, para benefício de toda a população.

Aquele objetivo foi buscado com tanto afinco por Chico Mendes e por tanto tempo que é possível que nem ele tenha percebido quando começara a se tornar idéia fixa. O fato é que se tornara. E a solução começou a se cristalizar quando, certo dia, vislumbrou a possibilidade de interligar as águas do açude grande, a 4 km do centro urbano, com as águas do açude de sua propriedade, localizado na parte elevada da cidade, a sudeste.

A idéia fervia na cabeça, quando enxergava em troca do benefício tão desejado a eterna gratidão do povo, o que lhe renderia evidentemente mais prestígio político local. Mas sentia que não era só a política nem o sentimento religioso de servir ao próximo que o movia. Tinha o gosto pelo desafio. A palpitação prazerosa de se sentir vitorioso diante de obstáculos da natureza para os quais conseguia antever a solução.

Cada vez mais elaborado, refinado pelas opiniões daqueles que ouviam a explanação da engenhosa idéia de fazer a transposição de águas, o projeto se concretizou na forma de

um canal de 3 km de extensão, que corria transversalmente sob quatro estradas, levando água para o açude Chico Mendes.

Passada a euforia de ver, pela primeira vez, a água do pequeno reservatório quase ao nível da parede da barragem de terra, a experiência infelizmente não atendeu às imensas expectativas. Questões que deixara de fora, no afã de ver a idéia ganhar corpo, agora apareciam de forma frustrante. O volume de água armazenado no açude grande não se fazia suficiente para o abastecimento de toda a cidade, como desejara. Além disso, o açude tinha muitos herdeiros, o que dificultaria os entendimentos no sentido de usar toda a água para qualquer que fosse a finalidade.

A idéia sofria um golpe da realidade. Mas, um novo fato poderia dar utilidade a todo o esforço já feito. A companhia de saneamento do estado estudava alternativas para resolver o problema do fornecimento de água às residências urbanas. Evidentemente, a transposição de águas, já concretizada graças à construção do canal ligando o açude grande ao açude da cidade, aumentaria o volume de água disponível no subsolo à jusante, onde estava situado o canavial que cortava a cidade. Era isso, então. A água do açude forneceria maior vazão ao poço da

Cagepa (Companhia de Água e Esgoto da Paraíba) e esse abasteceria toda a cidade. O sonho não precisava terminar.

No entanto, golpe maior viria. A seca do início da década de 1980 provaria que a engenhosidade até então empreendida, a custo de muito tempo, recursos e esforços, mostrava-se ainda precária.

Quando, finalmente, Chico Mendes dava sinais de que a batalha estava perdida, juntamente com seu grande sonho, outro fato veio mudar definitivamente o desfecho do capítulo da luta pelo saneamento básico da cidade. Estudos técnicos demonstravam enfaticamente a viabilidade de se fazer o bombeamento da água do rio da Barra para os fins almejados. Quem consultou Chico Mendes a respeito ouviu a mesma resposta:

- Essa solução é a única que resolve definitivamente o problema do abastecimento de água da cidade. E é por isso que os políticos de Nazarezinho devem se unir em torno dela.

Por suas atitudes, reveladoras de um abnegado espírito público, a influência política de Chico Mendes permaneceu viva, e embora discreta, determinou muitas vezes os resultados das

eleições locais. Deixou muitas lições, entre elas a de que muitas vezes o caminho se faz ao caminhar.

Nos interstícios de sua movimentada atividade política, para viver com dignidade, Chico Mendes enfrentou os desafios da agropecuária no sertão semi-árido. Cultivou arroz, algodão e plantou cana-de-açúcar. Envelheceu criando gado e cuidando das coisas da terra. Nos últimos momentos, buscou um socorro solitário e vão, nas patas do cavalo que montava. No início de agosto de 1991, a cidade foi surpreendida com a notícia de que Chico Mendes, enquanto cavalgava, sofrera um infarto fulminante.

Chico Mendes, filho do Coronel Manoel Mendes Vieira Campos, entrou para a história ao exercer o cargo de primeiro prefeito eleito, função mais tarde também exercida duas vezes por seu filho Francisco Mendes dos Santos (Nildo Mendes). Outro filho, Flaviano Mendes, ocupou o cargo de vice-prefeito e de presidente da câmara de vereadores. O maior legado que Chico Mendes deixou foi a honestidade, mas suas grandes aliadas na política, que o tornaram um dos mais populares e respeitados políticos, foram a humildade e a vida simples que abraçou, um verdadeiro exemplo para as novas gerações.

Osório Luiz Ferreira

Incansável combatente, o ex-prefeito Osório Luiz Ferreira disputou cargos majoritários no município de Nazarezinho em 1962, 1966, 1972 e 1988.

Em 1966, quatro anos depois de sua disputa contra Chico Mendes e Sinval Vale, nas primeiras eleições para prefeito, Osório Luiz estava refeito e novamente pronto para a luta.

Em uma campanha extremamente acirrada, Osório ganhou a simpatia dos eleitores e as eleições, mas não conseguiu fazer maioria na Câmara de Vereadores, o que lhe trouxe enormes dificuldades à frente da prefeitura.

Já de olho na sucessão, a bancada parlamentar adversária, formada por Antônio Gino Filho, José do Vale Sobrinho, José Marques de Melo e Raimundo Augusto Campos, conseguia rejeitar a maioria das iniciativas do executivo.

O governo de Osório, apesar da adversidade política, construiu a Praça João Luiz, um dos espaços públicos mais agradáveis da cidade, além de várias escolas na zona rural do município, onde estava sua maior base de apoio.

As dificuldades administrativas de Osório eram tantas, em razão de seus três vereadores - Assis do Vale, José Gomes de Lacerda e Vicente Severo de Lima - serem minoria na Câmara, que, em 1969, o prefeito resolveu tomar uma atitude ousada: traria um dos vereadores aliados de Chico Mendes para seu grupo político.

O problema era que José do Vale Sobrinho (Zé Basílio), casado com Dona Coló, irmã de Chico Mendes, não mostrava qualquer interesse em colaborar com a situação. Pelo contrário, Zé Basílio teve a honra de exercer o cargo de primeiro presidente da Câmara de Vereadores, quando Chico Mendes ocupava o cargo de primeiro prefeito eleito, havendo entre eles uma sólida aliança.

Os outros três também pareciam inacessíveis. Os vereadores Antônio Gino, assim como José Marques de Melo, seguiam fielmente as orientações de Chico Mendes. Não adiantaria insistir com eles.

A oportunidade surgiu através do vereador Raimundo Augusto, que se desentendeu com o primo e líder da oposição, Chico Mendes, não se sabia bem por que razão.

Instruído pelo senso de oportunidade de um de seus secretários, Francisco Alves Cardoso, o prefeito Osório se apressou em confirmar a divergência no campo oposicionista. Confirmando a veracidade das especulações iniciais, o vereador Raimundo Augusto resolveu ir com sua família para Brasília, de onde não se dispunha a voltar a Nazarezinho, abandonando assim o mandato.

Osório sabia da importância do fato para o seu futuro político. Diante dos acontecimentos, traçou duas estratégias. Na primeira, iria à Brasília e convenceria Raimundo Augusto a retornar e integrar a base do governo. No segundo cenário, em caso de Raimundo não se sensibilizar com seus apelos, o governo iria cassar o mandato do vereador e tentaria convencer o seu suplente, Bernardo Soares de Freitas, a apoiar os interesses da administração.

A viagem à Brasília tinha tons de aventura. Seria feita em um Jeep e duraria, até o retorno, mais de 30 dias.

Após o longo suspense, o Jeep de Valter de Joca voltou com uma notícia desanimadora. Raimundo Augusto não demonstrara qualquer interesse no quadro político de Nazarezinho, por mais que se insistisse.

Nessas circunstâncias, a segunda alternativa governista foi tentada, com êxito. O vereador Bernardo Soares de Freitas, empossado depois de reconhecida a vaga de Raimundo Augusto na Câmara, apoiou Osório, em um governo que se aproximava do fim.

Filho de João Luiz Ferreira, proprietário do sítio Trapiá, o histórico e aguerrido líder das oposições Osório Luiz Ferreira encerrou nas eleições municipais de 1988 sua participação no processo das disputas democráticas.

Do matrimônio entre Osório e Maria de Lourdes Ferreira, foram gerados os seguintes filhos: Francisco, Rosilda, Vanda, Geraldo, Valda, Osanira, João, José, Marcos, Isaac, Osório Filho e Railda.

Osório Luiz Ferreira, homem de decisões firmes e independentes, gozou do respeito de seus mais ferrenhos adversários políticos. Entre os aliados, era admirado pelo otimismo e pelo destemor com que se atirava aos desafios, qualidade que o transformou em uma das maiores lideranças oposicionistas de Nazarezinho.

Administração Pública

A administração é uma questão de habilidades,
e não depende da técnica ou experiência.

Mas é preciso antes de tudo
saber o que se quer.

Aforismos

(Sócrates)

Aspectos da Organização Administrativa

Tem crescido nos últimos anos a participação da comunidade na discussão dos problemas locais. As manifestações se dão, principalmente, nas redes sociais e por meio de comentários espontâneos deixados nas páginas eletrônicas que veiculam notícias sobre o município.

Idéias das mais importantes têm sido discutidas como embriões para novas políticas públicas. Têm-se debatido, por exemplo, de maneira inovadora e cidadã, formas de aperfeiçoar o trânsito da cidade, de ampliar o saneamento básico, de melhorar a infraestrutura das escolas públicas e de dar maior espaço às manifestações culturais e aos eventos esportivos.

Outros temas fundamentais, como políticas públicas para a terceira idade, estímulo às atividades agropecuárias, ao comércio e à valorização do turismo, como instrumentos de geração de emprego e renda, são constantemente tratados por meio da internet, integrando na discussão a comunidade local e os conterrâneos dispersos pelo Brasil.

Assim sendo, algumas reflexões sobre a organização administrativa municipal merecem ser tecidas no intuito de

contribuir para maior aproveitamento da discussão em curso, objetivando a transformação do conteúdo discutido em proposta efetiva de mudança. Nesse sentido, cabe resgatar as disposições constitucionais sobre a margem de autonomia municipal, o papel da Lei Orgânica e a sistemática do processo legislativo aplicável à organização administrativa local.

Reflexões sobre a Autonomia Municipal

A tese da autonomia municipal tem se mostrado majoritária entre os estudos especializados, com base nas disposições dos artigos 29 e 30 da Constituição Federal de 1988.

Com efeito, no art. 18 da Carta Magna, a autonomia da União, Estados, Distrito Federal e Municípios é declarada explicitamente e, em específico, a autonomia municipal aparece como princípio constitucional fundamental nas disposições do art. 34, VII, “c”.

De fato, a Carta Magna prevê, no art. 1º, o ente municipal como entidade federativa. No art. 30 a Constituição Federal lhe confere competência, discriminando-lhe rendas no art. 156.

É possível desmembrar a autonomia municipal em unidades menores, para melhor entendimento. Assim, à capacidade de auto-organização e de autogoverno do município podemos chamar de autonomia política; à capacidade de elaborar suas próprias leis em matéria de sua competência, podemos chamar de autonomia normativa; à capacidade de administrar a própria complexidade e organizar o funcionamento dos serviços locais podemos chamar de

autonomia administrativa; e, finalmente, a capacidade de gerir as características dos próprios tributos e aplicar as rendas resultantes da arrecadação podemos entender como autonomia financeira.

Com fundamento nas disposições constitucionais de 1988, é possível demonstrar que o município detém autonomia política, administrativa e financeira, se entendermos a expressão autonomia na acepção de competência constitucional para publicar normas jurídicas próprias, ou seja, como uma decorrência efetiva da autonomia normativa.

Nesse sentido, os Municípios são considerados unidades territoriais, com autonomia política, administrativa e financeira, nos termos e limites estabelecidos na Constituição Federal e nas Constituições Estaduais.

De fato, alguns elementos da autonomia municipal, nesse entendimento, embora dispersos no texto constitucional, são identificáveis com nitidez. Constata-se, que o interesse local se constitui conceito fundamental no entendimento da autonomia municipal. Nessa direção, o que caracteriza o interesse local é a predominância do interesse do Município sobre o do Estado ou da União.

Dessa forma a competência municipal se estende sobre tudo o que diz respeito ao interesse local, que não se confunde com interesse exclusivo, mas trata-se do maior interesse do município sobre os interesses da União e do Estado.

Infere-se da discussão que alguns serviços públicos são a expressão mais palpável do interesse local, tais como a saúde e a educação da população, a coleta de lixo, a iluminação pública, a melhoria das vias públicas, o serviço de transporte urbano, a proteção dos recursos ambientais e do patrimônio cultural, entre outros. A implantação e a manutenção desses serviços, guiados pelo interesse local, encontram na autonomia política, administrativa e financeira seu arcabouço. A caracterização desses subtipos favorece o entendimento de como ocorre a implementação da autonomia municipal.

Assim, resulta da análise dos artigos 29 e 30 da Constituição Federal, que a autonomia política se efetiva nas competências atribuídas aos agentes políticos municipais para: promulgar a Lei Orgânica; elaborar o Regimento Interno da Câmara Municipal; julgar o prefeito por crime de responsabilidade, como também os próprios parlamentares; estabelecer o número de vereadores e seus subsídios, bem

como os do prefeito e vice-prefeito; legislar sobre assuntos de interesse local; adotar decisões discricionárias, oriundas do chefe do Poder Executivo local; suplementar a legislação federal e a estadual no que couber; exercer a fiscalização do Município, quer pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, quer pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal; entre outras competências.

Sem prejuízo do exercício das competências comuns à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, contempladas em seu art. 23, as disposições do art. 30 da Constituição Federal estabelecem também que a autonomia administrativa de caráter exclusivo do município se assegura, entre outras, nas competências para: criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual; organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial; manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental; prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população; promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante

planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano; e promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Ainda no campo da autonomia administrativa local, o art. 39 da Constituição Federal institui a competência exclusiva do Poder Público municipal para a elaboração do regime jurídico único e de planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

Adicionalmente, o art. 182 da Constituição Federal prescreve a obrigatoriedade de elaboração do plano diretor, para as cidades com mais de 20 mil habitantes, como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana. Entende-se que para os demais municípios a elaboração do plano diretor é facultativa, mas, estando no âmbito do interesse local, segue como prerrogativa exclusiva do Poder Público municipal.

No caso de Nazarezinho, evidentemente, pelo critério populacional não se aplica a obrigatoriedade da elaboração do plano diretor. No entanto, não se pode desconhecer a

importância fundamental desse documento para melhor planejamento da administração municipal. No nosso humilde entendimento o plano diretor deveria ser objeto de elaboração voluntária para municípios como Nazarezinho, numa demonstração de compromisso da administração pública local com uma gestão mais eficiente.

Quanto à autonomia financeira municipal, o inciso III do art. 30 da Constituição Federal assinala que cabe ao município instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.

Nesse aspecto, o art. 145 da Lei Maior determina que os municípios poderão instituir como tributos: impostos; taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição; e contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

Conforme determinação do art. 156 da Constituição Federal, compete aos municípios instituir impostos sobre: propriedade predial e territorial urbana (IPTU); transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens

imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição (ITBI); e serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar (ISS).

No que tange à autonomia financeira, observa-se que os municípios com pequena população dependem de receitas de transferências das instâncias superiores de governo. Nesse sentido, torna-se imprescindível o compromisso dos estaduais e da União em auxiliar os pequenos municípios na formulação de políticas públicas essenciais ao exercício da cidadania.

No exercício da guarda da Lei Maior, o STF tem manifestado seu entendimento quanto à constitucionalidade de normas presentes nas Constituições Estaduais. Por meio desses julgados, o STF delinea importantes elementos conceituais do sistema jurídico brasileiro.

Com efeito, cabe ao Supremo Tribunal Federal (STF), em decorrência do que dispõe a alínea a do inciso I do art. 102 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993, a competência para processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade

de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal. No que tange à proteção da autonomia municipal, as manifestações do STF foram incisivas.

Em uma dessas ocasiões, avaliando o fato de a Constituição do vizinho Estado do Ceará impor aos Municípios o encargo de transportar da zona rural para a sede do Município alunos carentes matriculados a partir da 5^o série do ensino fundamental e, adicionalmente, definir os limites a serem observados pela câmara Municipal na fixação dos subsídios do prefeito e do vice-prefeito, o Supremo entendeu que ambos os dispositivos afrontavam a autonomia municipal, por invasão do art. 29, V.

Em outra oportunidade, o STF entendeu que ao disciplinar matéria, cuja competência é exclusiva dos Municípios, o art. 75, § 2^o, da Constituição de Goiás feriu a autonomia desses entes, mitigando-lhes a capacidade de auto-organização e de autogoverno e limitando a sua autonomia política assegurada pela Constituição brasileira, com base no art. 30, inc. I, da Constituição da República, que outorga aos Municípios a atribuição de legislar sobre assuntos de interesse

local. Como entendeu o Supremo, a vocação sucessória dos cargos de prefeito e vice-prefeito põe-se no âmbito da autonomia política local, em caso de dupla vacância.

Em um terceiro julgado, em que o Artigo 51 do ADCT do Estado da Paraíba previa a redefinição dos limites territoriais do município do Conde e a incorporação da área separada ao território da municipalidade limítrofe, sem a prévia consulta, mediante plebiscito, das populações de ambas as localidades, o STF considerou descumprido na disposição constitucional estadual requisito formal específico e prescrito no art. 18, § 4º, da Constituição Federal.

No mesmo sentido, o Supremo entendeu que o Parágrafo único do art. 227 da Constituição do Estado de Pernambuco exorbitava a competência do Poder Constituinte Estadual ao prescrever vinculação orçamentária “para o atendimento e desenvolvimento dos programas e ações explicitados neste artigo, o Estado e os Municípios aplicarão, anualmente, no mínimo, o percentual de um por cento dos seus respectivos orçamentos gerais.”

A Ação Direta de Inconstitucionalidade, proposta pela Procuradoria-Geral da República, encampando à provocação da

Prefeitura Municipal de Recife, fundamentou-se nas disposições do art. 165, inciso III, da Constituição Federal, que atribui competência exclusiva ao Chefe do Poder Executivo (federal, estadual e municipal), para a iniciativa da lei orçamentária anual.

O STF acolheu o entendimento de que a iniciativa em evidência fica cerceada com a automaticidade resultante das disposições da Constituição Estadual, havendo, ainda, invasão relativa à autonomia dos Municípios, quanto à aplicação de suas rendas.

Essas são questões que no nosso pensar devem ser de domínio do chefe do executivo local, bem como, dos vereadores e de suas respectivas assessorias, para que os interesses do município não se vejam usurpados na correlação das forças federativas.

A Perspectiva Local do Ordenamento Jurídico

Por suas características peculiares, a lei orgânica municipal não se confunde com outras espécies legislativas, tais como a lei ordinária, a lei complementar, a lei delegada, a resolução ou o decreto legislativo.

A Lei Orgânica tem os poderes de uma Constituição Municipal, que, como tal, deverá organizar a administração e a relação entre os órgãos do Executivo e Legislativo, disciplinando a competência legislativa do Município, observadas as peculiaridades locais, as competências comuns, dispostas no art. 23, bem como a competência suplementar, assinalada no art. 30, inciso II, da Constituição Federal.

Na prática, desde o momento de sua promulgação, a Lei Orgânica passa a constituir o fundamento de validade das demais normas existentes no âmbito municipal.

A Lei Orgânica deve prescrever parâmetros inerentes a eleição e sucessão de prefeito, vice-prefeito e vereadores, prever a instituição, arrecadação e aplicação de tributos da competência do município, instituir a organização de serviços públicos municipais e estabelecer as normas de interesse local.

Deve ainda a Lei Orgânica arrolar as matérias de competência exclusiva do Município, com foco nas peculiaridades locais. Além disso, é fundamental que seja discriminada a competência comum que a Constituição lhe reserva juntamente com outros entes federativos, quais sejam, a União, os Estados e o Distrito Federal.

Com efeito, a Constituição Federal assegura ao município competência exclusiva para a elaboração da lei orgânica, nos termos do art. 29, ao estabelecer que “o Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará”, atendidos princípios e preceitos constitucionais.

Dos atributos constitucionalmente reservados à lei de auto-organização do Município, deduz-se que o prefeito, diferentemente de sua participação no processo legislativo que resulta na publicação de uma lei ordinária ou de uma lei complementar, tem papel secundário no processo de elaboração e promulgação do conteúdo da lei orgânica. Nesta, o Poder Executivo não tem a prerrogativa de elaboração, sanção ou veto, como ocorre em relação à lei ordinária e à lei complementar

locais. Tal prerrogativa é exclusiva da Câmara de Vereadores, que assume a responsabilidade de elaboração e promulgação da lei orgânica do município.

Faz-se importante notar, ainda, que a lei orgânica municipal não pode ser alterada por lei ordinária, lei complementar ou lei delegada, haja vista a previsão de procedimento legislativo específico, similar ao adotado nas esferas federal e estadual.

Entretanto, como já consagrado pelo Supremo Tribunal Federal, em entendimento extensível aos municípios, “as regras básicas do processo legislativo federal são de absorção compulsória pelos Estados membros em tudo aquilo que diga respeito – como ocorre às que enumeram casos de iniciativa legislativa reservada – ao princípio fundamental de independência e harmonia dos Poderes, como delineado na Constituição da República”. Em outras palavras, não pode a lei orgânica tratar de matéria privativa do Chefe do Poder Executivo local, tais como disposições típicas do regime jurídico dos servidores públicos municipais.

Nesse aspecto, cabe destacar que o inciso VII do art. 34 da Constituição Federal prescreve, como medida drástica, a

possibilidade de intervenção federal nos Estados, no caso de invasão da autonomia do município.

O Processo Legislativo no Município

Na iniciativa de elaboração ou alteração das normas no âmbito municipal, o vereador poderá apresentar as seguintes proposições: Propostas de Emenda à Lei Orgânica, Projetos de Lei Complementar, Projetos de Lei Ordinária, Projetos de Decreto Legislativo, Projetos de Resolução, Moções, Requerimentos e Emendas Parlamentares, Recursos, Pareceres, Indicações e Representações.

Cada uma dessas espécies tem atributos próprios e segue um rito particular. O entendimento das particularidades é fundamental para que o parlamentar municipal exerça com propriedade seu mandato. Assim, fazemos a seguir um resumo não exaustivo, sem pretensão de abranger os detalhes envolvidos.

Uma proposta de mudança na Lei Orgânica municipal deve sempre ser precedida de amplo debate e estar fundamentada em estudo técnico sobre a realidade local e sobre a obediência aos princípios estabelecidos na Constituição Federal e na Constituição da Paraíba. Em caso de aprovação por dois terços dos integrantes da Câmara de Vereadores, nos termos do art. 29 da Constituição Federal, a promulgação da

Emenda à Lei Orgânica será feita pela própria Casa, mesmo na hipótese de a iniciativa ter sido do Poder Executivo.

No caso dos Projetos de Lei Complementar, objetiva-se, como o próprio nome indica, complementar a Lei Orgânica do Município. Da mesma forma que nas Emendas à Lei Orgânica, devem ser precedidos de avaliação técnica sobre as particularidades locais e sobre a obediência aos princípios estabelecidos na Constituição Federal e na Constituição da Paraíba. A maioria absoluta dos Vereadores da Casa deve se manifestar favoravelmente para que haja aprovação de uma iniciativa de lei complementar.

Em se tratando de Projetos de Lei Ordinária, a aprovação se dará manifestação favorável da maioria simples, também chamada de relativa. A lei ordinária focará fundamentalmente as questões locais, nas quais o município exerce sua autonomia.

Sempre que surgir a necessidade de regular as atividades externas da Casa, os vereadores deverão se manifestar através da apreciação de um decreto legislativo, apresentado pela própria Câmara. Normalmente, o projeto de decreto legislativo é aprovado em maioria simples e promulgado pelo Presidente da Casa.

A promulgação de uma Resolução da Câmara de Vereadores se presta a regular o funcionamento interno da Casa no campo legislativo e administrativo.

Quando ocorre a necessidade de manifestar apoio ou repúdio a atos do poder público, em qualquer de suas esferas, o vereador apresentará para a análise dos seus pares, em plenário, a Moção, como proposta legislativa.

O pedido de providências a autoridades e a solicitação de informações ao prefeito ou a seus subordinados diretos se dão por meio da apresentação de Requerimentos.

As proposições que se usam de forma acessórias, apenas para reformar um proposta principal em tramitação, chamam-se Emendas Parlamentares. As emendas obedecem a prazos rígidos e são aprovadas ou rejeitadas nos termos do parecer, que não pode se esquivar de apreciá-las.

As presidências da Mesa Diretora e das Comissões são instâncias da maior visibilidade na Casa legislativa, mas não há soberania absoluta. Sobre as decisões dos presidentes cabem os Recursos, na forma que dispuser a Lei Orgânica e nos termos regimentais.

O mérito das proposições, e a adequação da proposta quanto aos aspectos da constitucionalidade, da conformidade com os regimentos, da técnica legislativa e da juridicidade são objetos de avaliação expressos nos Pareceres, a cargo dos relatores de cada matéria.

Na proposta de Indicação o vereador sugere a outro órgão do poder público municipal, como uma secretaria da administração do Poder Executivo local após aprovação do Plenário ou da Mesa Diretora, para que sejam tomadas providências em atribuições da competência do órgão em apreciação.

Finalmente, a Representação permite ao vereador se manifestar contra outra autoridade que atente contra a imagem do parlamentar. Se usada contra outro vereador, a representação por falta de decoro poderá iniciar um processo de cassação.

De posse desses conhecimentos mínimos, o parlamentar da Casa de João Pereira da Silva poderá desempenhar melhor o seu mandato na forma esperada pelos cidadãos de Nazarezinho, aperfeiçoando os mecanismos de mudança necessários aos avanços sociais. A rotina das atividades legislativas deixa

entrever que há uma carência na formação dos parlamentares que precisa ser urgentemente superada, pois dos tipos de proposição aqui listados raros são utilizados no processo legislativo local e, quando são, usam-se de forma limitada e até equivocada.

Observações Finais

Como últimas considerações, renovamos os votos de felicitações pelos 50 anos de autonomia política da comunidade, e encerramos com uma reflexão sobre nosso adjetivo gentílico “nazarezinense”.

Não resta dúvida sobre a exatidão gramatical do uso do sufixo “ense”, para, por mera justaposição ou aglutinação, denotar origem. Mas arrisco ponderar que a expressão “nazarenos”, para nos referirmos aos filhos de Nazarezinho, resguarda nossa identidade histórica (Nazareth, na origem), sendo nesse sentido mais rica, a demonstrar a língua como elemento vivo e influenciado pelos usos e costumes.

Os adjetivos gentílicos eruditos são, na verdade, comumente utilizados na Língua Portuguesa. O nascido em Salvador, por exemplo, é soteropolitano (do grego: sotero=salvador e polites=cidadão) e, também, salvadoreense (fazendo uso do “ense”, o sufixo gentílico mais vulgarmente utilizado em nossa língua). O termo tupi “potiguar” se refere ao nascido no Estado do Rio Grande do Norte, significando “comedor de camarão”, assim como o adjetivo gentílico para o

nascido no Estado do Rio de Janeiro é "fluminense" (do latim: fluminen=rio).

Em conclusão, nazarezhense e nazareno podem (e, a meu ver, devem) ser usados indistintamente para denotar o nascido em Nazarezinho. O primeiro, como termo comum e o segundo, como expressão histórica e, portanto, mais erudita.

Feita essa observação, agradeço-lhe pela paciência de acompanhar os relatos até esse ponto, o que faz supor que você tem uma curiosidade admirável. E, se é verdade que o conhecimento nos torna mais livres, espero que essa seja sua impressão, agora que encerramos o livro.

Indo além, se você ficou intrigado ou mesmo desconfiado de algum elemento pitoresco das narrativas, a ponto de se sentir estimulado a consultar novas fontes e expressar outras memórias de nossa história, a recompensa será de todos.

Em qualquer hipótese, desejo-lhe boa sorte.

Apêndices

Ainda que eu falasse a língua dos homens.
E falasse a língua dos anjos, sem amor eu nada seria.

Monte Castelo

(Renato Russo)

(I Coríntios 13:1)

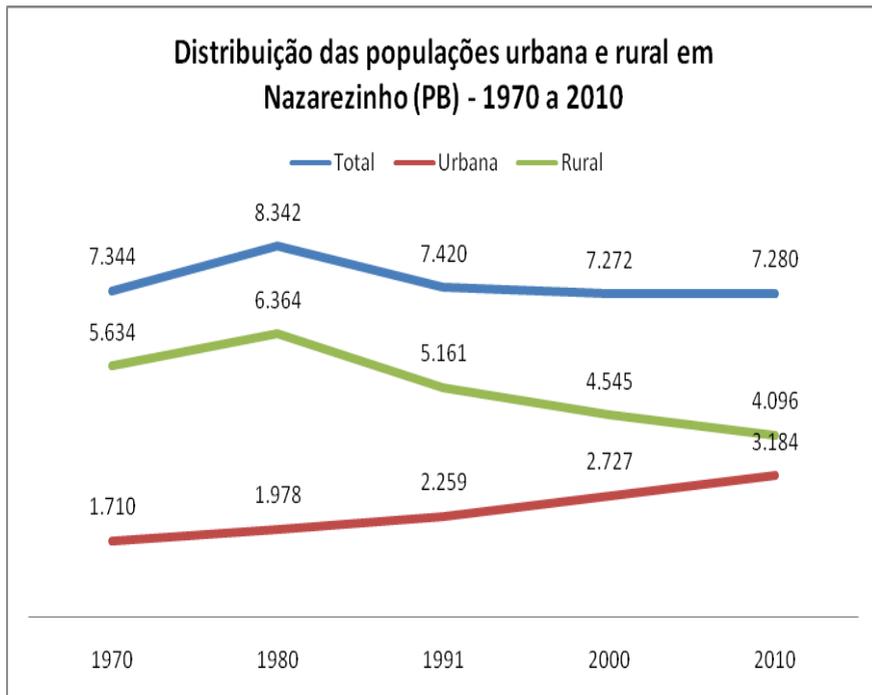
Relatos Oraís e Contribuições

Abdias Pereira Filho	Josmar de Sá Formiga
Ailza Mendes Pedroza	Maria Aíla Mendes
Antônio do Carmo Gomes	Maria Francelino
Antônio do Vale Filho	Maria Francisca Pedrosa
Cláudio César Gadelha Rodrigues	Maria Genecilda Silva Vale
Erasmó Cabral	Maria Gláice Alves Furtado
Flaviano Mendes	Maria Zilma Mendes
Francisca Alves Furtado	Maria Zita Mendes
Francisco Mendes dos Santos	Maria Zuleica Mendes Formiga
Francisco Sarmento da Silva	Otacílio Vieira Campos
Geraldo Nobre Ferreira	Romildo Pires Mendes
Helena Maria Pereira	Salvan Mendes Pedrosa
Ieda Maria da Conceição Vieira	Sebastião Sarmento Braga
Ilca Pires Mendes	Teldson Douetts Sarmento
João Trajano	Telma Vieira Campos
Joaquim Gomes Pedrosa	Umbelina de Sá Mendes
José Augusto Mendes	Umbelina Gomes Pedrosa
José Maciel Braga	Valmira Mendes Medeiros
José do Carmo Pedroza	Vanildo Mendes Medeiros
José Mardem Mendes	Vilma Mendes Medeiros
José Mendes Pedrosa	Wellington Mendes Campos

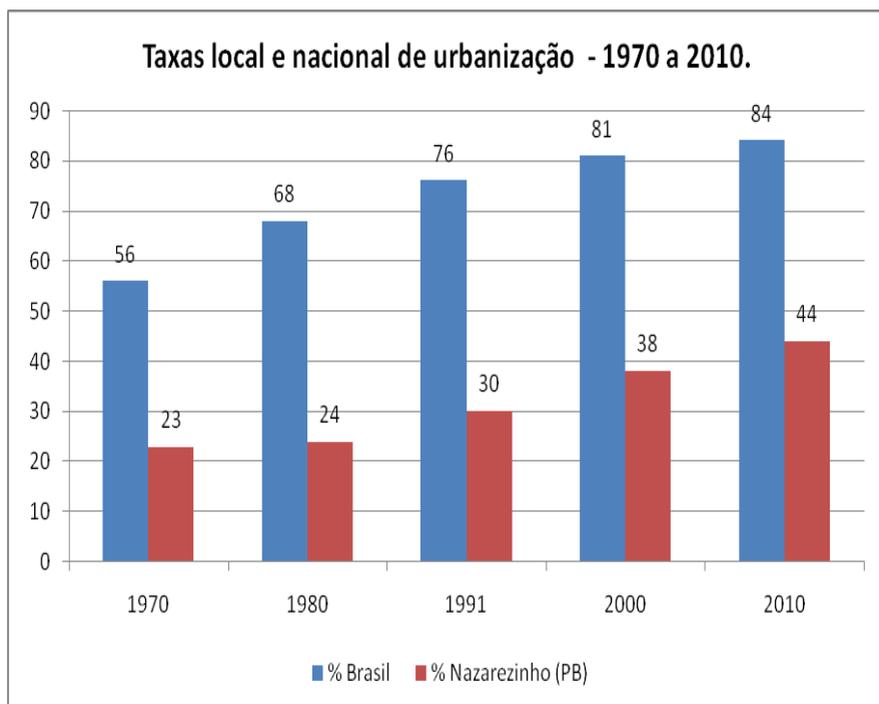
Evolução da População (2003 a 2010)



Populações Urbana e Rural (1970 a 2010)



Processo de Urbanização (1970 a 2010)



Proprietários Rurais em 1922

De acordo com o “Recenseamento do Brasil”, realizado em 1º de setembro de 1922, pelo “Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio”, os proprietários rurais da área que hoje corresponde ao município de Nazarezinho – PB e algumas de suas atuais imediações eram:

Sítio	Proprietário
Águas Bellas	Theotônio José de Souza
Angicos I	Coriolano Affonso de Carvalho
Angicos II	Lourenço José de Souza
Baixio	Sylvia Mariz
Barro do Pico	Manoel Francisco de Souza
Boa Vista I	João de Sousa Maciel
Boa Vista II	Manoel Gonçalves de Lima
Bom Jardim	Manoel Pereira de Lyra
Bom Pé	Thomaz Ferreira Gomes
Boqueirão do Barro I	José Gabriel
Boqueirão do Barro II	Ursulino Affonso de Carvalho
Cafundó	Francisco Lopes de Salles
Cajá	José Rocha
Cajazeira Velha I	João Antônio da Silva
Cajazeira Velha II	Nicolau Jeronymo da Silva
Cajazeiras (Jacu?)	João Pereira da Silva
Caldeirão	Joaquim Bezerra de Albuquerque
Campo de Fora	Alvino Gonçalves Braga
Carimbamba I	Bazílio do Valle Pedrosa
Carimbamba II	Bazílio do Valle Pedrosa

Carnaúba	Izídio Pereira
Cedro I	Antônio Mendes Braga
Cedro II	Joaquim Mendes Braga
Cedro III	Joaquim Mendes Vieira
Cortume	Gino José Monteiro
Croatá	Sebastião Raimundo da Silva
Escondido I	Augusto Severino da Silva
Escondido II	Vicente Lima
Estaca Cortada	José Antônio de Affonso
Exú	Antônio Vieira Campos
Genipapeiro I	Antônio Marques da Silva Mariz
Genipapeiro II	Francisco Mendes Gonçalves Braga
Goibeira	Bellarmino A. de Carvalho
Graviola	José do Valle Pedrosa
Grossos I	Bazílio do Valle Pedrosa
Grossos II	Raymundo Ferreira
Humaitá	Bazílio P. P. e Silva
Jacá	João Baptista Pereira da Silva
Lameirão	Antônio Fiegueiredo Braga
Logradouro I	José Gomes de Sá
Logradouro II	Manoel Alves da Nóbrega
Morcego	João Sandoval Ortiga
Nazareth I	Hermínio do Valle Pedrosa
Nazareth II	Izidro Joaquim da Silva Pereira
Olho d'Água I	José Francelino da Silva
Olho d'Água II	Manoel José da Silva
Olho d'Água III	Porphirio Félix da Silva
Orelha I	Trajano Thomaz de Britto
Orelha II	Vicente da Costa Lima
Pão de Leite	Hermínio do Valle Pedrosa
Pau d'Arco	Dorgival Silva

Pedra e Cal	Manoel Mendes Vieira Campos
Pedra Talhada	Hermínio do Valle Pedrosa
Poço do Serrote	José Vieira da Silva
Poço Preto	Antônio de Souza Maciel
Poço Redondo I	Izídio Pereira
Poço Redondo II	José Alves da Silva
Poço Redondo III	Maria Juliana da Conceição
Queimada I	Antônio Alves
Queimada II	Joanna Soares
São Gonçalo I	João Ferreira Rocha
São Gonçalo II	João Rocha
Taboleiro Redondo	Ananias Bezerra
Telha I	José Augusto Campos
Telha II	José Mendes Vieira
Timbaúba	Tiburtino Martins de Sá
Trapiá I	João Luiz Ferreira
Trapiá II	José Ribeiro de Alecrim
Trapiá III	Raimundo de Araújo Pereira
Vacca Morta	Manoel Francisco de Souza
Valle Verde	Antônio Braga
Várzea da Barra	José Henrique da Silva

Composições da Câmara de Vereadores

Vereadores (candidatos em 1962):

Candidato	Votos	%
Raimundo Nonato Ponce Leon (PTB)	168	9,12%
José do Vale Sobrinho (PTB)	159	8,63%
Raimundo Augusto Campos (PTB)	126	6,84%
Vicente Severo de Lima (UDN)	125	6,79%
Leonardo Alves da Rocha (PSD)	123	6,68%
José Marques de Melo (PTB)	119	6,46%
Francisco Assis Mendes (PSD)	103	5,59%
José Gomes Pedrosa - PTB	91	4,94%
José Pereira da Silva - PTB	89	4,83%
José Antonio Sobrinho - PSD	82	4,45%
Lucindo Lins Dantas - UDN	81	4,40%
Antonio Gino Filho - PTB	80	4,34%
José de Souza Maciel - UDN	78	4,23%
Francisco de Assis Figueiredo - PSD	60	3,26%
Moacir Maciel Lira - UDN	53	2,88%
Manoel Ribeiro Pontes - PTB	48	2,61%
Antonio Marques de Melo - UDN	45	2,44%
Francisco Rufino de Carvalho PTB	43	2,33%
Ermiro Cassiano - PSD	40	2,17%
Joaquim de Sousa Maciel - PSD	37	2,01%
Francisco Antonio Sobrinho - UDN	30	1,63%
José Trajano de Figueiredo - UDN	19	1,03%
João Ribeiro Neto PSD	14	0,76%
Damião Afonso de Carvalho PSD	14	0,76%

Vereadores (candidatos em 1966):

Candidato	Partido	Votos	%	Situação
Vicente Severo de Lima	MDB	329	17,79%	Eleito
Antonio Gino Filho	ARENA	185	10,01%	Eleito
José do Vale Sobrinho	ARENA	171	9,25%	Eleito
José Gomes de Lacerda	MDB	169	9,14%	Eleito
Francisco Assis Mendes	MDB	168	9,09%	Eleito
Raimundo Augusto Campos	ARENA	168	9,09%	Eleito
José Marques de Melo	ARENA	147	7,95%	Eleito
Bernardo Soares de Freitas	ARENA	146	7,90%	Suplente
Vicente Gabriel de Almeida	MDB	137	7,41%	Suplente
José de Souza Maciel	ARENA	134	7,25%	Suplente
José Trajano de Figueiredo	MDB	52	2,81%	Suplente
João Ribeiro Neto	MDB	39	2,11%	Suplente

Vereadores (candidatos em 1969):

Candidato	Partido	Votos	%	Situação
José Mendes de Lucena	ARENA	111	8,84%	Eleito
José Luiz Rocha	ARENA	102	8,12%	Eleito
Francisco Assis Mendes	MDB	86	6,85%	Eleito
Antonio Gino Filho	ARENA	85	6,77%	Eleito
Bernardo Soares de Freitas	MDB	71	5,65%	Eleito
Antonio Mendes de Lucena	ARENA	66	5,25%	Eleito
João Vieira	MDB	64	5,10%	Eleito
Edmilson Vale Pedrosa	ARENA	63	5,02%	Suplente
José do Vale César	ARENA	54	4,30%	Suplente
José Antonio de Figueiredo	MDB	53	4,22%	Suplente
José Pereira de Sousa	MDB	49	3,90%	Suplente
Isaías Alves Furtado	MDB	47	3,74%	Suplente
Francisco de Sousa Neves	ARENA	46	3,66%	Suplente
Euclides Alces César	ARENA	46	3,66%	Suplente
Esaú Pereira de Lima	MDB	41	3,26%	Suplente
Arlindo do Vale Medeiros	MDB	40	3,18%	Suplente
Antonio Soares da Silva	MDB	39	3,11%	Suplente
Severino Vieira Lins	MDB	36	2,87%	Suplente
José Juvêncio de Sousa	ARENA	35	2,79%	Suplente
Aureliano Afonso de Carvalho	MDB	29	2,31%	Suplente
Francisco Leite da Cruz	ARENA	28	2,23%	Suplente
Manoel Braz da Silva	ARENA	22	1,75%	Suplente
Alípio Ferreira de Almeida	MDB	22	1,75%	Suplente
Manoel Ribeiro Neto	MDB	21	1,67%	Suplente

Vereadores (candidatos em 1972):

Candidato	Partido	Votos	%	Situação
João Vieira	MDB	218	10,67%	Eleito
Antônio Gino Filho	ARENA	190	9,30%	Eleito
José Antonio Sobrinho	ARENA	188	9,20%	Eleito
João Luiz Rocha	ARENA	170	8,32%	Eleito
José Marques Formiga	ARENA	156	7,63%	Eleito
Francisco Assis Mendes	MDB	151	7,39%	Eleito
Ulisses Pedrosa de Lima	MDB	148	7,24%	Eleito
Severino Vieira Lins	MDB	120	5,87%	Suplente
Valdemir Alves Pedrosa	MDB	112	5,48%	Suplente
José Trajano Pedrosa	MDB	102	4,99%	Suplente
Deodato Rodrigues Coura	ARENA	89	4,35%	Suplente
Manoel Batista de Araújo	ARENA	79	3,86%	Suplente
José Vieira Lins	ARENA	73	3,57%	Suplente
José Ferreira de Almeida	ARENA	72	3,52%	Suplente
João Leite da Cruz	ARENA	61	2,98%	Suplente
Aureliano Afonso de Carvalho	MDB	59	2,89%	Suplente
Manoel José da Silva	MDB	29	1,42%	Suplente

Vereadores (candidatos em 1976):

Candidato	Partido	Votos	%	Situação
José Carmo Pedrosa	ARENA	265	12,13%	Eleito
José Antonio Sobrinho	ARENA	236	10,80%	Eleito
João Vieira	MDB	202	9,24%	Eleito
João dos Anjos Leite	ARENA	201	9,20%	Eleito
José Marques Formiga	ARENA	196	8,97%	Eleito
José de Souza Maciel	ARENA	181	8,28%	Eleito
José Vieira Lins	ARENA	139	6,36%	Suplente
Francisco Assis Mendes	MDB	114	5,22%	Eleito
José Lacerda	ARENA	102	4,67%	Suplente
José Antonio de Figueiredo	MDB	102	4,67%	Suplente
José Gabriel dos Santos	ARENA	98	4,49%	Suplente
José Ferreira de Almeida	ARENA	96	4,39%	Suplente
Manoel Borges de Araujo	ARENA	84	3,84%	Suplente
Manoel Ribeiro Neto	MDB	78	3,57%	Suplente
José do Vale Sobrinho	ARENA	51	2,33%	Suplente
Aureliano Afonso de Carvalho	MDB	40	1,83%	Suplente

Vereadores (candidatos em 1982):

Candidato	Partido	Votos	%	Situação
João Vieira	PMDB	216	7,77%	Eleito
José Antonio Sobrinho	PDS	193	6,94%	Eleito
José Carmo Pedrosa	PDS	186	6,69%	Eleito
Francisco Vieira Lins	PDS	169	6,08%	Eleito
Manoel Felinto da Silva	PDS	150	5,40%	Suplente
Geraldo Teixeira da Silva	PMDB	135	4,86%	Eleito
Janduí Pereira Vale	PDS	128	4,60%	Suplente
Francinaldo Pereira Lima	PMDB	125	4,50%	Eleito
José Alexandre de Caldas	PDS	118	4,24%	Suplente
Francisco Batista de Araújo	PMDB	116	4,17%	Suplente
José Gabriel de Sousa	PDS	112	4,03%	Suplente
Zé Lacerda	PDS	105	3,78%	Suplente
Hilário Pedroza de Lima	PDS	101	3,63%	Suplente
Valdir Roberto de Lira	PDS	98	3,53%	Suplente
José Vieira Lins	PDS	95	3,42%	Suplente
João dos Anjos Leite	PDS	95	3,42%	Suplente
Jaconias Pereira Vale	PDS	90	3,24%	Suplente
João Luiz Rocha	PDS	86	3,09%	Suplente
Francisco de Assis Pereira	PMDB	73	2,63%	Suplente
Francisco Mendes Pedrosa	PMDB	71	2,55%	Suplente
Zé Bezerra	PDS	64	2,30%	Suplente
Antonio Mendes de Lucena	PMDB	62	2,23%	Suplente
José de Souza Maciel	PDS	56	2,01%	Suplente
Antonio Severo de Lima	PMDB	54	1,94%	Suplente
Cícero Lira Braga	PDS	42	1,51%	Suplente
Francisco Pereira Vale	PMDB	39	1,40%	Suplente

Vereadores (candidatos em 1988):

Candidato	Partido	Votos	%	Situação
Francisco Pereira dos Santos	PDS	316	9,08%	Eleito
Idenaldo Mendes Medeiros	PL	261	7,50%	Eleito
Elias Camilo Bezerra	PDS	231	6,64%	Eleito
Janduí Pereira Vale	PDS	229	6,58%	Eleito
Francisco Ferreira da Silva	PDS	224	6,43%	Eleito
Francisco Vieira Lins	PDS	215	6,18%	Eleito
João Vieira	PMDB	197	5,66%	Eleito
Zé Bezerra	PDS	162	4,65%	Não Eleito
José Antonio Sobrinho	PMDB	162	4,65%	Eleito
Vilma Pereira	PDS	156	4,48%	Não Eleito
Dimas Mendes Medeiros	PDS	153	4,40%	Não Eleito
José Alves Vieira	PDS	135	3,88%	Não Eleito
Assis Ribeiro	PMDB	135	3,88%	Eleito
Ulisses Pedrosa de Lima	PMDB	131	3,76%	Não Eleito
Manoel Felipe da Silva	PDS	108	3,10%	Não Eleito
Francisco Trajano de Figueiredo	PMDB	98	2,82%	Não Eleito
José Alexandre de Caldas	PDS	72	2,07%	Não Eleito
Geraldo Teixeira da Silva	PMDB	62	1,78%	Não Eleito
Valdemir Alves Pedrosa	PMDB	58	1,67%	Não Eleito
Geraldo Firmino da Silva	PDS	55	1,58%	Não Eleito
Francisco Aprígio dos Santos	PMDB	45	1,29%	Não Eleito
Basílio Vale Pedrosa	PMDB	44	1,26%	Não Eleito
João Lira de Menezes	PDS	38	1,09%	Não Eleito
Aluisio Nunes Queiroga	PMDB	38	1,09%	Não Eleito
Chiquinho Miguel	PDS	37	1,06%	Não Eleito
Francisco Pereira Vale	PMDB	22	0,63%	Não Eleito
Ademilton Medeiros Vale	PMDB	20	0,57%	Não Eleito
João Gomes Formiga	PMDB	9	0,26%	Não Eleito

Vereadores (candidatos em 1992):

Candidato	Partido	Votos	%	Situação
Elias Camilo Bezerra	PDS	323	8,96%	Eleito
Francisco Vieira Lins	PDS	285	7,91%	Eleito
João Vieira	PDS	276	7,66%	Eleito
Idenaldo Mendes Medeiros	PDS	241	6,69%	Eleito
Janduí Pereira Vale	PDS	230	6,38%	Eleito
Osório Luis Mendes	PMDB	221	6,13%	Eleito
Evilásio Ponce Leon	PDS	216	5,99%	Eleito
Francisco C. dos Santos	PDS	188	5,22%	Eleito
Assis Ribeiro	PMDB	177	4,91%	Eleito
Zé Bezerra	PDS	172	4,77%	Eleito
Vilma Pereira	PMDB	148	4,11%	Eleito
Antonio do Vale Filho	PMDB	143	3,97%	Suplente
José Marcondes Braga	PDS	143	3,97%	Suplente
Francisca Madalena de Jesus	PMDB	142	3,94%	Suplente
Francisco Darci Mendes	PDS	124	3,44%	Suplente
Abdias Pereira Filho	PMDB	86	2,39%	Suplente
Manoel Felipe da Silva	PDS	63	1,75%	Suplente
Sebastião Soares de Sousa	PMDB	63	1,75%	Suplente
Wlisses Pedrosa Lima	PDS	52	1,44%	Suplente
Agostinho Miranda Mendes	PDS	47	1,30%	Suplente
José Alexandre de Caldas	PMDB	42	1,17%	Suplente
Naiza Mamede de Sousa	PDS	35	0,97%	Suplente
Antônio Severo de Lima	PMDB	34	0,94%	Suplente
Rita Soares de Andrade	PMDB	34	0,94%	Suplente
Geraldo Firmino da Silva	PMDB	33	0,92%	Suplente
João Zildo Vieira	PDS	32	0,89%	Suplente
Pedro Juvêncio de Sousa	PMDB	14	0,39%	Suplente
Antonio Tiburtino de Sousa	PMDB	14	0,39%	Suplente
Ademilton Medeiros Vale	PMDB	8	0,22%	Suplente
Francisco de Assis Pedrosa	PDS	8	0,22%	Suplente
Israel Mendes dos Santos	PDS	4	0,11%	Suplente
Francisco Sarmento da Silva	PMDB	3	0,08%	Suplente
Geraldo Antônio do Nascimento	PMDB	2	0,06%	Suplente
Francisco Luiz de Sousa	PMDB	1	0,03%	Suplente

Vereadores (candidatos em 1996):

Candidato	Partido	Votos	%	Situação
Osório Luís Mendes	PMDB	219	6,428	Eleito
Nilton César Douetts	PDT	21	0,616	Suplente
Williams Mendes Pedrosa	PFL	1	0,029	Suplente
Ailda Mendes de Medeiros Lins	PFL	6	0,176	Suplente
Antônio do Vale Filho	PMDB	226	6,633	Eleito
Dolores Ferreira Lins	PDT	9	0,264	Suplente
Domingos Sávio da Silva	PFL	157	4,608	Suplente
Evilásio Ponce Leon	PFL	290	8,512	Eleito
Fabrcício de Sá Mendes	PFL	248	7,279	Eleito
Francileudo Ferreira Lima	PMDB	128	3,757	Suplente
Francineide Barbosa da Silva	PMDB	127	3,728	Suplente
Francisco José de Oliveira	PDT	76	2,231	Suplente
Francisco Luiz de Sousa	PMDB	1	0,029	Suplente
Francisco Maciel de Sousa	PMDB	47	1,38	Suplente
Francisco Sarmento da Silva	PMDB	203	5,958	Eleito
Francisco Vieira Lins	PFL	261	7,661	Eleito
Janduí Pereira Vale	PMDB	233	6,839	Eleito
João Vieira de Andrade	PFL	271	7,954	Eleito
José Bezerra	PFL	111	3,258	Suplente
José Cícero de Sousa	PMDB	76	2,231	Suplente
José Fernandes Filho	PFL	222	6,516	Eleito*
Maria Francisca Pedrosa	PFL	228	6,692	Eleito
Vilma Pereira Neves	PMDB	184	5,401	Eleito*

Vereadores (candidatos em 2000):

Candidato	Partido	Votos	%	Situação
Antônio do Vale Filho	PMDB	225	5,392	Eleito
Williams Mendes Pedrosa	PFL	0	0	Suplente
Domingos Sávio da Silva	PFL	230	5,512	Eleito
Edmilson Júnior Luiz Lima	PFL	294	7,045	Eleito
Evilásio Ponce Leon	PFL	210	5,032	Eleito
Francileudo Ferreira Lima	PMDB	228	5,464	Eleito
Francisco Batista	PDT	197	4,721	Eleito
Francisco de Assis Pedrosa Ribeiro	PMDB	244	5,847	Eleito
Francisco Lins Leonel	PDT	103	2,468	Suplente
Francisco Maciel de Sousa	PFL	28	0,671	Suplente
Francisco Mendes Luiz	PMDB	151	3,618	Suplente
Francisco Sarmento da Silva	PMDB	2	0,048	Suplente
Francisco Vieira Lins	PFL	295	7,069	Eleito
Hortência Maria de Sousa	PMDB	98	2,348	Suplente
Janduí Pereira Vale	PFL	182	4,361	Eleito*
João Vieira de Andrade	PFL	247	5,919	Eleito
José Bezerra	PFL	96	2,301	Suplente
José Fernandes Filho	PFL	176	4,218	Suplente
Maria Francisca Pedrosa	PFL	165	3,954	Suplente
Osório Luiz Mendes	PMDB	188	4,505	Suplente
Vilma Pereira Neves	PFL	201	4,817	Eleito
Deoclécio Alves de Morais	PFL	138	3,307	Suplente

Vereadores (candidatos em 2004):

Candidato	Partido	Votos	%	Situação
Bartolomeu Pereira Vale	PTB	126	2,573	Suplente
Carlos Adelino Pereira	PFL	302	6,167	Eleito
Domingos Sávio da Silva	PFL	234	4,778	Suplente
Edmilson Júnior Luiz Lima	PFL	357	7,29	Eleito
Elias Camilo Bezerra	PFL	176	3,594	Suplente
Evilásio Ponce Leon	PFL	275	5,616	Eleito
Flaviano Mendes	PSDB	213	4,35	Eleito*
Francileudo Ferreira Lima	PTB	208	4,247	Suplente
Francisca Amélia Luiz Sarmiento	PMDB	216	4,411	Suplente
Williams Mendes Pedrosa	PFL	0	0	Renúncia
Francisco Sarmiento da Silva	PSDB	269	5,493	Eleito
Francisco Vieira Lins	PFL	300	6,126	Eleito
Hortência Maria de Souza	PSDB	99	2,022	Suplente
João Roberto de Lira	PFL	23	0,47	Suplente
José Fernandes Filho	PSDB	76	1,552	Suplente
José Patrício Pereira	PTB	50	1,021	Suplente
José Pereira Dias	PFL	341	6,963	Eleito
Josué Camilo Bezerra	PSDB	62	1,266	Suplente
Manoel Patrício da Silva	PFL	240	4,901	Suplente
Renemarcos Maciel Lins	PFL	233	4,758	Suplente
Rivânio Fernandes Lins	PSDB	25	0,511	Suplente
Ronald Medeiros Vale	PSDB	54	1,103	Suplente
Antônio do Vale Filho	PTB	245	5,003	Eleito
Ailda Mendes de Medeiros Lins	PFL	0	0	Renúncia
Francisco Batista	PFL	324	6,616	Eleito

Vereadores (candidatos em 2008):

Candidato	Partido	Votos	%	Situação
Antônio do Vale Filho	PDT	268	5,67	Eleito
Bartolomeu Pereira Vale	PTB	29	0,61	Suplente
Carlos Adelino Pereira	DEM	304	6,43	Eleito
Domingos Sávio da Silva	DEM	206	4,36	Suplente
Edmilson Júnior Luiz Lima	DEM	185	3,91	Suplente
Elias Camilo Bezerra	DEM	122	2,58	Suplente
Flaviano Mendes	PTB	239	5,05	Eleito
Francileudo Ferreira Lima	PTB	154	3,26	Suplente
Francisca Amélia Luiz Sarmiento	DEM	222	4,7	Eleito
Francisca Madalena de Jesus	DEM	77	1,63	Suplente
Francisco Batista	PTB	199	4,21	Eleito
Francisco Bruno de Almeida	PTB	190	4,02	Suplente
Francisco Sarmiento da Silva	PTB	211	4,46	Eleito
Francisco Soares de Sousa	PSB	19	0,4	Não eleito
Francisco Vieira Lins	DEM	229	4,84	Eleito
Jarismar dos Anjos Pedrosa	PTB	52	1,1	Suplente
José Pereira Dias	DEM	163	3,45	Suplente
José Sérgio de Sousa	DEM	70	1,48	Suplente
Josefa Gonçalves Pedrosa	PTB	185	3,91	Suplente
Juberlânio de Sousa Braga	PTB	308	6,51	Eleito
Linaldo Soares de Sousa	PSB	49	1,04	Não eleito
Manoel Patrício da Silva	DEM	153	3,24	Suplente
Maria Asuíla Rosendo dos Ssntos	PTB	78	1,65	Suplente
Maria Francisca Pedrosa	DEM	176	3,72	Suplente
Osório Ferreira de Miranda	PTB	130	2,75	Suplente
Pollyana Figueiredo de Lima	PSB	21	0,44	Não eleito
Renemarcos Maciel Lins	PMDB	244	5,16	Eleito

Prefeitos de Nazarezinho (1961 a 2011)

Mandato	prefeito	Vice-prefeito
1961 a 1962	José Marques Formiga	-
1962 a 1966	Francisco Mendes Campos	Severino do Vale Maciel
1966 a 1969	Osório Luiz Ferreira	Abdias Pereira Dantas
1969 a 1972	Francisco Mendes Campos	Lucindo Lins Dantas
1972 a 1976	Raimundo Luiz Sarmiento	José Mendes de Lucena
1977 a 1982	José Augusto Mendes	Flaviano Mendes
1983 a 1988	Francisco Mendes dos Santos	Antônio Luiz Sarmiento
1989 a 1992	José Augusto Mendes	Sinval Bezerra de Albuquerque
1993 a 1996	Francisco Mendes dos Santos	Manoel Batista da Silva
1997 a 2000	Salvan Mendes Pedrosa	Elias Camilo Bezerra
2001 a 2004	Salvan Mendes Pedrosa	Francisco Mendes dos Santos
2005 a 2008	Francisco Gilson Mendes Luiz	Francisco de Assis Pedrosa Ribeiro
2009 a 2012	Francisco Assis Braga Júnior	José Augusto Mendes

Presidentes da Câmara de Vereadores (1962 a 2011)

Mandato	Presidente
1963	José do Vale Sobrinho
1964	Francisco Assis Mendes
1965/1966	José do Vale Sobrinho
1967	Raimundo Augusto Campos
1968	Francisco Assis Mendes
1969	José Gomes de Lacerda
1970/1971	José Luiz Rocha
1972	Antônio Gino Filho
1973/1974	José Marques Formiga
1975/1976	Antônio Gino Filho
1977/1978	(sem registros oficiais)
1979/1980	José Carmo Pedrosa
1981/1982	José Alves de Lacerda
1983/1984	José Antônio Sobrinho
1985/1986	José Carmo Pedrosa
1987/1988	Janduí Pereira Vale
1989/1990	Francisco Vieira Lins
1991/1992	Francisco Pereira dos Santos
1993/1994	Elias Camilo Bezerra
1995/1996	Idenaldo Mendes Medeiros
1997/1998	Evilásio Ponce Leon
1999/2000	José Fernandes Filho
2001/2002	Janduí Pereira Vale
2003/2004	João Vieira de Andrade
2005/2008	Evilásio Ponce Leon
2009	Flaviano Mendes

Sugestões para Leituras

Almeida, Horácio de. História da Paraíba, Volume 2. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978.

Almeida, José Américo de. A Paraíba e seus Problemas. 4ª Edição. Brasília: Senado Federal, 1994.

Andrade, Delmiro Pereira de. Evolução Histórica da Paraíba do Norte. 1946.

Araújo, José de Souza Azevedo Pizarro de. Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das Províncias Annexas à Jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil. Tomo VIII. Typographia de Silva Porto. Rio de Janeiro: 1822.

Gardner, George (1838). Viagens no Brasil. Tradução de Albertino Pinheiro. Cia Editora Nacional. São Paulo, 1942.

Joffily, Irenêo. Notas sobre a Paraíba (1892). Livro I. Brasília: Thesaurus, 1977.

Koster, Henry, 1793 – 1820. Viagens ao Nordeste do Brasil. 11ª edição. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2002, 2 volumes Ilustrados. 1ª Edição inglesa: 1816.

Leitão, Deusdedit de Vasconcelos. Vida e Obra do Padre Rolim – Edição comemorativa aos 200 anos de nascimento do Padre Inácio de Sousa Rolim. Brasília: Senado Federal, 2000.

Mariz, Celso. Evolução Econômica da Paraíba. 2ª Edição. João Pessoa: A União, 1978.

Mariz, Celso. Apanhados Históricos da Paraíba. 2ª Edição. João Pessoa: UFPB, 1980.

Melo, José Octávio de Arruda. História da Paraíba: Lutas e Resistência. 4ª Edição. João Pessoa: UFPB, 1997.

Mello, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque. A Paraíba na Primeira República. 2ª Edição. João Pessoa: A União, 1982.

Nóbrega, Francisco Pereira. Vingança, Não – Depoimentos sobre Chico Pereira e Cangaceiros do Nordeste. 2ª Edição. São Paulo: Livraria Freitas Bastos S.A., 1961.

Pesavento, Sandra J.; Leenhardt, Jacques (Org.). Discurso histórico e narrativa literária. Campinas: UNICAMP, 1998.

Pessis, Anne-Marie. publicado em Pré-História da Terra Brasilis, organizado por Maria Cristina Tenório, em 2000.

Pinto, Irineu Ferreira. Datas e Notas para a História da Paraíba. Volumes I e II. 2ª Edição. João Pessoa: UFPB, 1977.

Ramos, Severino. Agripino – O Mago de Catolé. João Pessoa: A União, 1991.

Seixas, Wilson. Pesquisas para a História do Sertão da Paraíba. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, nº 21. João Pessoa: Imprensa Universitária da Paraíba, 1975.



Esta obra foi licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 3.0 Não Adaptada.